



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS - PROF. MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DÓRIS DIAS DOS SANTOS

**VOZES DE MULHERES NEGRAS: DA CLANDESTINIDADE À CONTESTAÇÃO
TRANSLOCAL**

Salvador/BA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - Prof. Milton Santos
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais

Dóris Dias Dos Santos

**VOZES DE MULHERES NEGRAS: DA CLANDESTINIDADE À CONTESTAÇÃO
TRANSLOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão

Salvador/BA
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

dos Santos, Dóris Dias

Vozes de mulheres negras: da clandestinidade à
contestação translocal / Dóris Dias dos Santos. --
Salvador, 2018.

148 f.

Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Relações
Internacionais) -- Universidade Federal da Bahia,
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais,
2018.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Classe. 4. Feminismos
Transnacionais. 5. Relações Internacionais. I. de
Aragão, Daniel Maurício Cavalcanti. II. Título.

DÓRIS DIAS DOS SANTOS

**VOZES DE MULHERES NEGRAS: DA CLANDESTINIDADE À
CONETSTAÇÃO TRANSLOCAL**

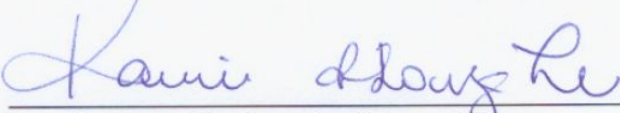
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 25 de outubro de 2018.

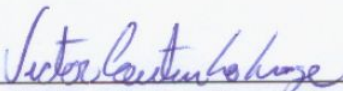
Banca examinadora



Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão



Prof. Dra. Karine de Souza Silva



Prof. Dr. Victor Coutinho Lage

AGRADECIMENTOS

Insiste-se muito sobre o percurso acadêmico solitário, mas, na verdade, eu não conseguiria terminar esta dissertação sozinha. Além disso, nada consigo começar sem antes agradecer aos Orixás e aos meus Nkisis, que mesmo em tantos momentos de tristeza e falta de fé, sempre me fortaleceram, me protegeram, me levaram para onde eu deveria ir, me abriram os olhos e caminhos a percorrer e me levaram às lutas que eu haveria de ter forças para combater. Aliás, conseguir terminar essa trajetória cheia de percalços que foi, para mim, o mestrado acadêmico, foi também uma grande conquista. Por isso agradeço às agências das quais fui bolsista, à CNPQ-CAPES, inclusive, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, à FAPESB, à Universidade Federal da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Prof. Milton Santos, a quem devo minha formação acadêmica e agradecimento por transformar o (re)educar do ensino universitário em algo um pouco mais livre – sobretudo nesses últimos tempos. Mas essa dissertação é também dedicada, sobretudo:

Às minhas e aos meus ancestrais. A luta iniciada por eles não se inicia nesse tempo, nem termina, ela se expande;

À minha família, sobretudo à minha mãe, Josemilda, uma mulher trabalhadora, amorosa, guerreira, de quem cultivo o mais elevado orgulho de ser filha e agradeço muito pelo suporte, às minhas vós-mães, tias-mães, às minhas primas-irmãs, a meus primos-irmãos e à minha irmã caçula, Janine – e a todas que, desde pequena, me incentivaram nos estudos e nos sonhos;

Aos meus avós, que um dia sonharam que suas filhas, filhos, netas e netos seriam doutores – mesmo sem saber o que isso necessariamente significava;

Mesmo com as distâncias intermitentes, a meu pai, Dionísio, pelo suporte financeiro, pela fé, e pela aposta de credibilidade. A meu irmão, Henrique, pelo exemplo de honestidade, força, compreensão, respeito e serenidade;

À minha companheira, amiga, amante e uma das minhas principais motivadoras diárias, Isiane quem me ensina todos os dias o puro e verdadeiro exercício do amor, do sonho, o

revolucionário exercício da liberdade e o sincero, mesmo que às vezes duro, exercício da gratidão;

À mãe Graça, seu neto Iago Cerqueira, a Archimedes e ao Terreiro Ilê Axé Singuerecy, em geral, pelos aprendizados, pelos acolhimentos, cuidados, confianças, e pelas pessoas e Orixás que me cobrem com toda a humildade e amor dessa casa;

À Bila, ou Maria Brandão, que para mim foi mais que uma terapeuta, foi uma parceira no autocuidado, às vezes até uma mãe, mas sobretudo, uma profissional atenta, dedicada, maravilhosa, perspicaz, dura e lacaniana, quando necessário, com muito preparo, amor (e amor mesmo!) por seu ofício;

A meu mestre-amigo Renê Bitencourt Santos, a quem devo não só reverência, respeito e compromisso, como também, eterna gratidão por, através da Capoeira, me aconselhar e me auxiliar, com tanto amor [a mim, a muitas e muitos], na busca da minha essência;

À ACANNE, meu quilombo e minha família de inspiração, força e luta;

À melhor turma que tive o prazer de conhecer e às frutíferas amizades e trocas que colhi nesses últimos dois anos de convívio (sobretudo Ricardo, com nossos *insights* instantâneos, nossos compartilhamentos e caronas! E recentemente pela revisão deste trabalho), mas todas as amigas e amigos (Day, JJ, Juliana, Bruno, Ronaldo, Marla, Manu, Elis, Aline, Felipe);

Às amizades antigas que resistiram (sobretudo à Victória, amiga-irmã, colega e cúmplice de quarto, Francisco, meu amigo-irmão com quem dividi tanto, além do teto sobre nossas cabeças, e a Tiago, meu amigo-colega-parceiro com quem, desde antes da seleção, compartilhei ‘esbórnias’, dores, estudos, risadas e cumplicidade);

Às minhas amadas vizinhas e vizinhos, amigues antes de tudo, Ana, Gustavo, Lorene e Sté – vários corres mútuos que fazem a gente sumir, mas muita ajuda, muito carinho, muito senso de comunidade;

Às amizades novas que tiveram paciência, que na última fase de escrita, muito me incentivaram e consolaram, principalmente minha irmã Ludmila Bitencourt – agradeço muito pelas conversas, fofocas, em casa, no bar, pelos valiosos ensinamentos;

À Ansel Courant, pela sensibilidade, sinceridade, pelas discussões (teóricas ou só revoltadas mesmo), pelas mega ajudas em diversos sentidos, e por fazer parte das minhas famílias;

Ao Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP), pela força, pelo entusiasmo na luta pelo bem-viver, pela educação, pela vida das mulheres, jovens e comunidades negras, pelo acolhimento e pela inspiração de seguir sempre em marcha e em frente;

Às minhas alunas e crianças no Alto das Pombas, que me fortalecem e me trazem tanta alegria sempre que me encontram;

A meus ex-companheiros poliamorosos/hoje distantes amigos, Amê e Matheus – com quem muito aprendi e creio que também ensinei, dos quais, nas nossas trocas, na amizade (à época) e na admiração mútua, adquiri muita força para seguir em frente;

Aos colegas das turmas anteriores que ‘capinaram’ primeiro e que me abriram caminhos (sobretudo Mário, pela perspicácia, estudos, conselhos, humor, amizade e resistência, e Jhader, por iniciar e abrir primorosamente as portas para os estudos feministas no PPGRI);

A meu orientador, Daniel, que muito admiro dentro e fora da academia, e agradeço pela confiança, sinceridade, cuidado primoroso e preparo, no decorrer tanto do mestrado, quanto da iniciação científica... Acredito que sem esse preparo, principalmente no que houve de mais essencial, nada concernente a esse trabalho seria possível;

Às professoras Elsa Kraychete e Denise Vitale, pelo compromisso admirável com o ensino e pesquisa de seus respectivos campos, e pelos aconselhamentos e carinho;

À professora Maíra Kubík Mano, por ter aceitado integrar a banca no exame de qualificação do projeto, como ótimas sugestões de literatura e de reconfiguração do trabalho;

À professora Karine de Souza Silva e ao professor Victor Coutinho Lage, por aceitarem integrar a banca e avaliar este trabalho;

Aos demais queridos professores e colaboradores do programa;

Ao LABMUNDO.

Seguimos!

RESUMO

Questões de gênero têm ganhado, a cada dia, certa visibilidade e status em diversas áreas sociopolíticas auto-proclamadas *globais*. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo primeiro, com método ensaístico, analisar o contexto de correlação de forças capitalistas inscritas dentro de organizações, agências e movimentos sociais transnacionais que se pretendem combativos mas que são capturados e não escapam dessa mão pretensamente invisível e anti-histórica do Capitalismo – em constantes crises, trazendo nessas a habilidade de se reinventar. Dessa forma, a crítica ao internacionalismo liberal é, a princípio, uma das camadas essenciais do debate, mas não a única. E justamente nesse sentido crítico, ressalta-se a insuficiência de correntes críticas a esse quando se trata da abordagem sobre raça, classe e gênero – inclusive e fundamentalmente o próprio Feminismo que, na sua amplitude, também enfrenta um processo *de cooptação e barganha*, sendo alvo de críticas de outros segmentos dentro dele, como os Feminismos Negros, de Terceiro Mundo, destacando as lacunas quanto à raça, etnia, classe e nacionalidade. No mesmo intuito, resgata-se arcabouço teórico de vozes que dizem se preocupar ou se preocuparam com as questões em torno de ou tangendo as vidas das mulheres negras, especialmente nos Estados Unidos – onde a discussão sobre interseccionalidade teve origem e o ativismo de mulheres negras teve também uma crescente visibilidade, mas também uma série de contradições. Além disso, no decorrer do trabalho, desvelam-se algumas ausências no que se refere à raça, classe e gênero no campo da teoria das relações internacionais, do pós-colonialismo e da cooperação internacional para o desenvolvimento. Faço também um resgate analítico de três obras que podem sintetizar as relações de mulheres negras quanto a essas temáticas: duas da pesquisadora Kimberly Springer, *Still Lifting, Still Climbing* e *Living for the Revolution*, além de outra, *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond the Non-Profit Complex*, organizada pelo INCTE! Women of Color Against Violence. Assim, fazer um resgate que tenha como pressuposto a desestabilização de Feminismos Cosmopolitas-Liberais, através também da desestabilização do Internacionalismo Liberal, tornou-se um dos cerne desta pesquisa. Dentro do espectro de contestação em torno de Gênero, Raça e Classe, esses movimentos e organizações cooptadas se pretendem neutras e fundam políticas não-vinculantes ditas universais – mas que, de múltiplas formas, se contaminam com os vícios normativos do sistema capitalista o qual, dentre tantos epítetos, permanece sendo o que sempre foi: competitivo, etnocêntrico e sexista. Assim, enxergar e analisar as margens verdadeiramente contestatórias para ação frente a tudo isso, permanece como prioridade e vertente norteadora, mesmo que identificá-las seja um desafio permanente.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Classe, Feminismos Transnacionais, Mulheres Negras, Interseccionalidade, Relações Internacionais.

ABSTRACT

Questions of gender have increasingly gained a certain visibility and status in various sociopolitical areas self-proclaimed as *global*. The primary objective of this research is to analyse, with an essay method, the context of a confluence of capitalist forces inscribed in organizations, agencies and transnational social movements, which are captured and cannot escape the anti-historic and supposedly invisible hand of Capitalism - which, through constant crises, continually reinvents itself. In that sense, a critique of liberal internationalism, at first, is one of the layers of this debate, but not the only one. Also of note is the insufficiency of critical approaches when it comes to discussions of race, class and gender - including Feminism itself which, in its wide scope, also faces a process of being coopted and compromised, subjecting it to critiques from other sub-groups such as Black and Third World Feminisms, highlighting lacunas when it comes to race, ethnicity, class and nationality. Along those same lines, I intend to retrieve a body of theory from voices that seek or sought to concern themselves with questions regarding the lives of black women, especially in the United States - where the discussion on intersectionality originated and the activism of black women also experienced a growing visibility, though this was also accompanied by a series of contradictions. As well, certain absences reveal themselves in terms of race, class and gender in the field of international relations, post-colonialism and international development cooperation theory. I also engage in an analytic recovery of three works that can synthesize black women's relations in regards to those themes: two by the researcher Kimberly Springer, *Still Lifting, Still Climbing*, and *Living for the Revolution*, as well as *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond the Non-Profit Complex*, organized by INCITE! Women of Color Against Violence. In that sense, such a theoretical recovery that presupposes the destabilization of Liberal-Cosmopolitan Feminisms, as much as the destabilization of Liberal Internationalism, became one of this research's central themes. In the spectre of contestation around Gender, Race and Class, these movements and coopted organizations seek to be neutral and found so-called universal non-binding resolutions - but that, in multiple ways, are contaminated with the normative vices of the capitalist system which, among so many epithets, continues being what it always was: competitive, ethnocentric and sexist. And so, discerning and analyzing truly contestational margins of action remains a priority and directive, despite the permanent challenge involved in identifying these margins.

Key-words: Gender, Race, Class, Transnational Feminisms, Black Women, Intersectionality, International Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Eu-mulher, Forasteira de dentro: Exceção e Processos de (Re)Conhecimento	16
1.1. Situando Gênero, Raça e Classe nas Relações Internacionais	22
1.2. Mulheres Negras, Modernidade e Processos de Subalternização	25
1.2.1. O Campo das Relações Internacionais: Expulsão, Exclusão ou Ausência?	28
1.2.2. Subverter para Enxergar: Eu-mulher Negro – a Modernidade em Suas Costas, na Palma de suas Mãos	32
1.3. Um Feminismo Anti-Racista e Decolonial nas Relações Internacionais é Possível?	43
1.4. Debates Insubmissos: Assentando as Bases da Interseccionalidade	50
1.5. Síntese do Capítulo	52
2 Os Desencontros entre a Crítica do (Neo)Colonialismo, da Economia Política Internacional, da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Pensar-Agir da Interseccionalidade	54
2.1. Gênero, Raça e Classe na Cooperação e Economia Política Internacional	55
2.1.1. Cooperação via Desenvolvimento: Conceitos Iniciais	57
2.1.2. Cooperação Internacional e Contexto Histórico	59
2.1.3. Cooperação Internacional e Solidariedade	64
2.2. Vias de Fato: A Cooperação Pensada	67
2.2.1. Cooperação e Empoderamento	74
2.3. Cooperar pela Liberdade, sem ser livre: Sintetizando Armadilhas e Descaminhos	78
2.4. O (Neo)Colonialismo e a Dialógica da Interseccionalidade	78

2.5. Síntese do Capítulo	85
3 Dos Paradoxos do Empoderamento Neoliberal à Contestação – Rumo às Resistências Negras, Feministas e Revolucionárias	96
3.1. Quem Desestabiliza a Paz Mundial?	97
3.1.1. Abandonando um Ativismo Cosmopolita: Crítica à Cooperação Feminista para Paz	102
3.2. Os Abismos Político-Ideológicos entre Filantropia e Contestação, Ativismo (Profissionalizante) e Resistência	104
3.2.1. O Complexo Industrial Não-Lucrativo, a Filantropia Organizada e o Eclipse do Estado: Genealogias, Desafios e Contradições	108
3.2.1. O Complexo Industrial Não-Lucrativo, a Filantropia Organizada e o Eclipse do Estado: Genealogias, Desafios e Contradições	111
3.3. Entre o Protagonismo e a Barganha Neoliberal: O Cenário para Mulheres Negras	120
3.3.1. Mulheres Negras Vivendo para a Revolução: Ainda Levantando, Ainda Escalando (Ainda Resistindo)	123
3.3.2. Os desafios de rastrear organizações negras feministas internacionais	128
3.4. Síntese do Capítulo	134
Considerações Finais: Complicando Brancura, Cis Heteronormatividade, Liberalismo e Masculinidade	136
Referências Bibliográficas	140

LISTA DE ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
BWOA	Mulheres Negras Organizadas para Ação
CEO	Diretor Executivo
Combahee	Coletivo Combahee River
FAO	Organização de Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo e mais
NABF	Aliança Nacional de Feministas Negras
NBFO	Organização Nacional de Feministas Negras
NOW	Organização Nacional para as Mulheres
OI	Organização
Internacional	
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-Mulheres	Organização das Nações Unidas para Mulheres
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
TWWA	Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo

INTRODUÇÃO

As vozes de mulheres negras, durante séculos, estiveram silenciadas pelo triplo grilhão das opressões de gênero, raça e classe. Os espaços que existiam para que exercessem sua soberania e entoassem suas demandas foram historicamente, quando não criminalizados, clandestinos – principalmente se se considera a seara inter- ou transnacional e a produção de conhecimento sobre isso como um de seus campos de conflito. Essa clandestinidade não é e não foi, nem natural, nem intrínseca às suas experiências, ao contrário, ela deriva justamente do que está acima de qualquer suspeita: a construção sociopolítica de ideais [morais, físicos e simbólicos] europeus, frequentemente sintetizados, ao menos nas relações internacionais, na invenção de Liberalismos Cosmopolitas¹.

Ao mesmo tempo que muitos empreendimentos resistivos e lutas *clandestinas* de mulheres negras, ao redor do mundo, foram confinadas a análises isolacionistas e estritas, no máximo pensadas *translocalmente*, o corpo de valores da Europa, por outro lado, juntamente com seu cosmopolitismo e padrões *modernos* de sociabilidade, mais recentemente reunidos no Estado de Direito e na Declaração Universal de Direitos Humanos, foram disseminados para diversas regiões do globo, sobretudo as anteriormente colonizadas. No processo de deslocamento desses valores, do Ocidente para o mundo, ocorreu, sobretudo aos Estados nacionais que os acolhem, que a agência de pessoas racializadas, por ter sido limitada, deve,

¹ Modernidade, Liberalismos (com o Neoliberalismo incluso, mesmo que drasticamente diferente pela proposta de livre mercado e quase absoluto freio à intervenção estatal, através do Estado mínimo, em aplicações distintas no decorrer do tempo) e suas manifestações econômicas e ideológicas, com incidência direta nas Relações Internacionais através do Cosmopolitismo e o Humanitarismo, Capitalismo: todos estão, neste texto, integrados a uma espécie de Leviatã, entrelaçados sincreticamente pelas produções do Universalismo Europeu (WALLERSTEIN, 2007). De alguma forma, são tratados como termos correlatos, mesmo que factualmente não sejam sinônimos, em diversos aspectos. A Modernidade está atrelada a um período marcado pelo “homem” como ser prioritariamente racional e superior à natureza, influenciando as produções de conhecimento subsequentes. Ademais, essa modernidade não se antecipa ao Colonialismo, ao contrário, é a inunção histórica dos valores modernos e coloniais que transformou a Modernidade e o capitalismo produzido a partir dela, em algo “possível”. Foi entre as hierarquias e contrastes coloniais que a Modernidade “se firmou”. O Liberalismo está como inclinação político-econômica “mais influente” desse sistema histórico-filosófico, por assim dizer, embrionária da Modernidade, apesar dessa abranger outras correntes e ser um tanto mais ampla - capaz de “incluir” cosmopolitismo, desenvolvimentismo, como desdobramentos. O positivismo, inclusive, ferramenta metodológica de pesquisa para alcançar esse dito “progresso científico e socioeconômico”, é quase completamente subvertido no decorrer deste trabalho. Quando se aplica os termos “neoliberal” ou “Neoliberalismo” ao longo do trabalho, isso se refere especificamente às aplicações ideológicas atuais do Capitalismo, retomadas por Reagan e Thatcher a partir da década de 80, sendo a tendência político-econômica vigente e continuamente ressignificada na “Era da Globalização”.

subsequentemente, ser dependente de ajuda externa, ou seja, essas pessoas necessitam ser “salvas”.

Esse plano de fundo foi um dos aspectos centrais para formulação do mote, ou problema essencial, desta pesquisa: Como os próprios lugares para pensar universalidade, direitos humanos, economia política internacional, justiça social e *liberdade*, são modulados pelo universalismo europeu (WALLERSTEIN, 2007) e seus epítetos – competitivo, etnocêntrico e sexista? Em contrapartida, como as organizações de mulheres negras desestabilizam esses lugares, inclusive, a partir da crítica a Feminismos Liberais? Os desdobramentos dessas questões são diversos, e tange, não raro, uma profusão de lugares históricos, políticos e econômicos. É por isso que analisar como coletivos de mulheres negras desestabilizam as narrativas dos Feminismos Liberais é tão importante quanto à crítica ao cosmopolitismo e modernidade, discutindo particularmente a contestação de modelos de cooperação para o desenvolvimento no terreno das ONGs e movimentos sociais transnacionais.

Assim, é entre as fendas e antinomias dos discursos oficiais sobre direitos humanos que essa pesquisa se estabelece. Até porque diversos movimentos sociais, não só envolvendo mulheres negras, um dia se apropriaram do discurso e paradigma dos direitos humanos, e assim permanecem fazendo. Só que esse discurso permanece extremamente frágil quando grande contingência da população humana continua sendo brutalizada pelas desigualdades desencadeadas pelo Capitalismo. E é frágil porque, nas periferias *globais*, os direitos humanos são uma fábula, uma entre as diversas promessas não cumpridas sob a vigilância e paternalismo do então sistema de cooperação internacional.

Por outro lado, isso ocorre também porque, por maiores que sejam as investidas da resistência em outras formas de se organizar socialmente, esses direitos se firmam como estratégia e ferramenta, tanto de defesa, quanto de cobrança, no atual sistema socioeconômico que vivemos. Evidentemente seu papel se modificou no decorrer dos anos, mas esse enfoque universalista que possuem dão margem a algumas críticas, a serem trabalhadas no decorrer dos capítulos a seguir — principalmente as vinculadas à gênero, raça e classe.

Quanto à pesquisa, ela se transformou drasticamente desde seu projeto, e, até então, enfrenta os obstáculos de ser irregular, errática, demasiadamente ampla em suas especificidades, além de ser, ora puramente teórica, ora “pessoal demais”. Essas parcialidades que a caracterizam também, em alguns aspectos, por escolha própria, definem seu conteúdo: a neutralidade, como se poderá observar principalmente no decorrer do primeiro capítulo, é um dos

paradigmas e imposições metodológicas mais combatidos, não só por mim, mas por diversas autoras “expulsas” do marco científico tradicional. Digo isso porque as formulações de conhecimento “pós-” não são alheias à modernidade, ao Iluminismo, aos regimes de razão ocidentais e seus símiles. Essas “contra-culturas” se estabeleceram em complexas apropriações, sincretismos e contra-balanceamentos a esses, mesmo que, muitas das vezes, suas críticas tenham sido gentilmente convidadas a se retirar das cátedras mais hegemônicas.

Além disso, o colonialismo e os desafios da diáspora negra nos impuseram algumas problemáticas, à medida que não foram processos homogêneos, e nos impõem, também, reorientações conceituais contínuas: as narrativas trabalhadas aqui partem de uma história, dentro e fora de alguns marcos e atributos, onde diferentes racionalidades, valores, metafísicas e lógicas, estão, não só em jogo, mas em conflito. É por isso que o arranjo metodológico é um tanto não-convencional, pois compromete uma estrutura positivada de pensar as ciências, em geral, e o Feminismo num molde de pesquisa científica, em particular. A tentativa de trabalhar gênero, raça e classe me demandou a quebra de alguns formalismos, sobretudo em torno de métodos que reforçam ontologias essencialistas. Através de um método exploratório, descritivo, de fontes secundárias e acervos resistivos translocais, partir da clandestinidade tornou-se imprescindível, já que estabelece essa conexão com a realidade devastadora e desigual que ainda marginaliza pautada em ideais de raça, gênero e classe. Mas partir da contestação foi igualmente importante, já que deixa de render as mulheres negras em imagens passivas às estruturas que as oprimem, para estabelecer suas agências.

Dessa forma, mesmo com a clandestinidade imposta por sociedades e instituições supremacistas, suas clivagens não conseguiram impedir o curso contestatório e o papel decisivo das mulheres negras nas lutas sociais. Ainda que o espaço para discussão sobre gênero, raça e classe seja crescentemente fragmentado, principalmente com o advento do Neoliberalismo, as vozes de mulheres negras galgaram terreno, principalmente com as potencialidades do Feminismo Interseccional. Por outro lado, esse feminismo não imunizou a resistência feminista negra de possíveis contradições e processos de cooptação, como é o caso das interferências dos modelos de cooperação internacional para desenvolvimento e filantropia.

Os capítulos que seguem, na tentativa de analisar como as mulheres negras desestabilizam as narrativas de Feminismos Liberais, contam com o arcabouço teórico do já citado Feminismo Interseccional, bem como de vozes de mulheres negras declaradamente feministas e

combativas. O capítulo um trata dos significados simbólico e epistemológico da Modernidade para as mulheres negras, situando-as tanto nas aquisições quanto nos processos de (re)conhecimento, dentro e fora das Relações Internacionais, e também aborda, através dessas análises, os debates para assentar as bases da interseccionalidade (instrumento analítico interdisciplinar que preconiza a análise simultânea dos marcadores de gênero, raça e classe). No capítulo dois, aborda-se a insuficiência no que se refere à interseccionalidade e aos marcadores sociais da diferença, tanto com relação aos liberais, quanto a seus críticos. No capítulo três, explica-se porque discutir o protagonismo das mulheres negras em termos de contestação, e não de empoderamento, puramente, sobretudo quando irrefletido, e sobretudo quando o cenário é o complexo industrial não-lucrativo e a filantropia organizada. Nesse sentido, se discutem os desafios que enfrentaram as organizações feministas negras mapeadas por Kimberly Springer no âmbito estadunidense e as contradições quanto ao INCITE! Women of Color Against Violence.

1. Eu-mulher, Forasteira de Dentro: Exceção e Processos de (Re) Conhecimento

*A voz de minha bisavó/ ecoou criança/ nos porões do navio.
Ecoou lamentos/ de uma infância perdida./ A voz de minha vó/
ecoou obediência aos brancos-donos de tudo./ A voz de minha mãe/
ecoou baixinho revolta/ no fundo das cozinhas alheias/ debaixo das trouxas/
roupagens sujas dos brancos/ pelo caminho empoeirado/ rumo à favela./
A minha voz ainda/ ecoa versos perplexos/ com rimas de sangue/ e/ fome.
A voz de minha filha/ recolhe todas as nossas vozes/ recolhe em si/
as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas./ A voz de minha filha/
recolhe em si/ a fala e o ato./ O ontem – o hoje – o agora./ Na voz de minha filha/
se fará ouvir a ressonância/ o eco da vida-liberdade.*

Vozes-mulheres. Conceição Evaristo, 2008²

Não foi ao acaso que escolhi o poema de Conceição Evaristo para iniciar e integrar, como epígrafe, o texto dessa pesquisa. Além de escavar o que insistem em manter escamoteado, ela nesses versos contextualiza e reúne a ânsia e luta das mulheres negras por humanidade e emancipação. A imagem dos porões do navio, das cozinhas alheias, das trouxas de roupas sujas dos brancos, das favelas, sangue e fome, a posterior fala, ato e eco da vida-liberdade – como porvir, mas também como conquista do ontem e agora, contém a cronicidade da trajetória das mulheres negras e remete tanto à diáspora africana – lançando imagem do navio negreiro em decorrência do repugnante tráfico escravista, quanto à condição de classe subalterna, histórica e estereotipada de servidão, à qual as mulheres negras estiveram submetidas em séculos de Colonialismo³. O lirismo de Conceição Evaristo desvela, nos interstícios da história, as opressões de gênero, raça e classe que assombra mas, como outrora diz a própria autora, não paralisa, nem apavora, as mulheres negras.

Desse lirismo também se inaugura o *eu-mulher*⁴, deslocada do sujeito implícito com o qual muitas de nós nos acostumamos – dentro e fora da poética. E mesmo com tantos anos após reconhecimento da sujeição desse *eu-mulher*, sobretudo sendo *negro*, de seu processo histórico-cultural de apagamento, as mulheres negras devem ainda reivindicar⁵ sobre seus

² EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

³ Com atos de resistência, que variam de agremiações coletivas, lutas e quilombos, quanto até as mais subjetivas como suicídios.

⁴ Termo cunhado num número considerável de poemas dessa autora célebre.

⁵ E, muitas vezes, até negociar!

lugares de enunciação, subjetividade e representação, dentro de campos teóricos que parecem não se convencer do óbvio: não existe educação neutra ou apolítica (MOHANTY, RUSSO, TORRES, 1991). E não existe justamente porque as teorias são formuladas já num contexto pasteurizado, moldado para se adequar a ideais e modelos. Se o objeto de pesquisa recai nesse modelo social universalista, evidentemente o sujeito também não estará livre dele. Nesse sentido, explorar uma metodologia que explicithe nossos lugares sociais, sobretudo enquanto pesquisadoras e pesquisadores, é um duplo desafio: científico-pedagógico e político.

Frequentemente esquecemos que a ordem que estabeleceu esse discurso, de que o saber científico deve ser neutro, é internacional (essa manifestação praticamente metafísica, já que materialmente não existe), apesar de emanar de lugares geográficos bem demarcados, como Europa Ocidental e, recentemente, Estados Unidos. Também nos acostumamos a não enxergar que uma das faces dessa ordem, justamente pelo propósito de subjugação, apagou extensa e intencionalmente a história dos povos negros⁶ para outrora categorizá-los como escravo, como se suas histórias, então, começassem a partir desse “novo” marco – quando, em verdade, essa história se estende às civilizações mais antigas do mundo. A ordem que subtende essa classificação é política porque envolve poder, histórica porque se reverbera, e seja qual for sua natureza, é opressiva – já que o radical *ordo* deriva de uma subjugação obrigatória (BARTHES, 1977). A classificação que desautoriza (ou omite) o *eu-mulher* de muitas como Conceição Evaristo em áreas como a de Relações Internacionais, não é apenas de cunho literário-acadêmico – é, sobretudo, da ordem que muitas vezes torna as mulheres negras *outsiders within*⁷ nas ciências.

~

O conhecimento e a educação são sempre ferramentas. Se por um lado são utilizados como opressão, ora por convenções ora pretendendo-se exclusivista, por outro também podem ser instrumentos de emancipação, sobretudo quando reapropriado por grupos sociais *minoritários*

⁶ Que definitivamente esse eu-mulher integra.

⁷ Forasteiras de dentro, termo cunhado por Patricia Hill Collins referindo-se às mulheres afro-americanas nos espaços acadêmicos. Mesmo que o cunho sociológico desse termo esteja tão voltado à realidade estadunidense, achei oportuno trazê-lo junto ao apanhado de disputa de território na academia. Ver mais em COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1. Janeiro/Abril 2016.

⁸. Justamente por ser essa a questão: o conhecimento é atravessado, constituído e implicado nas relações de poder. Essas relações são muito mais dialógicas do que aparentam. Roland Barthes enuncia sobre uma *inocência* moderna que fala do poder como se ele fosse uno: “de um lado, aqueles que o têm, de outro, os que não o têm; acreditamos que o poder fosse um objeto político; acreditamos agora que é também um objeto ideológico, que ele se insinua nos lugares onde não o ouvíamos de início, nas instituições, nos ensinamentos, mas, em suma, que ele é sempre uno. E no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? ‘Meu nome é Legião’, poderia ele dizer” (BARTHES, 1977). O poder enquanto pluralidade, ou como legião, sugere que esse nos pregaria armadilhas: quando pensássemos que o havíamos superado, ali estaria ele mais uma vez, já multiplicado, não mais em um lugar apenas, mas em vários. Assim o é na luta por conhecimento para as mulheres negras, indígenas, não-brancas: persistente, incansável, pois sempre há legiões de demônios a serem derrotadas.

E entre as lutas por conhecimento, também se trava uma disputa epistemológica, que muitas vezes é pormenorizada, mas essencial ao que será discutido no decorrer deste trabalho: nem a classe, nem o gênero, se sobrepõem à raça, e nem essa, por outro lado, se sobrepõe aos dois primeiros. Tocar nessa questão pode gerar incômodos, sobretudo quando essa “provocação” vem de mulheres negras. Isso gera controvérsias tanto entre feministas radicais, e entre alguns outros setores do movimento negro, quanto entre marxistas. Para os que acreditam na primazia de um desses elementos perante os demais, ou até na primazia de algum que aqui não conste, este trabalho talvez contribua no processo de gerar incômodos e inconveniências, justamente porque retoma vozes de mulheres que fizeram dessas inconstâncias e desestabilizações, o seu “alimento” teórico.

Um possível motivo para se pensar, por exemplo, que a classe tenha alguma principalidade de opressão, é extremamente compreensível, já que essa é um instrumento particular e decisivo no que tange aos mecanismos de exclusão dos sistemas financeiro, político e econômico. Mas e quando o racismo se manifesta através das privações de classe? E quando o gênero é mais uma ferramenta para manifestação das demais opressões? Os entrecruzamentos são diversos, bem como suas materialidades, tornando o campo bem mais complexo do que se gostaria. Por outro lado, poderemos iniciar o abandono de algumas ambiguidades e incompreensões, à

⁸ Por que se diz e se reconhecem pessoas negras, LGBTQs, como minorias? É justamente porque, mesmo estando em ampla maioria em países como o Brasil, permanecem largamente subtraídos de poder, ocupando marginalmente cargos políticos e de liderança.

medida que entendermos que pouquíssimas opressões caberão numa leitura e num método sociológico tão restrito, que preze uma variável social ante as demais.

As privações materiais que circundaram a vida das mulheres negras durante e após os séculos do Colonialismo existiram, nem mais, nem menos, em decorrência das condições raciais e de gênero que lhes foram impostas, através da colonialidade. Elas obtiveram clandestinamente acesso à educação formal e ao conhecimento – quando analisado num âmbito mais amplo, os povos negros em geral estiveram preteridos nesse processo. Angela Davis, mulher negra, filósofa, socialista e ativista estadunidense⁹, no clássico *Mulheres, Raça e Classe*, descreve a luta das mulheres negras por educação, muitas vezes nas aquisições mais básicas como ler e escrever. Mesmo que adstrita às condições da época posterior à abolição da escravatura nos Estados Unidos, não há dúvidas de que

Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição da educação. (DAVIS, 2016)

Essa proibição deriva de um mito biológico, como se a cor da pele significasse subalternização automática¹⁰. Sabe-se, no entanto, que isso deriva não só de um pensamento racista, mas de anos de elaboração científica, inclusive, denominada de *racismo científico* (COSTA, 2006, SCHWARCZ, 1993). As mesmas teorias racialistas do século XIX que hierarquizavam os seres humanos em brancos superiores, mouros e negros inferiores, foram as mesmas que utilizavam mulheres negras como cobaias em experimentos ginecológicos, ou

⁹ Inclusive do Partido Panteras Negras, partido esse que, nas décadas de 60 a fins dos 70, deu segmento às lutas iniciadas muito antes, por figuras como Martin Luther King e Malcolm X, pelos direitos civis de pessoas da comunidade negra. O partido era organizado em torno de dez pontos – os principais preconizavam liberdade, habitação, auto-defesa, educação, emprego, além de monitorar o comportamento da polícia em comunidades negras e criar programas de base, por pessoas negras, para pessoas negras – como cafés da manhã grátis para crianças da comunidade que apresentavam fadiga nas escolas por ou não se alimentarem ou não fazê-lo apropriadamente. Era um partido constituído majoritariamente por mulheres e, assim, alguns papéis também foram subvertidos – homens servindo café da manhã e mulheres portando armas. Faziam vigílias e dormiam nos “Panther Pads” – abrigos próprios para os componentes. Na década de 70, Davis foi perseguida e presa pelo governo estadunidense com acusações de conspiração, sequestro e homicídio.

¹⁰ Frequentemente com propósito de servidão.

craniometria para traçar perfis criminológicos racializados. Os mecanismos que preconizavam a inferioridade dos negros na teoria, assim, se desdobravam na escassa presença de pessoas negras nas universidades e meios acadêmicos, onde eram objetificadas. O lugar da produção acadêmica, do acesso à educação formal, pós-graduação e pensamento crítico, logo, tornou-se e continua como um lugar de privilégio¹¹.

Na pesquisa, o processo de redescobrimto de estudos e desvendar de meus processos e lugares de enunciação, são, no mínimo, desafiadores e incômodos, sempre. Como mulher negra, atenta aos meus privilégios¹², por exemplo, o contato com a bibliografia inicial na academia¹³ foi como olhar num espelho e não enxergar o próprio reflexo, aliás, enxergar-se como sombra – isso quando houve acesso que não aos procedimentos de educação tradicional, pois, para mim, o não enxergar-se era regra, já que nas escolas que estudei, e nas da minha cidade, em geral, a lei 10.639/03¹⁴ possuía quase nenhuma credibilidade. Essa presença ausente, considerando que as convenções de conhecimento trabalham com deslocamento de raça e cultura (DARBY, 2006), me levou a muitas indagações como: onde

¹¹ Cynthia Enloe sabiamente nos relembra que para o fato de quem tem o mero acesso às páginas de seu livro já se constitui um privilégio (ENLOE, 2014, P. XV).

¹² Em comparação aos meus pais e avós, por exemplo: não passei fome ou privações similares na infância, não corri riscos de morte por falta de acesso à água tratada, optei por trabalhar cedo, mas não tive que fazê-lo para ajudar meus pais, não tive problemas com drogas ou tráfico, pude viajar, fazer cursos, aprender línguas, tive acesso à educação privada (que é tida como “melhor”, “de qualidade” – apesar disso ser mais uma ferramenta de marketing do que qualquer outra coisa). Sobre educação, em particular, bell hooks, estudiosa negra estadunidense, similarmente enuncia em *Ain't I a woman*, “Nenhum livro de história usado em escolas públicas nos informa sobre imperialismo racial. Ao invés disso, nos são dadas noções românticas do “novo mundo”, o “Sonho Americano”, América como o grande amálgama onde todas as raças se juntam como uma. Fomos ensinadas que Colombo descobriu a América; que “índios” foram caçadores de escalpos, assassinos de mulheres e crianças inocentes; que pessoas negras foram escravizadas por causa da maldição bíblica de Cam, que o “próprio” Deus havia decretado que seriam lenhadores, lavradores da terra e portadores de água. Ninguém falou da África como berço da civilização, dos africanos e asiáticos que vieram à América antes de Colombo. Ninguém mencionou assassinatos em massa de nativo americanos como genocídio, ou o estupro de mulheres nativo americanas e negras como terrorismo. Ninguém discutiu escravidão como a fundação para o crescimento do capitalismo. Ninguém descreveu a criação forçada de esposas brancas para aumentar a população branca como opressão sexista. Eu sou uma mulher negra. Eu frequentei todas as escolas públicas para negros. Eu cresci no Sul onde tudo à minha volta era o fato da discriminação racial, ódio e segregação forçada. Ainda assim, minha educação quanto à política de raça na sociedade americana não foi diferente da de estudantes brancas que conheci nos colégios integrados, na faculdade, ou em vários grupos de mulheres. A maioria de nós entendeu racismo como um mal social perpetrado por pessoas brancas preconceituosas, que poderia ser superado através de laços entre negros e brancos liberais, através de protesto militante, mudança das leis ou integração racial. Instituições de nível superior não fizeram nada para aumentar nossa compreensão limitada do racismo como ideologia política. Ao invés disso, professores sistematicamente nos negaram a verdade, nos ensinando a aceitar a polaridade racial na forma da supremacia branca e polaridade sexual na forma de dominância masculina (hooks, 2015).

¹³ Quer seja na graduação ou no mestrado.

¹⁴ Lei brasileira que propõe novas diretrizes para incluir o ensino de História e Cultura Afrobrasileira no currículo escolar.

estão os meus pares? Como responder criativamente às tentativas de exclusão? Quais os rumos, que não o da mimese de teorias hegemônicas, posso tomar? Afinal de contas, o lugar para se enxergar como *sujeito pesquisador* está dentro do regime da razão, preponderantemente hegemônica pela masculinidade branca – sobretudo nas Relações Internacionais, autointitulada como uma *ciência social europeia ou norte-americana* (HOFFMAN, 1977). Mesmo com autores e autoras pós-coloniais e feministas trabalhando com saberes localizados (EPSTEIN, 2014) e em outros tipos de narrativa, acaba sendo um obstáculo na apropriação e identificação com esse sujeito implícito à disciplina, que quando não masculino, é majoritariamente branco. Nesse processo, mais que necessário, foi urgente seguir por caminhos metodológicos que não o da neutralidade epistêmica *cega*. Nesse sentido, há de se escavar o que esteve sempre escamoteado: um ativismo internacional negro, que também pode ser representado por mulheres negras.

As correntes que poderiam o considerar, retrabalham a teoria, tanto para tornar visível as relações de poder que atravessam as construções de gênero nas relações internacionais¹⁵ (TICKNER, 2001, ENLOE, 2007), quanto para evidenciar as construções de raça e etnia – sintetizadas pela relação centro-periferia, Primeiro Mundo-Terceiro Mundo, relegados pela lógica, ora da excepcionalidade, ora da exclusão (DARBY, 2006). Nas dicotomias preconizadas pelo modelo tradicional de conhecimento, saindo do “ponto zero” de lugar de enunciação eurocêntrico, como mulher, bissexual, latino-americana, brasileira¹⁶ e negra¹⁷,

¹⁵ Conceitos centrais à Teoria e Prática das Relações Internacionais, como poder, soberania e segurança, estiveram enquadrados em termos que associamos com masculinidade. (TICKNER, 2001)

¹⁶ Tendo o Brasil o peso de séculos de uma alegada democracia racial, sendo essa crença até internacionalmente alimentada, como se o fato dessa harmonia devesse-se ao fato da *mestiçagem* entre brancos, indígenas e negros. Esse é um dos aspectos a serem ressignificados imediatamente. Afinal, “a submissão sexual do conjunto das mulheres do segmento conquistado e subalternizado foi imposta de modo vertical e unilateral, por meio do abuso irrestrito [...] Por esse motivo, a política de miscigenação latino-americana foi, sobretudo, um grande crime contra a mulher africana e indígena” (MOORE, 2012). Romantizar essa miscigenação como é popularmente feito, é não só uma leviandade, mas um insulto.

¹⁷ Minha identidade racial é passível de muita auto descoberta e, como muitos aspectos da minha vida, de muitas contradições - por conta, entre tantos aspectos, da pigmentocracia racial (MOURA, 1994), sobretudo quando se trata do gozo do olhar branco. Mas é muito importante não se perder nessa discussão, então, para isso, o meu norte sobre esse conceito é o seguinte: hierarquizar, na pigmentocracia de “quanto mais claro, melhor, quanto mais escuro, pior” é uma das manifestações do racismo. Como profere Sueli Carneiro sobre sua filha, convivi minha vida inteira com “os acenos de traição à negritude que são sempre oferecidos aos mais claros” (CARNEIRO, S. disponível em: <<https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>>), com os convites de declarar-me *morena* ou *parda* inegavelmente presentes (*ou até mulata! Crendo eu, à época, que um adjetivo que deriva do animal mula me concedesse algum status*). Afirmar-me dessa forma - como o fiz quando mais nova, era o sinônimo de vestir uma máscara branca e tentar convencer, aos outros e a mim mesma, de que eu “não era tão negra assim” ou que “até possuía traços finos” - como muito já me fora dito. O racismo existe, mundo afora, para reforçar e aprisionar pessoas negras em imagens fixas, estereotipadas e desagregadoras - já

portanto, sou permanentemente *estrangeira*. Isso pode até envolver um olhar privilegiado, mas sempre de forasteira, não-pertencente, já que estar estrangeira possibilita perspectivas fronteiriças. Mas, por outro lado, estar destacada desses parâmetros – segundo os arautos da ciência, também envolve processo contínuo de deslegitimação do discurso, ou seja, uma inegável marginalização.

~

1.1. Situando Gênero, Raça e Classe nas Relações Internacionais

Gênero, Raça e Classe não são palíndromos, ou seja, a *ordem* de análise possui consequências distintas – dependendo de ênfase, nuances ou contexto. Mas por maiores que sejam as complexidades envolvidas, a leitura simultânea dessas categorias é tão importante, quanto prática, para compreensão de hierarquias sociais em qualquer seara, mesmo que essas sejam sucessivamente negligenciadas – sobretudo com temas não tão sedimentados como gênero e raça. Mas como interpor uma e outra quando o sistema internacional deliberadamente exclui, através das estruturas de classe, pautado num ideário de raça, etnia, gênero, sexualidade? O gênero nunca opera sozinho e como sugerem alguns estudos, a leitura dessas categorias está muito distante de ser planificada ou uniforme. Assim surge a *interseccionalidade* como conceito decisivo para essas análises.

Primeiro porque, atrelado a ele, estão outros que pensam discriminações de raça, dentro das questões de gênero, e discriminações de gênero, dentro das questões de raça. Isso porque esses marcadores sociais de diferença (CRENSHAW, 2002) surgem para dar nome às opressões, identificá-las e lutar contra elas – e num processo mais amplo, a interseccionalidade no feminismo acabou se desdobrando para além da raça, como destacado anteriormente, com marcadores de sexualidade, condição físico-mental, faixa etária, religiosidade, nacionalidade, cis ou transgeneridade. Segundo, porque o lugar de raça, lugar

que hierarquizar os tons de pele em *quanto mais claro melhor* (típico do período colonial com a figura de poder do capataz, sob a alcunha de estar a meio caminho de ser branco), desencadeou num processo atroz e perverso para a população negra, com um racismo ainda mais recrudescido. Mas com engajamento e autocrítica, perscrutar essa pesquisa investigando e me questionando sobre meu pertencimento étnico, é duro e repleto de desafios, mas também bastante elucidativo por desvelar olhares mais escuros (como diria meu mestre de capoeira) e francos sobre mim mesma. Além disso, como sempre me lembra Patricia Hill Collins, “a autodefinição e a autoavaliação não são luxos, são necessárias para a sobrevivência da mulher negra” (COLLINS, 2016), visto que, caso contrário, posso começar a deixar que me digam o que ou quem eu sou.

de etnia e lugar de gênero estão, em variados aspectos, entranhados numa relação complexa de classe, segundo a estrutura socioeconômica na qual o Capitalismo se consolida. Ele surge a partir da capacidade de se reinventar, aproveitando-se dessas estruturas ao ponto que consegue espalhar-se e imiscuir dispositivos de exclusão.

Em contrapartida, a produção acadêmica tradicional designa abismos quase intransponíveis por conta do silenciamento teórico-prático quanto à raça e gênero. Ele deriva do corrente *epistemicídio* que circula nesses ambientes ao redor do mundo. Nesse contexto, pessoas não-brancas e não-acadêmicas não podem falar por si mesmas. Como a estrutura estatal, a academia possui um papel esquizofrênico de resguardar o conhecimento, tanto quanto aniquilá-lo. Isso porque, entre tantos aspectos, assim como o nacionalismo na figura dos Estados, o saber acadêmico carrega, em seu seio, um projeto colonialista (CESÁIRE, 1978).

Muito frequentemente, o quesito renda se sobrepõe aos de raça e gênero, enquanto esses últimos, quando considerados, são analisados sob uma perspectiva biológica – quando deveriam ser analisados sob uma perspectiva histórica. O que se sucede a isso é uma esterilização conceitual, reduzindo a potencialidade desses marcadores para uma espécie de mapeamento inócuo de medição de capacidades¹⁸. Tanto o é que, quando pessoas negras, indígenas ou não-brancas em geral, produzem fora das *expectativas estruturais* ou dos *lugares engessados* advindos dos mitos sociais, ou ainda quando revolucionam – em qualquer ramo, essas pessoas são retratadas como *exceção*. E exceção por exceção, é justamente por essa que são também punidas, ora pelas instituições, ora pelo Estado – no aspecto simbólico, também, mas quando pensamos no encarceramento da população negra, do racismo religioso, da perseguição à população indígena, é possível enxergá-lo de forma ainda mais factual.

No sentido da consolidação de um projeto colonial, o Pós-Segunda Guerra trouxe consequências adversas, sobretudo com o processo de aparente descolonização e estatização das colônias – advento da economia aberta surgida do Capitalismo Industrial, incidindo nos quesitos de raça muito particular e decisivamente. Primeiro que surtiu numa retórica anticolonialista falaciosa, como se, com a implantação automática dos Estados, a propaganda de liberdade e bem-estar sociais estariam disponíveis, principalmente pela cooperação com democracias liberais – quando essa campanha esteve ainda mais intensa no pós Guerra Fria.

¹⁸ Isso será retomado mais à frente, no capítulo seguinte.

A partir dessas mudanças, do Colonialismo¹⁹ ao Multilateralismo, o capitalismo encontrou novas formas de exploração, que para as nações capitalistas – Europa Ocidental e Estados Unidos, passa a ser mais interessante, ou conveniente, “cooperar na exploração do resto do mundo do que guerrear entre si” (BIEL, 2007). Segundo, isso reforçou as hierarquias Norte-Sul, os discursos de segurança nas políticas de imigração, todas girando em torno de uma violência confeccionada aos moldes coloniais. Como enuncia Robert Biel,

A Segunda Guerra Mundial demonstrou que o sistema de segurança havia falhado seriamente. O nazismo mostrou dentro do próprio mundo industrial um tipo de genocídio e violência que anteriormente só se havia praticado contra as colônias: ‘uma civilização que justifica a colonização... chama seu Hitler, quer dizer, seu castigo’ (CESAIRE, 1972). O nazismo foi o resultado de um processo histórico que sempre excluiu algumas pessoas de sua definição de humanidade, a fim de deslocar a população para facilitar o acesso aos recursos ou para superexplorar a força de trabalho local. Ao transferir isto ao mundo branco, o nazismo efetivamente subvertia a divisão Norte-Sul. Portanto, em certo sentido a ordem do mundo pós nazi patrocinado pelos Estados Unidos foi em realidade mais racista, porque sua definição de seguridade restaurou a fronteira racial: somente de um lado dela continuaria o genocídio. (BIEL, 2007)

Segundo Césaire²⁰, o nazismo é a ferida branca que o homem burguês se recusa a encarar de frente, a barbárie com a qual ele se recusa lidar - apenas permite-se ao espanto; isso porque encará-la seria o mesmo que debruçar-se sobre sua própria barbárie, à sua própria cumplicidade quando se trata de povos não europeus. Mas arriscaria dizer que essa definição [de seguridade, citada por Robert Biel] não só restaurou uma fronteira racial, mas reassegurou o racismo que, em verdade, nunca esteve realmente superado. Entrementes, um dos pivôs da dominação econômica, cultural e política do Ocidente em relação ao Terceiro Mundo é a construção de raça, a qual foi ainda formalizada e classificada durante e após o regime colonial.

¹⁹ Intrinsecamente bilateral, onde as trocas comerciais, econômicas e políticas ocorrem entre dois países. Já o Multilateralismo opera na prerrogativa de diversos países-parceiros comerciais, mesmo que, em dadas circunstâncias, com os mesmos vícios de desigualdade e subalternização econômica.

²⁰ As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: 'Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!' E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade - que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã (CÉSAIRE, 1972)

O advento da Guerra Fria, os golpes militares na América Latina e seu modelo econômico subjacente, não só aprofundaram as desigualdades econômicas que cerceiam as populações do Terceiro Mundo (sobretudo sendo racializadas), mas estiveram atrelados a políticas de “pacificação” que envolviam, entre tantos aspectos, o silenciamento. Como bem pontua Lélia González, mulher negra, antropóloga e professora brasileira, em *Lugar de Negro*, “[...] os militares determinaram que seria necessário impor a “*pacificação*” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “*pacificação*”, entenda-se repressão” (GONZÁLEZ, 1982). Talvez Lélia González, à época, não suspeitasse o quanto suas reflexões estariam tão presentes em pleno advento de democracias pretensamente legítimas no século XXI.

As formulações do ‘Eu’ branco superior ao ‘Outro’ não-branco, estiveram legitimadas em arranjos jurídicos, científicos e antropológicos há séculos, quando posicionavam as raças numa espécie de gradação entre mouros, negros e amarelos inferiores e brancos superiores, como dito na seção anterior, adicionados à catalogação de características biológicas como tamanho craniano e cerebral, comprimento da testa, narizes, genitálias²¹ – onde sobretudo o corpo negro esteve no extremo oposto dessa alegada superioridade branca, segundo uma prerrogativa biológica, e conclamando a si a exclusividade do compêndio civilizacional. Se, nesses aspectos, os parâmetros de raça são masculinos, como fica a situação das mulheres negras?

~

1.2. Mulheres Negras, Modernidade e Processos de Subalternização

Mesmo com toda a resistência, uma das marcas talvez mais fortes e lamentáveis que até hoje deixa inscrita nos corpos das mulheres negras uma ferida colonial, dessa interseção racista e misógina ao corpo e sexualidade negra feminina, seja o caso de Saartjie Baartman, mais conhecida como Vênus Hotentote, e sua relação com seu algoz – entre tantos, Georges Cuvier. Saartjie, também conhecida como Sarah, era uma jovem khoi-san²² sul-africana

²¹ Especulava-se até sobre cor do sêmen. Ver KANT, I. *Das diversas raças humanas*. SOEMMERRING, S. T. *Acerca da diferença corporal entre o negro e o europeu*. MEINERS, C. *Acerca da natureza dos africanos pretos e da Libertação ou Limitação dos Negros dela Dependente*. In: SANCHES, M. R. SERRÃO, A. V. *A invenção do “homem”. Raça, Cultura e História na Alemanha do século XVIII*. Lisboa: C.F. - Universidade de Lisboa, 2002.

²² Designação unificadora de dois grupos étnicos do sudoeste da África.

nascida em 1789, e no início século XIX era exibida em *freak shows* e “aulas” em universidades europeias. Em contexto anterior da exploração de sua imagem e corpo, ela foi casada com um homem negro com quem teve dois filhos. Mas descaracterizada e extirpada de qualquer traço de civilidade, sua estatura e quadris, bem como suas genitálias, eram expostas a público e tidas como exóticas, como cita Janaína Damasceno,

Nos *freak shows* do Piccadilly Circus corpos humanos eram exibidos como monstruosidades que tinham por função dar ao seu público mais confiança e consciência de si. De sua civilidade, de sua moralidade, de sua preeminência. Mas Sarah era uma atração especial dos espetáculos, devido a sua pequena estatura aliada às fenomenais medidas de seus quadris. Ela permaneceu em Londres por quatro anos e em 1814 foi vendida a um exibidor de animais francês e trocou a capital britânica pela francesa onde residiu por um ano até morrer. (DAMASCENO, 2008)

Após a morte, seu corpo negro e feminino foi alvo de experimentos acerca de sua suposta animalidade, além de ser exposto em museus e cátedras de estudos científicos. Georges Cuvier, inclusive, foi o que protocolou, na ciência moderna, pautado no corpo de Saartjie, o termo *raça*. Nesse sentido, a objetificação da mulher negra ganha outras dimensões as quais primariamente estereotipam seu corpo como o reflexo negativo do que seria o padrão, ou melhor, consenso em torno de um parâmetro de humanidade. Todos esses aspectos retroalimentaram uma lógica para qual os epítetos *mulher negra* e *objeto* fossem sinônimos. No entanto, como explicita Vânia Maria da Silva Bonfim, em *A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas*, onde alude à situação da mulher negra marcada tanto por protagonismo e agência – antes²³, durante e após período colonial, como por subalternização,

diante da caracterização centrípeta da sua posição social numa extensa história de protagonismo, a degradação brutal da posição da mulher africana na sociedade acontece somente com o tráfico negreiro e a escravização racial dos africanos no Oriente Médio (séculos IX a XVI) e nas Américas (séculos

²³ Sabemos agora, por estudos das fontes meroenas, que não era um nome, mas um título cujo significado não está absolutamente esclarecido, e talvez equivalente a “rainha-mãe” ou “rainha”. Aparece escrito em meroeno em diversos locais, sendo o mais relevante Kawa, onde existe uma inscrição que nos apresenta o nome Amanirenas seguido do título Candace. É possível que fosse a soberania reinante ao tempo da invasão romana. [...] [Plínio] narra que Méroe era governado por uma rainha, de novo Candace, nome que afirmava passar sucessivamente de umas rainhas para as outras, aproximando-se deste modo mais da verdade que outros escritores. A persistência dessa tradição, de que o governante Méroe era uma rainha, é curiosa. Aparece também na única referência a Méroe feita no Novo Testamento, onde narra, nos Actos dos Apóstolos (VIII, 26-39), como Felipe batizou “um homem da Etiópia, eunuco e alto funcionário de Candace, rainha dos Etíopes.” (BONFIM, V. M. S., 2014)

XVI a XIX) [...] operou-se uma mudança total de perspectiva na direção da coisificação: mulher-objeto, mulher-sexo, mulher-labor²⁴ (BONFIM, 2014).

Assim, mesmo com uma tentativa de operação tautológica a qual se reduz a condição da mulher negra nesses três entes, por outro lado, sua condição humana não está adstrita a, nem somente definida pelo período do sistema mercantilista europeu – seus antecedentes civilizacionais e resistência caminham justamente pelo sentido contrário, o de afirmar sua diversidade. A ideia de retratar um ativismo translocal protagonizado por mulheres negras é dar a visibilidade que precisamos, a de que a mulher negra possui agência.

O já citado *racismo científico*, que se transmite na contemporaneidade reproduzindo essa interconexão das opressões de raça e gênero, calcificou uma hierarquia global que serviu às necessidades do capitalismo, que continua a constituir a política global contemporânea. Quando penso nos desdobramentos que essa calcificação reverberou, nas consequências do discurso da colonialidade e modernidade, não consigo dissociar das aberturas e concessões à economia liberal, seu humanitarismo cosmopolita e a suas sequelas. Essa intensificou a periferização dos países tidos como não desenvolvidos em frentes culturais, sociais, políticas e econômicas. Esse fato, tanto quanto a implantação da Social Democracia e Estado de bem-estar social na Reconstrução das potências europeias, obscureceu as operações de poder numa economia política global capitalista, e disfarçou seus pilares culturais e ideológicos. Além disso, suprimiu quase que completamente os processos racializados, generificados e de classe que subscrevem hierarquias globais (CHOWDHRY, G., NAIR, S., 2002), pela via de que a economia aberta do desenvolvimentismo resolveria todos os problemas, inclusive os político-sociais. Essas hierarquias são sintetizadas, por exemplo, pelo controle de fronteiras, as consolidações do modo de produção que relegam sujeitos racializados e generados a postos de trabalho subalternos, ou mesmo a formas recentes de escravidão.

Um dos cúmplices desse processo foi justamente o discurso científico moderno, que outrora também feminizou e infantilizou Asiáticos, Africanos e Indígenas em contraste a uma identidade masculina europeia – alegava-se que o baixo peso do cérebro deficiente de uma mulher [europeia] era similar aos de raças inferiores, e sua “baixa intelectualidade” o comprovava. Em suma, raças ditas inferiores representavam o tipo “feminino” da espécie humana, e as fêmeas, a “raça inferior” do gênero (LOOMBA, 1998). Esses aspectos nos

²⁴ Miellassoux, 1997.

informam a tripla subalternização das mulheres negras, já que, através da classe, segundo esse pensamento, são tidas como duplamente inferiores, pela raça e pelo gênero. A hipersexualização de mulheres e homens negros e sua objetificação tornam-se detalhes, quando se deparam, ainda, com o fardo de cooperar com as missões dos Estados desenvolvidos – ironicamente os que perpetraram esse modelo, que visa, teoricamente, “salvar” populações não-brancas de sua própria *selvageria*.



1.2.1. O Campo das Relações Internacionais: Expulsão, Exclusão ou Ausência?

A falha em contextualizar as práticas político-culturais no terreno das Relações Internacionais – e seus desdobramentos em identidade de gênero, raça, sexualidade, e negligência de suas conexões [das relações internacionais convencionais] com regimes liberais e práticas imperialistas, derivam frequentemente do regime modernizador e colonizador que guia quase que todas as premissas da disciplina, inclusive a premissa histórica que coloca as evoluções do Ocidente e não-Ocidente como separadas. Entrementes, elas estão imbricadas – dificilmente uma cultura caminha por si isolada²⁵, pelo histórico da colonização, industrialização, pelas dinâmicas de nacionalismo e secularismo, entre tantos aspectos inerentes a uma economia-mundo (WALLERSTEIN, 2007). Como diria Sérgio Costa, pesquisador branco, intelectual e brasileiro, que se centra no estudo do anti-racismo, modernidade e cosmopolitismo,

É indispensável ir além de qualquer antinomia essencialista que separe a modernização do “Ocidente” (*West*) e do “resto” (*rest*) [...] têm-se, na verdade, histórias de modernização entrelaçadas, no interior das quais os desenvolvimentos que levaram os países do hemisfério norte a adquirir uma posição privilegiada na defesa dos direitos humanos, recentemente, precisam ser vistos como circunstanciais e contingentes. Essa posição não é necessariamente definitiva – isto é, não é ontológica, é histórica. Não representa, portanto, um lugar definido numa linha de evolução inelutável e imutável da modernidade, é, antes, o reflexo momentâneo de um conjunto de injunções políticas particulares (COSTA, 2006).

Dentro desse contexto, ainda, o autor discute como a questão dos direitos humanos não pode estar dissociada, obviamente, do Ocidente, mas nunca do “resto”, que levou o primeiro a seu atual “estágio de desenvolvimento”. O desrespeito colonial aos direitos humanos foi o que

²⁵ Afinal, identidades – ainda mais as culturais, desenvolvem-se sempre em contraste, em conflito.

garantiu esse manto moral hodierno de defesa humanitarista, dentro e fora do continente europeu. Evidentemente, isso acabou inaugurando uma nova fase de cosmopolitismo e defesa de uma *democracia cosmopolita*. É por isso que se torna crítico enfatizar não só o papel que a modernidade desempenha na injunção das relações de poder e dominação na política internacional, mas também os contra-caminhos, as resistências a isso – mesmo que não seja esse necessariamente o foco deste capítulo.

Quando se discute a modernidade, é importante ter em mente que ela inclui uma espécie de cosmopolitismo, um cosmopolitismo e humanitarismo burguês. Nos últimos tempos, ele tem se desenvolvido, na teoria e prática, nas relações internacionais, partindo da democracia universal de Kant para uma *governança sem governo* (COSTA, 2006). O autor citado enumera críticas ao conceito de sociedade mundial de cidadãos (*Weltbürgergesellschaft*), proposto por Jünger Habermas²⁶. Ao sugerir que esse modelo cosmopolita promoveria uma transição de uma “política de poder” para uma “política interna mundial cosmopolita”, Habermas esquece-se de que essa categoria normativa se insere nas relações paternalistas e assimétricas entre Norte/Sul.

No que se refere particularmente ao guarda-chuva moral arbitrário de aplicação *ad hoc* de uma “consciência cosmopolita”, essa assimetria se agrava para tornar-se calamidade e seletividade²⁷, que inclui ações transnacionais de movimentos, organizações, governos, aplicável conforme as conveniências e preferências políticas do momento – inclusive, esse “guarda-chuva” seria aplicável, segundo Habermas, numa “situação cosmopolita” que envolveria uma “legitimidade” quanto a “intervenções militares humanitárias”. Além disso, como destaca Costa, sobre Habermas,

Habermas mostra-se, em alguma medida, consciente do risco eurocentrista subjacente à sua justificação da expansão dos direitos humanos. O exercício da autocrítica se restringe, contudo, a reconhecer, na história europeia recente, o *descentramento* da concepção de direitos humanos, na medida em que, “só depois de duras lutas políticas, trabalhadores, mulheres, judeus, ciganos, homossexuais e exilados passaram a ser reconhecidos como seres humanos com direito a tratamento plenamente igualitário (HABERMAS, 2001). Nessa autocrítica, Habermas não rompe com a representação antinômica entre, de um lado, um centro da sociedade mundial, ora tratado como Ocidente, ora como Europa e definido como precursor e difusor dos

²⁶ Um dos partícipes da tradição da Teoria Crítica, juntamente com nomes como Horkheimer, Adorno e Marcuse, e da Escola de Frankfurt. Debruça-se, sobretudo, nos estudos da democracia e desenvolve a teoria da ação comunicativa, política deliberativa e esfera pública.

²⁷ Sempre que me deparo com textos como esse, lembro-me do genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994, e da indiferença perpetrada por esse mesmo cosmopolitismo.

direitos humanos e, de outro, o resto do mundo, receptor dos ideais universalistas europeus (COSTA, 2006).

Essa tentativa de conciliar, isto é, de assimilar a cosmogonia eurocentrada dos direitos humanos em pseudo-conceitos ecumênicos (COSTA, 2006), vazios, por sua vez, de conteúdo prático e verdadeiramente útil para quem é refém das injustiças, são um dos desafios colocados quando se trata de um cosmopolitismo que marginaliza suas incompletudes e parcialidades, assim relegando indiscriminadamente agentes como as mulheres negras à clandestinidade. É por isso que evocar raça e gênero nessa área, não é trazê-los como assertivas fixas ou autoexplicativas, como se costuma ver em correntes universais-racionalistas. Ao invés disso, sugere-se que seu significado deriva de localidades, narrativas diversas, mas também de uma espécie de alinhamento estrutural às encruzilhadas de raça, classe, gênero, sustentado por séculos de capitalismo colonialista.

Além disso, o olvido do local, como sugere a binariedade do dilema *universal versus específico* encorajado pelas Relações Internacionais, em muito contribuiu para um mito da democracia global dos direitos humanos. A existência normativa desses não contempla a materialidade das opressões perpetradas pelo eurocentrismo e como isso influenciou os processos coloniais de subalternização de corpos não-europeus. Até porque, a desumanização e degradação do sujeito colonial racializado, o que pode-se chamar de *coisificação*²⁸, foi, de formas entrecruzadas, decisivo para esse processo de colonização, sobretudo no que se refere à consolidação de um corpo-sexo e um corpo-labor, que serve à exploração primária de reprodução e trabalho.

O discurso colonial sobre raça tornou necessária a reterorização das bases de dominação lastreadas, por exemplo, em classe, apenas; Fanon, filósofo, psiquiatra, combatente ativo contra o Colonialismo e ensaísta negro da Martinica²⁹, em *Os Condenados da Terra*, traz que “nas colônias você é rico porque é branco, você é branco porque é rico. É por causa disso que as análises marxistas deveriam ser levemente tensionadas toda vez que lidarmos com o problema colonial” (FANON, 1968). Quando o que está em análise é a política mundial, a interpelação histórica de raça, gênero e classe é necessária, à medida que também se flexiona o Marxismo e outras correntes críticas da área.

²⁸ CÉSAIRE, 1978.

²⁹ Liderou, ainda, parcela significativa da luta anti-colonial por independência na Argélia.

A negligência da literatura nas Relações Internacionais referente à raça é bastante perceptível, se estendendo até mais quando comparada à sistematização teórica quanto a estudos de gênero e feminismo. Ainda que autoras e autores como David Campbell, Roxanne Doty ou Philip Darby³⁰, sistematizem a importância das narrativas, da representação ou a relevância das construções de raça, etnicidade e identidade para o imperialismo, suas obras, como de forma geral nas relações internacionais, estão centralizadas nas experiências dos Estados Unidos e das grandes potências, ou melhor, de suas políticas externas imperialistas. Mesmo com todas essas considerações, no entanto, não se menciona uma ordem mundial *racializada* – apenas implicitamente *supremacista*. Talvez a dificuldade de dar nome surja justamente da problemática de pouca representação negra no âmbito teórico das relações internacionais, e não se enuncie explicitamente uma ordem mundial *racista*, porque, enunciado por pessoas não-negras, careceria de legitimidade – mesmo que, em diversos aspectos, teóricos ou não, todos saibam da funcionalidade e abrangência da macroestrutura do racismo³¹. Isso faz com que a questão racial nesse aspecto seja um tanto *especulativa*, sob o crivo das construções representacionais aludidas ao Pós-Estruturalismo.

David Campbell (1994), autor que trabalha identidade, política internacional e segurança nas relações internacionais, traz contribuições muito elucidativas, e em artigo denominado *Foreign Policy and Identity: Japanese 'Other'/American 'Self'*³², aborda representações do Japão e as políticas externas dos Estados Unidos e Japão na política mundial. Ele explora a construção do Japão e Estados Unidos através das lentes do Pós-Modernismo e enquanto representações de raça constituem sua análise, ele curiosamente não teoriza a incidência determinante da raça no sistema interestadual. Por outro lado, o autor traz gênero muito mais explicitamente em suas análises, demonstrando que “a constituição performativa do corpo e de gênero é análoga à constituição performativa do Estado” (CAMPBELL, 1994). Essa omissão nas análises de Campbell reflete a negligência de raça em muitos dos trabalhos críticos nas Relações Internacionais – e até alega-se uma falha em aderir de fato ao Pós-Colonialismo³³. Mas esses aspectos demonstram que, acima de tudo, embora muitos

³⁰ Quando se discute Pós-Colonialismo nas Relações Internacionais, essa autora e esses autores são alguns dos mais consolidados na área.

³¹ Grada Kilomba em *Plantation Memories*, discute o privilégio de optar por não enxergar, como uma espécie de fingimento, a marginalidade – no âmbito da exclusão pautada, sobretudo, na raça, quando todos sabem que ela existe.

³² Traduzindo, Política Externa e Identidade: ‘Outro’ Japonês/‘Eu’ Americano.

³³ CHOWDRY, G., NAIR, S., 2002.

autores e autoras estejam engajados na importância de uma lente pós-colonial ou decolonial nas relações internacionais, do centro, sobretudo, esquecem justamente de destacar um dos principais elementos que construíram a base do colonialismo: *raça e etnia*.

Parte considerável de estudiosos das Relações Internacionais põe o estudo do Colonialismo no amplo terreno das “narrativas” – o que não deixa de ser importante, já que existe o modelo de produção acadêmica que em muito exclui cosmogonias que não eurocentradas e dentro de um marco civilizatório racional, sendo mais que urgente resgatá-las. O que pensamos sobre os eventos e o que podemos fazer sobre eles depende, num sentido fundamental, em como pensamos sobre eles (SMITH, BOOTH, ZALEWSKI, 1996) e essas perspectivas podem trazer a confrontação do saber e pensar como um dos elementos mais cruciais à pesquisa. Mas um erro frequente, aliás, uma armadilha – que implica na romantização desse conceito, é o de vinculá-lo tão somente ao âmbito teórico de convenção de conhecimento, quando, até hoje, as fissuras desse colonialismo permanecem nas relações sócio-econômicas, raciais, e com inerentes contradições – tanto em aspectos identitários, quanto nacionais, mesmo que resignificadas.



1.2.2. Subverter para Enxergar: Eu-mulher Negro – a Modernidade em suas Costas, na Palma de suas Mãos

As clivagens binárias humano/selvagem, natureza/cultura, razão/emoção, civilizado/incivilizado, masculino/feminino, universal/específico, público/privado, saudável/patológico, normal/estranho, branco/negro, *sujeito/objeto* perpassam as relações internacionais tanto na ordem do discurso, quanto na prática política. Para se aprofundar nessas dicotomias, é crucial reiterar que, além de não serem arbitrárias – no sentido que não existem por acaso, preconizam hierarquias *interseccionadas, tangenciais e interconectadas*. Isso quer dizer que nem operam individualmente, nem não são simplesmente unidimensionais no ápice de seu aspecto racional positivista: elas existem simultaneamente, preconizam valores morais, filosóficos, metodológicos e ideológicos.

Os quesitos de poder contam com diversas blindagens. Para quem desvela olhares imprecisos e deixa-se ludibriar por essas blindagens de poder, situa, por exemplo, o Colonialismo como

algo que pertence a um passado remoto, a noção de humanidade num Cosmopolitismo em moldes absolutos e universalmente eurocêntricos – representado em mais alto grau pela Declaração Universal de Direitos Humanos, ou, quando se estende a gênero, dilui superficialmente a experiência das mulheres brancas de classes média ou alta como a experiência de todas as mulheres – quando não as desconsidera completamente³⁴, ou ainda parte de premissas unificadas de essência feminina e masculina para discutir os construtos sociais em torno dos corpos.

Assim, também pode incorrer num descuido, sobretudo porque, dentre os aspectos enumerados, os traços coloniais na contemporaneidade foram perversamente aprimorados – trazendo noções de humanidade de forma muito mais nuançada, e a ideia de uma essência feminina conduz a pretensas fragilidades que desconsideram narrativas de mulheres de outras etnias, outros marcos – quando não as subalterniza pautadas num ideário de raça ou silencia conflitos “intraclasse”³⁵. Essas menções aludem apenas a alguns aspectos da dialógica das relações de gênero e raça. Enquanto a classe é também crucial para compreensão desses conceitos, é imperioso lembrar que há uma espécie de exemplar do branco como referência, padrão sociológico, até dentro das discussões críticas que envolvem luta de classes e Capitalismo. Por outro lado, deslocá-lo dessas opressões, quando, em verdade, esse exemplar branco está intrinsecamente associado a construções históricas de poder, é no mínimo, e em

³⁴ Para compreender um pouco melhor, ver *Mística Feminina*, de Betty Friedan. Isso é mais comum do que se imagina. Angela Davis retoma, no histórico do movimento abolicionista nos Estados Unidos do século XIX, o papel controverso das mulheres brancas de classe média e alta – que posteriormente colocaram o sufrágio masculino negro como uma espécie de empecilho ao voto das mulheres (brancas). Como em citação de umas das líderes do movimento sufragista à época, Elizabeth Cady Stanton, em *Mulheres, Raça e Classe*, “Quando o sr. Downing me faz a pergunta: você está disposta a ver o homem de cor obter o direito ao voto antes das mulheres?, eu digo que não; eu não confiaria a ele meus direitos; desvalorizado, oprimido, ele poderia ser mais despótico do que nossos governantes anglo-saxões já são. Se as mulheres ainda devem ser representadas pelos homens, então eu digo: deixemos apenas o tipo mais elevado de masculinidade assumir o leme do Estado.” (STANTON apud. DAVIS, 2016), mostrando que ser defensora dos direitos das mulheres e antiga participante do movimento abolicionista não a isentou de ser admitidamente racista.

³⁵ Me parecía -y me sigue pareciendo- que el feminismo debía intentar no idealizar ciertas expresiones de género que al mismo tiempo originan nuevas formas de jerarquía y exclusión; concretamente, rechacé los regímenes de verdad que determinaban que algunas expresiones relacionadas con el género eran falsas o carentes de originalidad, mientras que otras eran verdaderas y originales. El objetivo no era recomendar una nueva forma de vida con género que más tarde sirviese de modelo a los lectores del texto, sino más bien abrir las posibilidades para el género sin precisar qué tipos de posibilidades debían realizarse. BUTLER, J. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 1999.

última instância, forçoso³⁶. E forçoso porque seria dissimulativo, tratando-o como se não existisse³⁷.

Nesse texto, a modernidade é um sistema – educacional, ideológico, que se desdobrou na economia-mundo como uma dupla manifestação do processo capitalista, enquanto Colonialismo e Liberalismo, assimilados como unidade econômica e política – mesmo que a ciência tradicional insista em sua separação, na realidade, são dois entes indissociáveis. Assim, a economia-mundo como contemporaneamente se estrutura, seja ordem econômica ou sistema interestados, é sem dúvidas um ente social. Em consequência, a dialética de sua expansão seria planetária, ou ao menos uma caracterizada pelos constrangimentos globais sobre relações locais. Isso explica, superficialmente, pelo menos, o fenômeno da globalização – ou modernização, que opera, com as características sistêmicas já citadas, através de sua política e ideologia as quais se vê ocorrer e se espalhar em duas temporalidades: durante muitíssimas décadas, na contemporaneidade, e as que aparecem como resultado de um processo cumulativo de séculos. Em períodos de crise, porém, esses encadeamentos ficam tão mais intrigantes, quanto perturbadores. Isso porque traz à tona toda ordem de paradoxos e contradições.

É de suma importância, ao mesmo tempo em que se desvela olhar interpretativo a esse fenômeno, não escamotear outros que parecem surgir nesses períodos, como racismo e nacionalismo extremista, por “intolerância” e “xenofonia” – o típico “preconceito” que é comumente designado ao se discutir esses temas. Isso desfigura o caráter estrutural, aliás, a institucionalização no seio desse racismo que tem, frequentemente, a intolerância e a xenofobia apenas como efeitos colaterais. Há, ainda, o que Etienne Balibar define por neorracismo, que seria justamente a síntese do sentimento nacional como forma diferencialista de abordar raça, e proclamando a superioridade racial como um sinônimo de superioridade cultural. Mas, em suma, o primeiro, racismo, é a pura exploração das hierarquias envolvidas na divisão mundial do trabalho e o outro, nacionalismo, como uma reação à ameaça de uma pretensa soberania. Isso não significa, porém, que essa perspectiva

³⁶ O deslocamento do branco como raça é justamente uma das estratégias que esboçam o privilégio de até não ser raça ou não demarcar cor, como pontua Liv Sovik em *Aqui ninguém é branco*. Nessa pesquisa, no entanto, além do exercício dos lugares de fala, far-se-á o exercício de aguçar o olhar para enxergar os lugares de raça inclusive do branco.

³⁷ Ele existe e precisa ser combatido como norma.

de economia-mundo imponha algum determinismo ou uniformidade de globalismo à multiplicidade de conflitos sociais³⁸. A transnacionalização conduzida pela hegemonia, mais conhecida como globalização, que muitas vezes contorna lutas e resistências ao redor do mundo, não pode ser totalizada pelo cálculo que tenta uniformizar o que lhe é insurgente – ou seja, definir a articulação das lutas contra a hegemonia capitalista como global é ir um pouco longe. Afinal, as formas locais de conflito, a especificidade dos movimentos e sua translocalidade é múltipla, por maiores, similares ou repetitivas que sejam as ofensas aplicadas contra eles. Ainda assim, se poderia considerar que movimentos sociais, sindicatos, instituições políticas, não deveriam ser distinguidas de bancos, empresas, corretoras, já que juntos integram o mesmo ‘mundo social’, apesar de frequentemente não coincidirem ideologicamente.

E essa é justamente a questão: por não coincidirem, o movimento da economia-mundo acaba sendo muito mais o resultado – quase não premeditado, das ondulações dos entes sociais do que o contrário. Isso, ao mesmo tempo, não sugere nenhum tipo de revisionismo ao materialismo histórico, ou que a unidade econômica das sociedades deveria ser substituída pela político-social. É mais no sentido que a própria base das formações sociais que mantém, de antemão, as formações sociais *capitalistas* vivas. Quer dizer que, ao invés de pensar a divisão do trabalho capitalista como o que funda as sociedades humanas – uma naturalização que se vê muito correntemente, seria mais profícuo enxergá-la como o que justamente nos destrói, enquanto coletividades. Ou, ao menos, o que destruiria, através das desigualdades e antagonismos irreconciliáveis. Se fosse o caso de vivermos numa utopia capitalista, seria o anúncio de um extermínio total – ou melhor, mais um entre os que já transcorreram e transcorrem³⁹ contemporaneamente.

O genocídio que acompanha a economia-mundo capitalista opera em recortes, e se certifica de que sempre haja uma massa substituível ou ainda, como alguns prefeririam chamar, um *exército industrial de reserva*⁴⁰. Os recortes são os já citados e trabalhados aqui como marcadores sociais da diferença: gênero, raça e classe. Quando se pensa sobre seus significados, em termos mais materiais que teóricos, é possível que esses três âmbitos sejam sintetizados, aliás, reunidos na vida das mulheres negras trabalhadoras. Tanto pelo quesito

³⁸ Balibar, 1990.

³⁹ Balibar, 1990.

⁴⁰ MARX, 1859.

raça, quanto gênero, elas são consideradas dentro desse exército como *mão-de-obra barata*. Essa subalternização assegura, dentre outras coisas, o lucro das camadas dominantes. Segundo Saffioti, socióloga branca, intelectual e brasileira, que se propõe a teorizar sobre os entrecruzamentos de gênero e classe no Brasil⁴¹,

A sociedade não prescinde do trabalho das mulheres das camadas inferiores. A inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013)

Compreender que a inferiorização social está diretamente associada ao lucro da classe burguesa é uma fundação crucial para compreender as encruzilhadas trabalhadas aqui. É por isso que, dentre tantas caracterizações, ressalta-se que a categoria ‘mulher’ é pouco estável, *um problema* – de valência talvez não tão negativa, parafraseando Butler, mas quando aplicada à realidade e levando em consideração as questões de classe das mulheres negras, essa categoria torna-se um tanto mais problemática, com uma valência já cruel. Saffioti contempla as relações de classe e gênero, como se ambas as categorias bastassem para desvendar mitos e realidades sociais na sociologia. Isso, de alguma forma, se apresenta como um outro problema, já que discutir sobre inferiorização social sem mencionar o processo histórico de subalternidade imposto às mulheres negras.

O mistério que acompanha a feminilidade deve-se ao fato de que essa só existe em termos relacionais (BUTLER, 2003). Os atributos de *uma mulher* existem porque se alude o contrário do que *um homem* pode ou deveria ser. Quando se leva em conta, ainda, a heterossexualidade⁴² compulsória, e de que as elaborações homem e mulher existem com fins

⁴¹ Interessante citar que, antes de me aprofundar um pouco melhor nos “mistérios” da interseccionalidade, me foi transmitido, numa formação local da Marcha Mundial das Mulheres, há alguns anos atrás, que o termo foi cunhado, a princípio, pela autora brasileira citada. No entanto, essa noção equivocada foi corrigida quando me deparei com os textos que me apresentaram, de fato, à interseccionalidade, sobretudo quanto a suas origens, vindas das mulheres afro-americanas.

⁴² Uma invenção que surge justamente à época dos estudos da homossexualidade. Quer dizer que, até o advento desses estudos, não existia tal cunho, que surge por caráter relacional. Ver mais em DRUCKER, P. *Different Rainbows*. London: Gay Men’s Press, 2000.

teleologicamente reprodutivos, é possível tornar ainda mais evidente que gênero e sexualidade são unidades coconstitutivas – ou seja, a existência de uma, preconiza a outra, de forma inversa ou diretamente proporcional. É justamente isso, na verdade, que legitima esses papéis sociais: a sexualidade. A unidade social família, por outro lado, possui os contornos de conquista e continuidade, na figura dos filhos, dessas *performances*⁴³. Nas dualidades entre público e privado, a figura da mulher fica intimamente adstrita à figura de um lar, como posse, dentro ainda de um ideal familiar⁴⁴, mas, ao mesmo tempo, também na esfera de apropriação pública, já que seu corpo, útero e sexualidade não necessariamente lhes pertencem⁴⁵.

Numa abordagem pondo em evidência o sistema de sexo/gênero, a antropóloga Gayle Rubin, em *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*, discute, entre tantos aspectos, sobre os sistemas de parentesco elaborados por Lewis Henry Morgan, Engels, Mauss e Lévi-Strauss, que indicam para a existência do sistema de sexo/gênero, mas não suficientemente elaboram que um é intrinsecamente necessário para a existência do outro, ou melhor, que os sistemas de parentesco, “primitivos” ou não, dependem de papéis sexuais preconizados pelos de gênero e vice-versa. Como cita,

Presentear mulheres tem um resultado mais profundo do que o de outras transações de presentes, porque o relacionamento estabelecido desta forma não é apenas de reciprocidade, mas de parentesco. Os parceiros da troca tornam-se afins, e seus descendentes serão parentes de sangue: "Dois grupos podem unir-se mediante relações amistosas e trocar presentes, embora disputem e combatam entre si mais tarde, mas o intercasamento liga-os de maneira permanente" (Lévi-Strauss, 1982: 522). Assim como é o caso de outras doações de presentes, os casamentos nem sempre são tão simplesmente atividades para fazer a paz. Os casamentos podem ser altamente competitivos, sendo muitos os parentes afins que lutam entre si. [...] As cerimônias de casamento registradas na literatura etnográfica são momentos dentro de

⁴³ O tabu da homoafetividade, homossexualidade e transgêneridade são quase como evidências de que esses lugares partem das *convenções* sociais e biologizantes de que uma mulher deve pertencer a um homem e os produtos da primeira, suas crianças, também pertencem ao último. Achei importante frisar as convenções justamente porque elas não conseguem sumarizar a complexidade das relações humanas. Assim, logicamente, nem sempre a realidade estará encaixada nesse modelo mas, frequentemente, muitas instituições e setores da sociedade civil estarão a serviço desse - reforçando-os como essência e verdade primeira da vida humana.

⁴⁴ Sobretudo a mulher branca, por isso a falácia e querela da fragilidade.

⁴⁵ Sobretudo quando se trata da objetificação da mulher negra no espaço público. Parafrazeando Nancy White, citada por Patricia Hill Collins, Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa (Gwaltney, 1980: 148 apud. COLLINS, 2016).

uma incessante e ordenada procissão na qual mulheres, crianças, conchas, palavras, gado, nomes, peixes, ancestrais, dentes de baleia, porcos, inhames, feitiços, danças, esteiras etc... passam de mão em mão, deixando em seu rastro os laços de compromisso. O parentesco é organização, e organização confere poder. Mas quem é organizado? Se as mulheres são os objetos da transação, são os homens então que, ao dá-las e recebê-las, estão ligados entre si, tornando-se a mulher um condutor da relação ao invés de um parceiro nela. A troca das mulheres não implica necessariamente que estas estejam reificadas, no sentido moderno, já que os objetos no mundo primitivo estão imbuídos de qualidades altamente pessoais. Mas ela implica uma distinção entre o presente e o ofertante. Se as mulheres são os presentes, então são os homens os parceiros da troca. E é aos parceiros da troca, e não aos presentes, que a troca recíproca confere seu poder quase místico de ligação social. As relações deste sistema são tais que as mulheres não estão em posição de aproveitar os benefícios de sua própria circulação. E se as relações especificam que são os homens que trocam as mulheres, são eles os beneficiados com o produto de tais trocas - a organização social.

Mas como *racializar* esse debate? As reflexões de Rubin provêm gatilhos com amplas magnitudes, quando discute sobre o significado antropológico do casamento como tráfico, ou analisa criticamente sobre o significado edipiano da “incapacidade” ou “falta” das mulheres elaborado por Freud. Ao mesmo tempo que brilhantemente discute e encadeia esses sistemas, evidenciando as estruturas de sexo e gênero dentro dos sistemas de parentesco, de Estado, tropeça por sub representar o que a raça materialmente representa, inclusive para as mulheres negras que foram materialmente traficadas pelo Atlântico sem o eufemismo do casamento – compreendendo, por outro lado, que fazer a exegese (RUBIN, 1993) de textos antropológicos pode implicar em ater-se a algumas prerrogativas e generalizações e que as estruturas de matrimônio e parentesco também existem nas culturas não-ocidentais. Entrementes, talvez um pouco mais humildemente que a autora ao se apropriar das leituras de Freud e Lévi-Strauss, farei algumas tentativas, como há pouco, de “interpretação livre que se move do conteúdo explícito de um texto até seus pressupostos e implicações” (RUBIN, 1993).

A racialização desse debate envolve atrelar discussões sobre racismo e sexismo. Embora racismo e sexismo possuam algumas analogias, à medida que ambos são construtos sociais com alegadas prerrogativas biológicas, ambos transitam na imagética familiar privada, ambos possuem segmento nas manutenções de poder e controle, sua relação também não se deve apenas porque o segundo termo, *sexismo* foi etimologicamente criado por analogia ao termo *racismo* (KERNER, 2012) – o debate ultrapassa questões conceituais e etimológicas. Com isso considerado, os imaginários e papéis entre mulheres negras, indígenas e brancas variam bruscamente. Como enumera Kimberlé Crenshaw,

O nível de organização e institucionalização da prática de direitos humanos com base no gênero está mais avançado do que o com base na raça. Essa importante diferença pode complicar os esforços para focar a subordinação interseccional. Enquanto existem várias instituições e ONGs internacionais que se dedicam a garantir os direitos humanos das mulheres, o número de instituições semelhantes sob a rubrica da raça é comparativamente limitado. Talvez em consequência disso, atualmente não haja consenso sobre a adoção de uma política de incorporação da perspectiva de raça (race mainstreaming). Considerando que a afirmação de que a raça, ou outra diferença correlata, continua a permear a maioria das sociedades é altamente contestada, a construção de um consenso sobre a importância de sua incorporação pode ser uma luta árdua. Obviamente as hierarquias de raça e outras a ela relacionadas não são iguais às de gênero, mas, dado o nível de desigualdade racial no mundo e a forma pela qual a raça, como o gênero, pode limitar dramaticamente a fruição dos direitos e garantias básicas [...]. (CRENSHAW, 2002)

Esses aspectos muitas vezes se complexificam porque enquanto não se consolida, em bases sólidas, o debate sobre raça nas instituições internacionais (muito frequentemente porque não se reconhece o racismo em seu seio), a retórica antifeminista, por um lado, coloca as mulheres na posição de escolher entre suas identidades como mulheres ou, exclusivamente, como membros de grupos nacionais, raciais e étnicos. Esse raciocínio as leva inevitavelmente contra seus próprios interesses, sendo, a título de exemplo, *simultaneamente* negras e mulheres. A examinação disso também indica um caráter estrutural desses marcadores. Assim, o quesito classe emerge em dois sentidos: a do desempoderamento entre nações racializadas na arena global, mas também da apropriação das elites [dessas nações] desse discurso sem examinar suas próprias hierarquias internas de subordinação racial, mesmo que questões raciais não lhes sejam necessariamente exclusivas.

Ainda no texto de Crenshaw, “enquanto a divisão Norte/Sul pode limitar o grau de tratamento dessas questões na perspectiva dos direitos humanos, que cuida primordialmente das relações no interior dos Estados, a eventual construção racial/étnica de tal divisão, juntamente com seus vínculos com a história colonial, introduz o fantasma da raça ou da cor no nível macro da equação [...] portanto, poucas circunstâncias podem ser definidas como ‘livres de raça’” (CRENSHAW, 2002). Dificilmente uma nação pode conclamar a si o status de homogênea, e a raça desempenha um papel inerente às construções sociais que formulam gênero. Visto isso, trabalhar raça e etnia, de forma interseccional, torna-se muito mais amplo do que uma preocupação só de nações multirraciais, estando a mulher racializada no centro dessa

discussão quando se discute, por exemplo, sobre imigração e casamento, dos papéis e significações que podem variar tão intensamente entre as raças, classe ou gêneros⁴⁶.

No que se refere às “missões procriadoras”, a mulher branca encarrega-se na manutenção da “pureza” de seu útero, no intuito maior de preservar a brancura de seus descendentes e, logicamente, dentro da instituição matrimônio; já a preocupação com a fertilidade das mulheres negra e, dependendo da circunstância, indígena [ou autóctone, pensando nas hierarquias coloniais] desdobra-se com sua função de labor, logo, essa função também vinculada a seus descendentes.

Assim, relativiza-se sua função como mulher porque esteve indissociada de sua função trabalho, que não a reconhece como sujeito político. Mesmo com advento da abolição ou descolonização, o fato dessa alegada fragilidade feminina integrar a coletividade das mulheres no âmbito público, e toda sua função ao redor da provisão e administração do lar, exclui qualquer possibilidade da mulher não-branca integrar-se massivamente às lutas e identificar-se com elas, sobretudo caso se suprima ou deliberadamente se esqueça de sua *coisificação* histórica de dentro do ambiente doméstico⁴⁷ pelas próprias mulheres brancas, inclusive. Para as mulheres negras, as interdições em torno desse [reconhecimento] foram muitas, e mesmo com sexismo e racismo sendo empecilhos às suas conquistas, a resiliência de sua identidade é ícone de resistência e, para quem se dispõe a enxergar, aprendizado no amplo terreno de lutas.

Ao mesmo tempo, nos entraves da exclusão, a modernidade ensinou às mulheres negras seus segredos mais sórdidos, no alvorecer de uma suposta liberdade, ou no ocaso dessa. Patricia Hill Collins, estudiosa negra estadunidense, fala atentamente desses segredos guardados por mulheres negras dentro do lar tradicional branco já que “por muito tempo mulheres afro-americanas participaram dos segredos mais íntimos da sociedade branca. [...] elas não apenas cozinhavam, limpavam e desempenhavam outras tarefas domésticas, mas também cuidavam de suas “outras crianças”, ofereciam importantes conselhos aos seus empregadores

⁴⁶ Ao mesmo tempo, importante pontuar que as noções de Norte/Sul não necessariamente correspondem às noções geográficas, mas a construções políticas que remetem o Sul como Periferia e Norte como Centro.

⁴⁷ Por qualquer propósito pretensamente universal, quer seja por anseios de reconhecimento jurídico – reunido nas lutas pelo sufrágio, ou por qualquer outro dentro do campo feminista. Angela Davis fala, em *Mulheres Raça e Classe*, sobre as contradições das sufragistas ao apoiar figuras deliberadamente racistas no intuito de expandir suas influências políticas, mas, sobretudo, de chegar num fim em si mesmo que, por questões de raça e classe, não emanciparia todas as mulheres: o voto.

e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas ‘famílias’ brancas” (COLLINS, 2016). Nesse aspecto, as mulheres negras estiveram como meras coadjuvantes nas conquistas do branco, zelando para que esse não cuidasse das atribuições e deveres “primitivos” do lar, relegados, no final das contas, às trabalhadoras domésticas que, em extensa maioria, eram⁴⁸ mulheres negras. Mas, como outrora enuncia a autora, “essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes” (COLLINS, 2016). Elas testemunharam o mais factualmente, o que para esses grupos dominantes poderia apenas partir de uma lógica abstrata – e elas, por outro lado, por assistir intimamente, desmistificaram-no: o *status quo* que os colocava onde estavam advinha das hierarquias raciais e classistas.

Analogamente, trazendo para um cenário mais amplo, as condições de trabalho da população negra⁴⁹, nos países em diáspora e à época posterior à abolição da escravatura, estiveram muito associadas à sua condição prévia de escravidão. Os capitalistas abolicionistas que contrataram uma parcela mínima⁵⁰ da população ex-escrava muito pouco ou nada estavam preocupados com a *emancipação* das mulheres e homens negros – tanto que essa população, quando empregada nas fábricas, era mal paga, e quando no serviço assalariado doméstico, com o maior percentual de absorção de sua força de trabalho, quase em nada diferia do período anterior⁵¹. A separação entre economia doméstica e economia pública gerada como um dos subprodutos do Capitalismo Industrial não deslocou, nem revolucionou, os lugares sociais herdados do escravismo e Patriarcado (DAVIS, 2016) – alegados até como distantes dos *ideários de desenvolvimento*, e para uma retórica liberal, considerados como empecilhos a isso, mas ainda assim, seus cúmplices silenciosos.

Nessa cumplicidade reside o poder exercido sobre as populações – como bem pontua Cynthia Enloe, o poder opera *através* das fronteiras (ENLOE, 2014). É imperativo, portanto, ao desmistificar esse poder, fazê-lo também dentro de algumas armadilhas. É comum, por

⁴⁸ E em muitos lugares até hoje são mulheres negras.

⁴⁹ Lembrando que classe média negra em ascensão passava por processos de combate ao racismo a partir de um outro lugar. Ver mais em DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe.

⁵⁰ Mesmo que não muito significativa em muitas colônias e ex-colônias ao redor do mundo. No Brasil, com as políticas de imigração e embranquecimento, a relação entre pessoas negras e empregabilidade teve um hiato talvez ainda maior que em outros países multirraciais, mas sobretudo que os Estados Unidos.

⁵¹ Inclusive com segregação entre brancos e negros regulamentadas, na África do Sul pelo apartheid (com vigência de 1948 a 1994) e a lei Jim Crow nos Estados Unidos (de 1876 a 1965) – fora as “leis” de segregação tácitas em colônias e ex-colônias ao redor do mundo.

exemplo, ouvir num discurso contestatório, até politizado, de reconhecimento das lutas, que as mulheres vieram a trabalhar a partir da Primeira e Segunda Guerra Mundial para ocupar os postos dos homens que foram à guerra ou, simplesmente, que “antes a mulher não podia trabalhar e agora ela pode”, como se o trabalho, em si, emancipasse qualquer mulher. Mas um olhar mais atento nos faz questionar: que mulheres são essas que não trabalhavam⁵²? As conquistas da mulher na modernidade sendo assimiladas como a conquista quase que exclusiva de mulheres letradas, brancas, cisgêneras, heterossexuais, assalariadas, ou ainda

⁵² Maya Angelou, escritora e poetisa estadunidense, ao observar e ler as expressões de suposto riso de uma senhora negra, doméstica, carregando sacolas no ônibus, escreveu: *The Mask*, por Maya Angelou

We wear the mask that grins and lies./It shades our cheeks and hides our eyes./This debt we pay to human guile/With torn and bleeding hearts.../We smile and mouth the myriad subtleties./Why should the world think otherwise/In counting all our tears and sighs./Nay let them only see us while/We wear the mask./We smile but oh my God/Our tears to thee from tortured souls arise/And we sing Oh Baby doll, now we sing.../The clay is vile beneath our feet/And long the mile/But let the world think otherwise./We wear the mask./When I think about myself/I almost laugh myself to death./My life has been one great big joke!/A dance that's walked a song that's spoke./I laugh so hard HA! HA! I almost choke/When I think about myself./Seventy years in these folks' world/The child I works for calls me girl/I say "HA! HA! HA! Yes ma'am!" /For workin's sake/ I'm too proud to bend and/ Too poor to break/So...I laugh! Until my stomach ache/When I think about myself./My folks can make me split my side/I laugh so hard, HA! HA! I nearly died/The tales they tell sound just like lying/They grow the fruit but eat the rind./Hmm huh! I laugh uhuh huh huh.../Until I start to cry when I think about myself/And my folks and the children./My fathers sit on benches./Their flesh count every plank./The slats leave dents of darkness/Deep in their withered flank./And they gnarled like broken candles./All waxed and burned profound./They say, but sugar, it was our submission/that made your world go round./There in those pleated faces/I see the auction block/The chains and slavery's coffles/The whip and lash and stock./My fathers speak in voices/That shred my fact and sound/They say, but sugar, it was our submission/that made your world go round./They laugh to conceal their crying./They shuffle through their dreams/They stepped 'n fetched a country/And wrote the blues in screams./I understand their meaning./It could an did derive/From living on the edge of death/They kept my race alive/By wearing the mask! Ha! Ha! Ha! Ha! Ha!

Tradução: Nós usamos a máscara que sorri e mente/ Ela obscurece nossas bochechas e escondem nossos olhos/Esse débito que pagamos à astúcia humana/Com corações rasgados e ensanguentados.../Nós sorrimos e murmuramos uma miríade de sutilezas/Por que deveria o mundo pensar o contrário/ Ao contar todas as nossas lágrimas e suspiros/Ou melhor deixe-os nos ver somente enquanto/ Usamos a máscara./ Nós sorrimos mas, meu Deus/Nossas lágrimas de almas torturadas para ti se levantam/E nós cantamos *Oh Baby Doll*, nós agora cantamos.../O barro é vil sob nossos pés/ E longo o caminho/Mas deixe o mundo pensar o contrário./Nós usamos a máscara./Quando eu penso sobre mim mesma/Eu quase me rio até a morte./ Minha vida tem sido uma boa grande piada!/Uma dança caminhada, uma música falada./ Eu rio tanto HA! HA! que quase engasgo/ Quando penso sobre mim mesma./ Setenta anos no mundo desse povo/A criança para quem eu trabalho me chama de menina/Eu digo "HA! HA! HA! Sim, madame!" /Pelo bem do serviço/Sou orgulhosa demais pra me dobrar e/Pobre demais pra quebrar/Então... Eu rio! Até me doer o estômago/ Quando penso sobre mim mesma./Meus pais podem me fazer pocar de rir/ Eu rio tanto, HA! HA! Eu quase morri/ As histórias que contam soam como mentiras/Eles crescem o fruto mas eu como a casca./ Hmm huh! Eu rio uhuh huh huh.../Até que começo a chorar, quando penso sobre mim mesma/ E meus pais e as crianças./ Meus pais sentam nos bancos./ A carne deles conta cada tábuia./As ripas deixam dentes na escuridão/No fundo do flanco ressequido./E eles retorcem como velas quebradas./Todos encerados e queimados profundamente./Eles dizem, mas meu bem, foi nossa submissão/que fez o mundo girar./Lá naquelas faces pregueadas/ Eu vejo o leilão/ As correntes e filas amarradas da escravidão/O chicote e o açoite e o estoque./Meus pais falam em vozes/Que destruíram meu fato e som/Eles dizem, mas meu bem, foi nossa submissão/que fez seu mundo girar./Eles riem para dissimular seu choro./Eles se embaralham através de seus sonhos/Eles pisaram e buscaram um país/ E escreveram o blues aos gritos./Eu entendo seu significado./Poderia ter e foi, de fato, derivado/De viver à beira da morte/Eles mantiveram minha raça viva/Usando a máscara! Ha! Ha! Ha! Ha! Ha!

contando com os privilégios de classe, entediadas das funções do lar, no Centro ou na Periferia, não podem contabilizar como as únicas narrativas para qualquer Feminismo que se pretenda abrangente, em qualquer medida, sobretudo em tempos como os hodiernos, que o estado de humanidade, em múltiplas localidades, é privilégio.



1.3. Um Feminismo Anti-Racista e Anti-colonial nas Relações Internacionais é possível?

A indefinição ao se falar de “um Feminismo” nas Relações Internacionais talvez equivale a discorrer sobre diversos Feminismos em distintas localidades, geográficas ou não, justamente porque seria impossível discorrer sobre ou reunir numericamente em apenas *um* Feminismo, todo arcabouço histórico trazido por feministas, clandestina ou institucionalmente, no decorrer dos séculos. O que os une, possivelmente, é que prescrevem a uma agenda crítica ao que se convencionou chamar de Patriarcado - mas que aqui será compreendido como sistema de sexo/gênero⁵³. Mas se para refletir materialmente sobre a significação sociológica da exclusão de mulheres na política internacional requer uma postura minimamente engenhosa,

⁵³ Mas as táticas de se opor a ele, as abordagens e resistências, se distinguem muitas vezes abissalmente. A autora Gayle Rubin prefere o uso do termo sistema de sexo/gênero, que será aqui adotado, a cunhar *Patriarcado* ou *Modo de Reprodução*. Ela justifica, “Outros nomes têm sido propostos para o sistema de sexo/gênero. As alternativas mais comuns são "modo de reprodução" e "patriarcado". Pode parecer tola uma discussão sobre termos, mas ambos podem causar confusão. As três conceituações se destinam a estabelecer uma distinção entre sistemas "ecoômicos" e sistemas "sexuais", e a indicar que os sistemas sexuais têm uma certa autonomia e não podem sempre ser explicados em termos de forças econômicas. "Modo de reprodução", por exemplo, tem sido proposto em oposição ao conhecido "modo de produção". Mas esta terminologia vincula a "economia" à produção e o sistema sexual à "reprodução". Ele reduz a riqueza de cada sistema, já que "produções" e "reproduções" ocorrem em ambos. [...] A formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero envolve muito mais que "relações de procriação", reprodução no sentido biológico. [...] é importante - mesmo diante de uma história deprimente - manter a distinção entre a capacidade e a necessidade humanas de criar um mundo sexual e as formas empíricas opressivas nas quais mundos sexuais têm sido organizados. O conceito de patriarcado resume os dois significados no mesmo termo. Já a noção de sistema de sexo/gênero, por outro lado, é um termo neutro que diz respeito a um domínio preciso, indicando simultaneamente que a opressão não é inevitável neste domínio, mas sim produto das relações sociais específicas que a organizam” (RUBIN, 1993). Eu particularmente creio ser interessante por dialogar com as assertivas de Butler sobre performance de corpo, mesmo que de forma não tão sofisticada. O sistema de sexo/gênero pode indicar, a meu ver, até para uma elaboração nuançada sobre cis (prefixo relacionado a pessoas que se identificam com o gênero que foram designadas ao nascer, cisgêneras) ou transgenereidade (substantivo que remete a pessoas que não se identificam com o gênero que foram designadas ao nascer, transgêneras). Ressalte-se que a autora não menciona diretamente a cisnormatividade, já Butler alude a isso de forma mais direta em Problemas de Gênero. Ver mais em RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo e BUTLER, J. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.

imaginar que seguir por rumos, além de anti-sexistas, anti-racistas, anti-imperialistas e ainda anti-coloniais, soa como um longo caminho a se percorrer. Cynthia Enloe, teórica feminista na política internacional, nos lembra que, todas as pessoas que tentaram nos tornar mais atentas sobre política internacional revelaram que o “internacional” está muito distante do que os especialistas hegemônicos presumem, e o que é “político” alcança muito além que a esfera pública (ENLOE, 2014). Assim, reelaborar e transpor os mitos que cercam esses conceitos, ou os a eles atrelados, é mais que parte de uma etapa, é talvez percorrer por caminhos e encruzilhadas que, entre tantos percalços, também podem nos despertar.

A literatura feminista carrega um fardo tremendo de não apenas observar as estruturas mas de, na tentativa de traduzir ao coletivo da sociedade suas intempéries, enunciar pelas mulheres e, de alguma forma, tentar emancipá-las, sobretudo através do discurso. Esse lugar traz uma série de riscos e exposições, pela dificuldade de alcançar essa espécie de consciência universal sobre as opressões de gênero. Isso fica evidente da citação de Enloe,

Que sacrifícios uma mulher como mãe deve fazer, que prioridades uma mulher como esposa deve abraçar, que abordagens sexualizadas em público uma mulher deve considerar inocente ou lisonjeiro, que identidade de vítima uma mulher refugiada deveria adotar, que fronteiras em amizades com outras mulheres uma mulher deve policiar, que modelo de filha-obediente uma menina deve admirar - aliás, todos esses ganham forma pelo exercício de poder por pessoas que acreditam que seus próprios interesses locais e internacionais dependem de mulheres e meninas internalizando essas expectativas particularmente feminizadas. Se as mulheres internalizam essas expectativas, elas não verão a política por trás delas. Comentaristas políticos que não questionam essas internalizações aceitarão essas operações camufladas de poder como se não houvesse poder envolvido em absoluto. Isso é perigoso. (ENLOE, 2014)

E isso também é particularmente complicado tratando-se de gênero, já que as assertivas do construcionismo social que dão base a todas essas expectativas, chocam-se com uma *bio-lógica* - que é sempre negada, mas, no caso, uma lógica biologicista de construção de corpo inerente ao pensamento ocidental (OYĚWÙMÍ, 2017). A postura imaginativa de indagar se todas as culturas funcionam da mesma forma atribula ainda mais as discussões feministas. Mesmo que as resistências operem com intuítos diversos de minar essas expectativas sociais, como as citadas, o Feminismo, no entanto, convencionalmente se atém bastante às noções ocidentais sobre corpo e sobre os papéis desse pautados no imaginário limitante de feminino e masculino. Além disso, outro agravante é que “se diversas culturas

constroem inevitavelmente o gênero como “indispensável”, propõe o feminismo, logo então não se sustenta a ideia de que o gênero está socialmente construído” (OYĚWÙMÍ, 2017).

As assertivas de Oyèronké Oyěwùmí, pesquisadora, socióloga e professora negra nigeriana, de forma alguma tentam invalidar a existência das opressões de gênero, mas indagar os percursos ocidentais e abordagens sobre o corpo, para enfim analisar como essas categorias se impõem às análises de sua cultura [Yorubá] por parte da academia europeia. Fazer isso é evidentemente se atentar para uma reflexão e desafio importantíssimos: o de não reforçar, através da crítica unívoca, as próprias estruturas que nos são impostas⁵⁴. Apesar dessas contradições, dificilmente se poderia negar as opressões de gênero caso se volte o olhar ao Capitalismo, por exemplo, ou ao sistema neoliberal que o legitima. Isso, porém, não justifica a negligência quanto à investigação mais atenta sobre os choques do construcionismo social e *bio-lógica*⁵⁵ dentro do Feminismo⁵⁶.

⁵⁴ No estoy cuestionando la integridad de investigadoras e investigadores; mi propósito no es etiquetar a ningún grupo como intencionadamente racista. Al contrario, desde el movimiento por los Derechos Civiles, la investigación científica-social se ha usado para formular políticas que buscan disminuir o finalizar con la discriminación hacia los grupos subordinados. Lo que debe subrayarse, es la manera en que la producción y divulgación de conocimiento en los Estados Unidos, están inevitablemente amalgamadas con lo que Michael Omi y Howard Winant llaman el “sentido común cotidiano de la raza –una forma de comprender, explicar y actuar en el mundo”¹⁵. La raza es un principio fundamental de organización de la sociedad estadounidense. Se ha institucionalizado y funciona independientemente de la acción de actores individuales (OYĚWÙMÍ, 2017).

⁵⁵ Esse termo foi cunhado pela autora Oyèronké Oyěwùmí, no livro *A Invenção das Mulheres: Uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais sobre gênero*.

⁵⁶ De hecho, la categorización de las mujeres en los discursos feministas como un grupo homogéneo, determinado bio-anatómicamente, constituido siempre como victimizado y desvalido, no refleja el hecho de que las relaciones de género son relaciones sociales y, por lo tanto, establecidas históricamente y delimitadas culturalmente. Si el género se construye socialmente, entonces no puede comportarse de la misma forma a través del tiempo y el espacio. Si el género está construido socialmente, entonces debemos examinar los múltiples lugares arquitectónico/culturales donde se edifica, y reconocer que diversos actores concretos (colectivos, grupales, partidarios) son parte de la construcción. Más aún, debemos reconocer que si el género está construido socialmente, hubo entonces un tiempo específico (en diferentes sitios arquitectónico/culturales) en el cual “fue creado” y, en consecuencia, un tiempo previo en el que la creación no había ocurrido. Así, siendo el género una construcción social, también es un fenómeno histórico y cultural. Entonces, resulta lógico suponer que en algunas sociedades la construcción de género jamás llegó a suceder. Desde una perspectiva multicultural, la trascendencia de esta observación consiste en que no puede asumirse la organización social de una cultura (incluyendo la occidental predominante) como universal o que las interpretaciones de la experiencia de una cultura puedan aplicarse a otra. Por un lado, a un nivel general, global, la constructividad del género sugiere su variabilidad. Por otro, a un nivel local –dentro de los límites de cualquier cultura particular– el género es variable solamente si se le define socialmente como tal. Dado que en las sociedades occidentales las categorías de género, como el resto de las categorías sociales, se construyen empleando ladrillos biológicos, su variabilidad es cuestionable. La lógica cultural de las categorías sociales occidentales está basada en una ideología del determinismo biológico: la convicción de que la biología proporciona la razón fundamental de la organización del mundo social. Así, como fue señalado anteriormente, esta lógica cultural en realidad es una “bio-lógica” (OYĚWÙMÍ, 2017).

As Relações Internacionais contemporaneamente contam com feministas diversas refletindo sobre temas que tangenciam gênero, como Estado, segurança, terrorismo, guerra, paz, desenvolvimento, economia política, globalização, empresas transnacionais, redes e movimentos transnacionais de contestação, organizações inter- e não-governamentais, direito internacional, crise, imigração, numa gama múltipla de diretrizes, de liberais a socialistas, de ecologistas a culturais, de construtivistas a realistas, de radicais a adeptas da teoria *queer*⁵⁷. Essas feministas expõem as lacunas de um modelo que presume meramente que privado ou doméstico é o extremo oposto da arena pública significativa, como segurança militar ou dívida externa. Cynthia Enloe menciona,

Em outras palavras, a falha convencional de levar a sério o pensamento por trás da advocacia transnacional de mulheres tem base em entendimentos irrealisticamente restritos de “segurança”, “estabilidade”, “crise” e “desenvolvimento”. Todos esses quatro conceitos são de máxima preocupação àquelas interessadas no cenário internacional mais amplo. Cada um desses quatro conceitos - segurança, estabilidade, crise e desenvolvimento - são rotineiramente imaginados como divorciados de (não afetados por) trabalho sub remunerado ou não remunerado de mulheres, direitos das mulheres dentro do casamento, a negação de meninas à educação, saúde reprodutiva das mulheres, e outras formas de violência masculina (sexualizada ou não) contra a mulher, assim como a masculinização de forças militares e policiais e partidos políticos. O cenário amplo [Big Picture] convencional, ao que parece, está sendo pintado numa tela encolhida (ENLOE, 2014).

Esse é um aspecto essencial, de fato. Mesmo assim, há uma extrema dificuldade em identificar sequer um Feminismo [nessa ampla “paleta de cores” citadas] que esteja realmente engajado nas discussões sobre *interseccionalidade*, ou, em termos mais crus, nas relações interligadas de *gênero, raça e classe*, sobretudo numa acepção crítica. E esse engajamento envolve não apenas fazer menção em três ou quatro páginas a mulheres negras⁵⁸, mas de demarcar quem são essas mulheres não ou sub remuneradas, em despende um pouco mais de tempo observando quanto esses marcadores, e os valores que os preconizam, estão entranhados na forma de fazer política internacional.

De antemão, adianto que esses escritos não são em si reprováveis, o contexto, no entanto, que foram feitos, dizem muito sobre o lugar sintomático das Relações Internacionais, e

⁵⁷ Para a leitora que não está habituada ao termo, a teoria queer refere-se aos estudos de gênero como *performances* ou construtos sociais não vinculados à essencialização biológica do masculino e feminino. Consolidou-se com o livro de Judith Butler, *Gender Trouble (Problemas de Gênero)* na década de 90.

⁵⁸ Ver, por exemplo, TICKNER, A. *Gendering World Politics*. New York: Columbia University Press, 2001.

convencionalmente sobre os estudiosos e estudiosas do Feminismo nessa teoria. Essa dificuldade persiste, sobretudo, porque o lugar de enunciação do Feminismo Interseccional parte do sujeito feminino negro, e ele não atende às prescrições de universalidade e não é facilmente capturado pela superficialidade de alguns hibridismos teóricos. Recorrer às origens do Feminismo Interseccional para legitimar sua existência não é o horizonte, mas falar dele sem mencionar quem trouxe o conceito de interseccionalidade à tona, através de vivências e reflexões, no caso, a coletividade de intelectuais e ativistas negras dentro e fora da academia⁵⁹, além de epistemicídio, seria um despropósito⁶⁰. Mas, concomitantemente, se poderá observar que, se é que a leitora ou o leitor já não o tenham feito, uma parcela considerável das autoras centrais a esse trabalho são mulheres afro-americanas ou vindas da periferia. Isto não é uma coincidência. Seus lugares de destaque interseccionam visível e invisível, centro e margem, e isso em muito me interessa.

Assim, discutir como o “Patriarcado” se fez sustentável no decorrer de tantos séculos, como interagem na política internacional com as formas particulares de masculinidade que lhe são interessantes, é um dos objetivos da argumentação, mas nunca será suficientemente assertivo caso o sistema de sexo/gênero, de classe e as relações de raça sejam sub ou mal representadas⁶¹. Obviamente, a classe durante muito tempo foi alvo de maior destaque na academia, sobretudo com os estudos de Marx e Engels acerca das desigualdades. Parafraseando a antropóloga branca, ativista e teórica das políticas sexual e de gênero, Gayle Rubin, “não existe nenhuma teoria que dê conta da opressão das mulheres – na sua interminável variedade e monótona similaridade através das culturas e ao longo da história – com o mesmo poder explicativo que tem a teoria marxista da opressão de classe” (RUBIN, 1993). Mas muitas podem ser as tentativas de aplicar a análise marxista às análises das opressões de gênero. Ainda no texto dela,

Tem-se argumentado que as mulheres são uma força de trabalho de reserva para o capitalismo, que os salários geralmente mais baixos das mulheres fornecem uma mais-valia extra para um empregador capitalista, que as mulheres servem aos objetivos do consumismo capitalista no seu papel de

⁵⁹ Eu, inclusive, antes de me familiarizar melhor com o significado histórico da interseccionalidade, e escutar somente no contexto dos movimentos sociais, pensava ser um termo cunhado, a princípio, por feministas marxistas, aliás, assim me foi passado numa vivência feminista. Fui muito feliz ao descobrir que estava errada.

⁶⁰ Como bem pontua Patricia Hill Collins, “a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras” (COLLINS, 2016).

⁶¹ Como é o caso do texto de Gayle Rubin, entre tantos, em análise nesse capítulo.

administradoras do consumo familiar, e assim por diante. No entanto, uma série de artigos tem procurado fazer algo mais ambicioso: localizar a opressão das mulheres no coração da dinâmica capitalista ao apontar a relação entre o trabalho doméstico e a reprodução da força de trabalho [...]. Fazer isso é localizar as mulheres diretamente na definição do capitalismo, o processo através do qual o capital é produzido pela extração da mais-valia do trabalho pelo próprio capital. (RUBIN, 1993)

O entranhamento das noções de sexo, gênero e, mesmo que a autora não aponte para esse caminho, raça, é crucial para a manutenção da mais-valia no Capitalismo, ainda que esse tenha apenas reciclado e reinventado essas estruturas já existentes, pouco importando os requintes de crueldade que possam surgir a partir dessa apropriação. Não haveria e não há Capitalismo sem Racismo, e o mesmo se poderia dizer quanto ao Sexismo⁶². A mais-valia depende substancialmente das explorações marcadas por gênero e raça, da exclusão, desapropriação e concentração de recursos⁶³.

No que se refere ao Feminismo, aliás, sua apropriação cínica ou do Feminismo *Queer*⁶⁴, computando os fatos anteriores, como mais uma ferramenta de salvação de povos não-ocidentais de suas próprias “culturas opressivas”, particularmente das mulheres, acaba sendo um reflexo de políticas filantrópicas de fundo imperialista – tanto no aspecto cultural, quanto no político. Além disso, nas construções nacionalistas, a raça também é subjacente ao gênero quando torna o corpo da mulher racializada num campo de batalha. Com os movimentos estruturais de classe que impulsionam as mulheres negras do contexto popular para baixo, em geral, ao empobrecimento, além de políticas de esterilização, de criminalização (entre tantos aspectos, de seu corpo, do aborto), encarceramento, terceirização, insalubridade, desemprego⁶⁵, todas figuram tentativas de controle do sistema sexo/gênero, de

⁶² Não poderia existir principalmente porque o sistema capitalista hodierno teve por estrutura primária de exploração a colonialidade dos corpos pautada em raça e gênero, através do mercantilismo europeu e utilização de mão-de-obra escrava racializada.

⁶³ Naturais, envolvendo terra, água, ecossistemas, alimentos, como não-naturais, moradia, transporte, mobilidade.

⁶⁴ Um Feminismo que contabilize as existências e demandas da comunidade LGBTQI+.

⁶⁵ Mas se eu já fui trovão/ Que nada desfez/ Eu sei ser/ Trovão/ Que nada desfaz, nem/ O capataz/ Nem a solidão/ Nem estupro corretivo contra/ Sapatão/ Os complexos de contenção/ Hospício que é a mesma coisa que presídio que é a mesma coisa que escola que é a mesma coisa que prisão que é a mesma coisa que hospício que é a mesma coisa que/ As políticas/ Uterinas/ De extermínio/ Dum povo que não é/ Reconhecido como civilização/ Mas eu sei ser trovão/ E se eu sei ser trovão/ Que nada desfez/ Eu vou ser trovão/ Que nada des faz/ Nem a solidão/ Nem o capataz/ Estupro corretivo contra/ Sapatão a loucura da/ Solidão capataz queimarem/ A herança/ De minhas/ Ancestrais/ Arrastarem/ Cláudia/ Pelo camburão/ Caveirão/ 111 Tiros contra/ 5 Corpos/ 111 Corpos Mortos/ Na prisão/ Eu sei ser trovão?/ Que nada desfez?/ Eu já fui trovão e se eu já fui trovão eu sei ser trovão!/ Eu sei ser trovão que/ Nada/ Desfaz/ Epahey oyá!/ Eu sei ser Trovão/ E nada/ Me desfaz. Poema que ilustra esse contexto por Tatiana Nascimento citado na canção Iodo de Luedji Luna, no álbum Corpo no Mundo.

raça e de classe – que, ao final de contas, frequentemente convertem-se em necropolítica (MBEMBE, 2016), sobretudo nas periferias.

Após todas essas elaborações, ainda não conseguiria responder a pergunta que emblema o título dessa seção: *um feminismo anti-colonial e anti-racista nas Relações Internacionais é possível?* É evidente que os contrassensos tanto do Feminismo, quanto das Relações Internacionais em relação a suas prerrogativas universalizantes e ocidentais podem nos levar a crer que, para o que extensamente não se permite tensionar, não há “conserto”. Os desafios, porém, que se impõem às respostas e ao fazer dessa pergunta são diversos, afinal esse *problema* não possui solução aparente.

A criação de e teorização sobre esse *problema*, em particular, não induz sequer a uma finalidade, que dirá uma solução. Até porque, como diria o sociólogo, moçambicano e negro, Elísio Macamo, “ciência é um exercício crítico de auto interpelação” (MACAMO, 2016), é um modo de pensar. E complementa, “não me farto de dizer que quem vai procurar na sociologia soluções para os problemas do mundo, do seu país ou da sua vida estará a procurar em lugar errado [...] a sociologia não tem soluções. [...] ela não pode ser reduzida à procura de soluções” (MACAMO, 2016). Uma solução indicaria diagnósticos, já um problema, os meios. E o foco aqui é justamente na forma e conteúdo dessas interpelações.

O estudo sobre a *interseccionalidade* pode ser um caminho, mas não é o único. Algumas autoras, inclusive, utilizam recursos que não necessariamente feministas, mas anti-coloniais, para percorrer caminhos contestatórios nas relações internacionais – e duas delas são utilizadas nesse capítulo, Geeta Chowdhry e Sheila Nair. Os caminhos são sempre múltiplos, mas o mais importante é não perder de vista os eixos e horizontes revolucionários. Além disso, é considerável frisar que não busco dar as bases, nem receita, de um feminismo anti-colonial e anti-racista. A busca por esse é incessante, à medida que resiste em se engajar em projetos refêns de suas próprias conclusões.

1.4. Debates Insubmissos: Assentando as Bases da Interseccionalidade

O *éthos* e *devoir*⁶⁶ das Relações Internacionais instigam e pulverizam debates, muito frequentemente por seu caráter interdisciplinar. Isso, no entanto, não isenta essa disciplina também de sedimentar pilares de saber – como já dito anteriormente, atribuídos a uma pretensão científica autodeclarada. Ela pretende deter certo monopólio teórico sobre o Internacional, trazendo para si o atributo racionalista de *mito fundacional* (SMITH, 2000), ou seja, antever os caminhos mais próximos a cernes e primórdios com propósitos de legitimação. Entrementes, o debate das Relações Internacionais talvez implicasse num exercício quase obrigatório de *alteridade*, já que de uma forma ou de outra, não se restringe a um único território e, teoricamente, se pretende holístico. Muito pelo contrário é o que ocorre, no entanto, já que não só há uma ênfase exacerbada no papel dos Estados como, frequentemente, a própria teoria está a serviço dessas instituições e, quando não, há a personificação do ser racional e competitivo dentro do marco civilizacional da burguesia [o fruto imediato das revoluções francesa e americana], ou simplesmente, a da brancura e masculinidade hegemônica (CONNELL, 2005).

Assim, pôr em evidência gênero, raça e classe no emaranhado teórico das relações internacionais não é apenas de cunho político, na tentativa de resgatar, ao menos, alguma parcela de estudos fora dos domínios eurocêntricos, classistas e sexistas, mas de trazê-la com um engajamento meta-teórico. Meta-teórico *crítico*, compreendendo que a elaboração das bases da interseccionalidade existe com propósito – não só a exegese da teoria pela teoria, e que essas unidades estão em constante diálogo com outros paradigmas, sobretudo do Feminismo. Não que esse, por outro lado, tenha pacificamente abraçado a especificidade das mulheres negras, interseccionadas ainda a outros marcadores sociais – sexualidade, faixa etária, etnia, condição físico-mental, cis ou transgeneridade, orientação sexual, já que o próprio Feminismo foi e é terreno de disputas das mais diversas. A razão de ser das RI nasce dos interesses do homem de Estado, quase inequivocamente branco.

As bases para análise aqui adotadas, aliás, os pressupostos, apesar da multiplicidade teórica que estudar gênero, raça e classe pode acarretar⁶⁷, serão os do Feminismo Interseccional. E

⁶⁶ Ser e dever ser.

⁶⁷ Como já enumerado no decorrer de todo capítulo, prescrevendo a Pós-Colonialismo, Marxismo, Pós-Estruturalismo, entre outras correntes críticas possíveis de encadear nesses debates.

mesmo esse é muito amplo, cheio de vicissitudes e especificidades, e contemporaneamente já ultrapassa as questões putativas ao Feminismo Negro. A *interseccionalidade* acabou sendo bastante útil para formular novas estratégias de compreensão de mundo, não só para militância de mulheres negras. Compreender que o gênero não opera apartado de outras opressões é um eixo que, além de fundamental, é estratégico.

Muitas pesquisas acadêmicas dentro do Feminismo não só são recheados com questões de lugares de fala, mas se propõem a discuti-las, endereçá-las – quer seja ao Patriarcado, ao Sistema de Reprodução ou Sistema Sexo/Gênero, no âmbito macrossocial, quer seja à análise da produção acadêmica feminista em si. Ao que parece, a pesquisa que se direciona aos estudos de gênero, de alguma forma, traz consigo uma imprecisão, de tão diversa, e não busca os meios de pôr fim às perguntas, mas explorar o potencial crítico que reside nelas. Ademais, esse lugar, apesar da multiplicidade de abordagens e cobertura de temas, também desvenda nuances epistemológicas de forma que gênero, apesar de ser bloco essencial para análise, não restringe o campo de estudo – pois gênero se refere, sobretudo, a disparidades socialmente construídas (não biologicamente produzidas), significados historicamente contestados de que ambos homens e mulheres prescrevem à masculinidade e feminilidade (ENOLE, 2007) e de que a primeira não só se pretende como experiência universal, mas também como neutra acima de qualquer prerrogativa. Essas disparidades, como reiterado no decorrer desse capítulo, duvidosamente são exclusivas a gênero.

Em tempo, teorias coerentes num mundo obviamente incoerente são ou tolas e desinteressantes, ou opressivas e problemáticas, dependendo de qual grau de hegemonia elas manejam alcançar, como bem nos memora Sandra Harding, e que teorias coerentes num mundo aparentemente coerente podem até ser mais perigosas, para o mundo sempre muito mais complexo do que infelizmente muitas teorias hegemônicas podem alcançar (HARDING, 1986). Ou seja, teorias imperfeitas me são muito mais interessantes para auxiliar na compreensão⁶⁸ de um mundo repleto de contradições. Mesmo que as preocupações em torno de Gênero, Raça e Classe estejam distribuídas numa profusão de correntes, há certa dificuldade em reuni-las e embalsamá-las numa única teoria, ou mesmo num único texto. Mas essa urgência surge não somente pela necessidade teórica, mas pelo quadro cada dia

⁶⁸ Sempre parcial, no sentido que acredito em tentativas de imparcialidade, mas nunca numa imparcialidade pura e acima de prerrogativas, como também numa compreensão que não é completa, já que há diversas lacunas num mundo crescentemente complicado as quais não manejo nem alcançar, que dirá integralmente entender.

mais dramático dos movimentos sociais transnacionais, ou das conjunturas contemporâneas como as enxergo – reformas sociais com drásticas guinadas ao individualismo e neoliberalismo, recrudescimento de práticas racistas, misóginas, homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, classistas. Enfim, como bem pontua Achille Mbembe,

É certo que a ligação entre os dispositivos do mercado e os dispositivos de Estado não é absoluta. Mas, nas circunstâncias contemporâneas, ela tem como efeito facilitar a transformação do Estado liberal numa potência de guerra, numa altura em que, bem o sabemos, o capital não só nunca pôs termo à fase de acumulação primitiva, como sempre foi recorrendo a subsídios raciais para executar (MBEMBE, 2014).

Compreender essa potência de guerra que se tornou o Estado liberal, aludindo também à sua construção histórica, aos tentáculos que ele maneja alcançar dentro de setores da sociedade civil e movimentos sociais, é parte essencial para o entendimento das resistências a serem aqui trabalhadas. A elaboração conceitual de se atentar para um estado quase permanente de guerra que, por outro lado, não esteja à serviço das instituições⁶⁹, sobretudo quando essa guerra envolve luta de populações inteiras por sobrevivência, é se atentar também para um fato: enquanto assimetrias estruturais de gênero, raça e classe persistirem, haverá contestação, haverá conflito.

1.5. Síntese do Capítulo

Nesse capítulo, discuti os desafios de levar em consideração Gênero, Raça e Classe na elaboração teórica nas Relações Internacionais. À medida que não se pode mencioná-las sem antes aludir à ciência e modernidade, enumerei os lugares que as mulheres negras ocupam e ocuparam, e os entraves que as permeiam na produção científica, na confrontação de quem deixou de ser objeto para tornar-se sujeito nas bases da aquisição de conhecimento. Segui com uma discussão sobre Feminismo e suas inerentes contradições, sobretudo no campo das Relações Internacionais, que prescinde da interseccionalidade, mas não consegue satisfatoriamente abordar gênero, raça, classe, e seus atravessamentos. Nos capítulos seguintes discutirei primordialmente a cooperação internacional para o desenvolvimento, junto ao que denominei a “dialógica da interseccionalidade”, assim como a resistência das mulheres negras no terreno transnacional, as complexas relações de *tokenism*⁷⁰ e barganha

⁶⁹ Como frequentemente ocorre nos estudos realistas das Relações Internacionais, enquanto o “núcleo duro” do Liberalismo “pinta” um mundo de paz.

⁷⁰ Esse conceito será melhor explorado nos capítulos seguintes.

com o sistema de cooperação internacional, além de resistências outras que envolvam potencialidades de autonomia e autogestão.

~

2. Os Desencontros entre as Críticas do (Neo)Colonialismo, da Economia Política Internacional, da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Pensar-Agir da Interseccionalidade

O hábito é mais importante que o desejo.

(BITTENCOURT, Mestre Renê⁷¹)

Os desafios sócio-econômicos trazidos pela interseccionalidade trazem também uma necessidade de reescrita da história, bem como um imperativo de contextualizar gênero, raça e classe até nas controvérsias que existem nas próprias contestações em torno desses marcadores, sobretudo porque são pilares sociais estruturantes que integram, mas não se resumem a, questões identitárias, pura e simplesmente. As questões identitárias envolvendo gênero, raça e classe atravessam a estrutura e vice-versa, em movimentos difusos, mútuos e co-constitutivos, mesmo que estejam tão concentrados nas experiências de mulheres negras trabalhadoras e periféricas — até hoje carregadas de estigmas e farsas das formas coloniais de pensar.

Se o capítulo anterior tentou evidenciar as contradições e desafios no tocante à produção de conhecimento, de forma mais ampla, mas também dentro das relações internacionais, sobretudo quando se trata dos apagamentos da *modernidade* quanto à raça, gênero e classe, atreladamente, bem como tentou elaborar uma crítica à modernidade em termos epistemológicos, este capítulo agora retoma e busca se aprofundar na questão da (de)colonialidade, sinalizando os desencontros, desconfortos e desafios trazidos pela interseccionalidade, se estendendo, mais à frente, para os desencontros e insuficiências quando se trata da Economia Política Internacional e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Mas a *insuficiência interseccional*⁷² não reside apenas nos postulados liberais, os tradicionais ou mais recentes, mas também em seus críticos.

⁷¹ Mestre Renê Bittencourt é mestre de Capoeira na Associação de Capoeira Angola Navio Negroiro (ACANNE), espaço de resistência do qual faço parte, que pauta a Capoeira como luta, cura, instrumento de emancipação e orgulho afrodescendente. A ACANNE compreende-se como quilombo e possui as portas abertas para aqueles que lutam contra racismo, sexismo, homofobia, transfobia e qualquer outro tipo de opressão, além de assegurar a integridade e dignidade da cultura popular, o cuidado com mestres e mestras mais velhos e o pertencimento da Capoeira à comunidade periférica e afrodescendente. A epígrafe citada é uma das frases mais recorrentes proferidas pelo mestre durante os treinos. Ela destaca, sobretudo, a importância da disciplina para resistência, a meu ver, dentro ou fora da Capoeira.

⁷² Esse termo se refere unicamente às lacunas das teorias, que não se aprofundam nem minimamente retratam os atravessamentos de raça, classe e gênero.

A problemática da interseccionalidade se estende também aos campos teóricos que se limitam à dialética e às relações de classe. Porém, não discutir sobre essas, principalmente num sentido macroestrutural, também incorreria numa incongruência. É por isso que a EPI ganha um contorno tão importante, bem como os modelos de cooperação internacional, principalmente no que se refere aos paradoxos da solidariedade e do empoderamento. Retratá-los pode, aparentemente, “fugir um pouco dos trilhos”. Mas a articulação dos marcadores sociais da diferença também reverberam nesse sentido, de apontar as incoerências de políticas econômicas que trabalham no eixo da “governança global”, vertendo-se de neutralidade, mas operando em moldes neocoloniais. Evidentemente, este capítulo, e o trabalho como um todo, também está passível de lacunas, e ele não pretende dar conta dessas por completo, muito pelo contrário, ele tenta minimamente demonstrá-las e analisá-las.

Se a EPI, como cátedra, conta com autores⁷³ que abraçam a teoria pós-colonial para explicar alguns meandros da política e economia internacional, por que deixar de lado justamente análises que contabilizem os principais eixos de dominação do Colonialismo — raça e gênero⁷⁴? E por que a teoria pós-colonial também o fez? Afinal, em que direção se está seguindo ao discutir o colonialismo limitando-o às elaborações de *eu* e *outro*? Como discutir sobre construções neocoloniais sem remeter à especificidade das demandas de raça, e dentro dessas, das questões de gênero e classe? As próximas seções terão como desafio a investigação sobre essas problemáticas.

~

2.1. Gênero, Raça e Classe na Cooperação e Economia Política Internacional

O terreno da Economia Política Internacional, apesar de, a primeira vista, bastante fértil e profícuo para se discutir desigualdades, quando se trata de raça e gênero, deixa um tanto a desejar. Os esforços que são feitos para tornar “neutras” as análises, estatísticas e linguagem, de forma que gênero e raça sejam varridos dos acervos, para quem se habitua a refletir sobre esses marcadores, é passível de perplexidade – ainda que, ao mesmo tempo, não sejam nenhuma surpresa. O que se alega é que essas são preocupações preponderantemente

⁷³ Entre eles, Robert Biel, Arturo Escobar, Gilbert Rist.

⁷⁴ Digo isso porque interseccionalidade é apenas uma ferramenta possível, não a única forma de trabalhar com essas temáticas. Poderia-se trabalhar com gênero, raça e classe sem necessariamente utilizá-la.

estruturais e que não cabe uma abordagem micro-social ou mais específica. Mas sabemos que desde um ponto de vista econômico e sociológico, as mulheres foram culpáveis, por associação, de ter características “primitivas” e “indisciplinadas” atribuídas ao setor tradicional, principalmente se considerarmos as perspectivas racial e de classe. Acusavam-nas de preservar valores opostos aos da modernização, e de estar inadequadamente socializadas como cidadãs. No melhor dos casos marginalizadas pelo processo de desenvolvimento, e no pior, consideradas seu inimigo, com frequência, as mulheres (particularmente, as mulheres negras) descobriram que quanto maior era o desenvolvimento, pior se tornava sua posição relativa.

Segundo um dos poucos autores da área que se debruçam sobre essa questão, Robert Biel, “a participação das mulheres no setor agrícola é inversamente proporcional ao desenvolvimento regional” (BIEL, 2007). Os processos de marginalização vão do setor agrícola ao industrial. Segundo o próprio autor, um estudo da FAO (Organização de Agricultura e Alimentação da ONU) destacou que em alguns países da África as mulheres chegaram a produzir quase 80% da alimentação, mas somente recebiam entre 2 e 10% dos “contratos de extensão” (assistência técnica). Os programas de reforma agrária estavam orientados ao homem, e não levaram em conta os direitos da mulher nas estruturas de propriedade tradicionais. Na Índia, quanto mais pobre é o lar, maiores possibilidades existem de encontrar uma mulher encabeçando-o. Para fins da década dos setenta, 30% dos lares do *terceiro mundo* eram dirigidos por mulheres. Dependendo da região, na África as mulheres dirigiam entre 20 e 50% dos lares. Segundo uma investigação da Comissão Econômica em África (Economic Commission in Africa – ECA), a meados dos anos setenta, as mulheres africanas trabalhavam 15 horas por dia (BIEL, 2007).

Todos esses dados condizem a realidades no campo que, apesar de estarem passíveis de atualização, refletem o cenário neocolonial de exploração das mulheres, sobretudo no “terceiro mundo”. E essa superexploração conflui cada vez mais, também, para o âmbito fabril, com jornadas de trabalho cada vez mais altas e remunerações inversamente proporcionais, mais baixas, sobretudo quando essas mulheres contam com o processo de racialização que as subalternizam ainda mais. Tendo tudo isso em mente, assim, iniciarei a discussão através da cooperação internacional para o desenvolvimento, que acredito ser estratégica para dispersão do modelo de desenvolvimento capitalista, na tentativa também de

lançar algumas imagens quanto à raça e gênero mas, lidando com as lacunas e contradições que a economia política até então tendeu a nos oferecer.

2.1.1. *Cooperação via Desenvolvimento: Conceitos Iniciais*

Não há como estudar Cooperação Internacional sem antes desvelar um olhar atento e interpretativo sobre as conjunturas e postulados do desenvolvimento. Esses, além de serem co-constitutivos, estão atravessados pelas assimetrias e relações desiguais da dialética de crises do Capitalismo e os fenômenos a ele associados – industrialização, mundialização, globalização, hegemonia, e como esses processos estiveram contaminados de racismo, sexismo, imperialismo, herança quase direta dos cálculos e espoliações coloniais. Não haveria, afinal, necessidade de cooperar caso a política internacional se pautasse primordialmente no princípio da isonomia e os países e povos estivessem, de fato, “no mesmo trilho”⁷⁵.

Apesar do imperativo do *Desenvolvimento* possuir marco histórico-ideológico no Pós-Segunda Guerra, com as disputas por influência regional entre os eixos Leste/Oeste, Norte/Sul, hegemonia estadunidense e o surgimento das instituições de Bretton-Woods, existe um imaginário liberal internacionalista que institucionalmente antecede, mas não enfraquece, esse imperativo. Esse imaginário é um dos grandes responsáveis pelo conteúdo e prática do desenvolvimento como conhecemos, tendo suas origens sobretudo nas inspirações de Immanuel Kant, Adam Smith, David Ricardo – todos contribuindo para a idealização de

⁷⁵ Apesar dessa ser justamente a promessa de uma democracia liberal universal, sintetizada inclusive na Declaração Universal de Direitos Humanos. Com todas as suspeitas, indagamos a própria procedência desses trilhos, além das rotas desses trens. Como discute Lévi-Strauss, “As grandes declarações dos direitos do homem têm, elas também, esta força e esta franqueza de enunciar um ideal muitas vezes esquecido, que o homem não realiza a sua natureza numa humanidade abstrata, mas nas culturas tradicionais onde as mudanças mais revolucionárias deixam subsistir intatos aspectos importantes e explicam-se a si próprias em função de uma situação estritamente definida no tempo e no espaço. Preso entre a dupla tentação de condenar experiências que o chocam afetivamente e de negar as diferenças que ele não compreende intelectualmente, o homem moderno entregou-se a toda espécie de especulações filosóficas e sociológicas para estabelecer vãos compromissos entre estes pólos contraditórios, e para aperceber a diversidade das culturas, procurando suprimir nesta o que ela contém, para ele, de escandalosos e de chocante. Mas por mais diferentes e por vezes bizarras que possam ser, todas essas especulações se reduzem a uma única e mesma receita, que o termo de *falso evolucionismo* é, sem dúvida, mais adequado para caracterizar. [...] trata-se de uma tentativa de suprimir a diversidade das culturas, fingindo conhecê-la completamente. Porque, se tratarmos os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como *estágios* ou *etapas* de um desenvolvimento único que, partindo do mesmo ponto, deve convergir para o mesmo fim, vemos bem que a diversidade é apenas aparente. A humanidade torna-se una e idêntica em si mesma, só que esta unidade e esta identidade não se podem realizar senão progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda a sua manifestação.” (LÉVI-STRAUSS, 1976)

uma *democracia liberal universal*, e, mais tarde, aos postulados positivistas de *evolução e progresso*. Muitas das teorias que reificam esses postulados enxergam no Liberalismo o próprio fim da história, e como último e mais eficaz sistema de organização social e econômica, demarcando nele uma espécie de marco zero, ao mesmo tempo que compreende-o como o acúmulo bem-sucedido de todos os conhecimentos já produzidos pela humanidade. Também segundo essa prerrogativa, todos os acontecimentos e descobertas humanas culminaram nesse sistema, sendo a mão invisível do mercado, ainda, a portadora das grandes soluções para as mazelas globais. Entenda-se que nesse contexto, quando se admite a história, ela parte da gênese do homem racional a qual é tradicionalmente vinculada às sociedades antigas greco-romanas. Sendo ressignificada no decorrer do tempo, essa gênese também culmina na antropomorfização de organizações, empresas e Estados nacionais, para enxergarmos, do presidente ao acionista de Wall Street, o perfil dos “verdadeiros” agentes do sistema e, consecutivamente, “os donos de tudo”. É por isso que é preciso e necessário historicizar, mesmos que sumariamente, os processos de desenvolvimento que acompanham seu fazer e pensar político, bem como sua pulverização, sugiram justamente o contrário:

Considerando-se a trajetória histórica das políticas de desenvolvimento do Pós-Segunda Guerra, a cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser analisada em uma sequência de três grandes períodos: “desenvolvimento via crescimento”, o qual compreende o período do pós-guerra até a crise dos anos 1970; a “década perdida”, o qual compreende o período de transição representado pelos anos 1970 e 1980 e, por último, o período do “desenvolvimento humano sustentável”, que compreende o período a partir de 1990 até os dias atuais. (PESSINA, 2017)

Essa análise sobre o desenvolvimento é bastante oportuna porque demarca dois períodos de maior relevância, ao menos para essa primeira averiguação: “desenvolvimento via crescimento” – com políticas de estruturação econômica possibilitada pela hegemonia norte-americana e exportação de uma agenda neoliberal para as organizações⁷⁶; e “desenvolvimento sustentável” – que é a fase mais recente (e um tanto cínica) de um Capitalismo que envolve suposta preocupação com direitos humanos, ambientais e o *empoderamento* de parcelas desfavorecidas da população mundial.

Dentro dessa ordem liberal, a população negra, como demais minorias políticas e a própria resistência, tendem a agir dentro de determinadas condições “emergenciais” e a utilizar os

⁷⁶ Não que antes disso essas não fossem liberais, o internacionalismo liberal, inclusive, foi responsável por sua idealização – mesmo que hoje seja terreno disputado por outras forças sociais.

instrumentos e estratégias que lhes cabem, na tentativa de reduzir os abismos. Mas, para os setores mais conscientes, a compreensão de que o alcance dos direitos mais básicos e elementares ainda são exíguos à extensa parcela das populações e de que a assimilação como consumidor veio anterior à cidadania, esses instrumentos ainda devem despertar muitos incômodos e dúvidas. O histórico da fase mais recente de “desenvolvimento sustentável”, que enxerga na cooperação internacional sua estratégia mais eficiente e eficaz⁷⁷, é um dos aspectos a serem criticados aqui, e que em muito se assemelha aos princípios e objetivos da fase anterior, mas com uma fábula reformulada, mais atrativa e palatável.

2.1.2. *Cooperação Internacional e Contexto Histórico*

O espaço para reflexão ou práxis para Cooperação Internacional antes do marco histórico da Segunda Guerra Mundial, como já destacado, era inexistente. A conjuntura prolífica para esse tipo de fenômeno, na verdade, surgiu justamente por conta dos efeitos dessa guerra – no alvorecer da social-democracia, pois possibilitou não só a dispersão impositiva do modelo sócio-econômico liberal ao redor do mundo, como também a cooperação internacional como meio pelo qual isso veio a ocorrer. Com as mudanças no setor industrial, aprimoramento tecnológico e necessidade de expansão do capital, e, em contrapartida, os saldos negativos da Guerra nas principais economias do Ocidente, os grandes mercados exportaram e expandiram suas fronteiras de lucro. E com o resultado *bem sucedido*⁷⁸ das políticas keynesianas de reconstrução da economia pós-Depressão de 1930, assim, fica evidente o papel dos Estados Unidos de alçar, tanto uma nova ordem mundial, sendo o próprio sua hegemonia, quanto de aplicar estrategicamente um plano de reconstrução – primeiro nas economias europeias, depois nas economias da Ásia e por último, na África e América Latina.

A ideia, portanto, de assistência internacional ao desenvolvimento, cooperação em finanças públicas, suporte a refugiados e suporte a países menos desenvolvidos são campos historicamente vinculados à economia keynesiana e movimentos corporativos de paz – *businessmen's peace movement* (MURPHY, 1994). Tudo isso deriva de um ideário de *paz perpétua* (KANT, 1795), sob o crivo de uma democracia universal alçada por países de inspirações liberais. Mas com a guinada à social-democracia, e de que essa supostamente

⁷⁷ Voltaremos a esses paradigmas mais à frente.

⁷⁸ Mesmo que o bolo, a princípio, não tenha sido igualmente dividido com os continentes africano, asiático e latinoamericano.

resolveria as problemáticas e contradições do Capitalismo por uma alegada capacidade de adaptação e superação de crises, acaba gerando uma imagem invertida da realidade, ou melhor, uma ilusão (WALLERSTEIN, 2006). Segundo Rosa Luxemburgo, teórica do século XIX fervorosamente crítica ao revisionismo e à social-democracia,

Para a sua luta prática [de Bernstein⁷⁹], decorre, do que ficou dita, a conclusão geral de que não deve a social-democracia dirigir a sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária, e da instituição do socialismo, não como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação (LUXEMBURGO, 2010).

A conquista do poder pelo proletariado ou o socialismo científico, por exemplo, segundo as próprias acepções da autora, estão diametralmente opostas ao desenvolvimento progressivo proposto por esse revisionismo, num quesito primordialmente ideológico. Porém, mesmo com todas as ressalvas sobre as instituições do socialismo⁸⁰, sempre nos vemos capturadas nas armadilhas do desenvolvimento, atados a um modelo específico de sociedade fundamentalmente industrial-ocidental⁸¹.

Para Arturo Escobar, o desenvolvimento se converteu numa certeza no imaginário social, mesmo para quem se opunha às estratégias capitalistas – produziram-se teorias *ad nauseam* em cima do subdesenvolvimento (ESCOBAR, 1996), com a reprodução do mesmo modo operativo, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo pela via fabril-industrial. Já David Harvey evidencia essas contradições por outra via, ao problematizar a ideologia do desenvolvimento pela expansão *ad infinitum* do valor, já que “uma economia capitalista ‘saudável’ é a que apresenta um índice de crescimento positivo – quanto mais próxima do estado de estagnação, mais não-saudável se considera a economia [...] isso se traduz na ideologia do crescimento (“o crescimento é bom”), independentemente das consequências ambiental, humana e geopolítica” (HARVEY, 2006). Em relação às economias periféricas, esse crescimento está sempre dependente das flutuações do mercado externo, já que a cooperação com economias centrais viabilizou mais uma industrialização tardia, do que

⁷⁹ Autor reformista contemporâneo da autora, objeto de crítica da autora no livro *Reforma ou Revolução?*

⁸⁰ Voltadas, inclusive, a muitas negligências envolvendo raça e gênero.

⁸¹ Mesmo que para muitas e muitos de nós, a rotina de fato do operariado industrial seja tão distante. Inclusive porque uma parcela considerável da população mundial não conta com as mediações entre Capital e Trabalho e sobrevive da economia informal.

necessariamente uma *de ponta*. Além disso, a periferia se encontra quase sempre refém dessa ideologia.

Evidentemente, as políticas de cooperação para o desenvolvimento são epistemológica e ontologicamente ligadas à marcha do desenvolvimento capitalista. Como também se pôde observar, essas políticas econômicas sugerem perfis sobre quem usufrui e quem unicamente lida com suas consequências. O modelo de Estado-nação, ainda mais o keynesiano, atua de forma decisiva nesse quesito, justamente por ser mediador e credor, sobretudo nas crises. Na Periferia, as reformas e o modelo keynesiano não conseguiram, e aparentemente não pretendiam, contornar as desigualdades sócio-econômicas estruturais. Tudo indica, inclusive como já pontuado no capítulo anterior, que o Estado de Bem-Estar esteve às custas das desigualdades em territórios fora do centro do sistema. Mas a transição do “Estado de segurança” fordista (de conflito, mas também de *welfare*) para um “Estado competitivo” pós-fordista (agora de subjugação, agudização das contradições e *workfare*) é caracterizada por um processo de continuidades e rupturas. E a tentativa, a princípio, de mimetizar um Estado keynesiano regulacionista segundo prerrogativas do Banco Mundial, pela via da cooperação financeira nas economias periféricas, não foi capaz de *salvar* as economias dos países periféricos. Mas, na *era de ouro* da qual gozavam os capitalistas, essa “salvação” foi uma última, entre as últimas das prioridades.

Além disso, a industrialização e a prosperidade experimentada pelos países centrais no período keynesiano e fordista fizeram muitos teóricos voltarem atrás quanto aos sentidos e parâmetros radicais contra o Capitalismo⁸², acreditando que o regulacionismo, o controle da inflação e o pleno emprego integram a coleção necessária para o desenvolvimento econômico, e conseqüentemente, o social e político, primeiro nos países de centro, e em seguida no *terceiro mundo*. Essa querela, no entanto, não se concretiza – já que, para os países não desenvolvidos, não foram concedidos empréstimos a baixo interesse ou assistência técnica, mas sim empréstimos de taxa de juros a nível dos bancos. A ideia não era tornar as economias periféricas independentes, ao contrário. Como discute Balanco,

Apresentou-se neste período, sobretudo no centro do sistema, uma continuada prosperidade e melhoria do bem-estar das grandes massas. Este período se inicia após a superação da grande depressão deflagrada em 1929 e,

⁸² Ver mais em MÉSZAROS, I. Parâmetros socioeconômicos. In: Poder e Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

posteriormente, o fim do regime monetário-cambial do padrão-ouro que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial e ao início da restauração europeia. Ocorre a transferência da hegemonia no mundo capitalista das mãos da Inglaterra para as dos EUA. Haveria neste período, como marca da acumulação, contraditoriamente, além do avanço da grande empresa, forte presença estatal e “regulacionismo”, pré-condições necessárias para a prática de políticas econômicas e processos de trabalhos que passaram a ser conhecidos, respectivamente, como keynesianismo e fordismo. Contudo, essa *golden-age* experimentada pelos capitalismo centrais não apagou a marca característica do mercado mundial, qual seja, a desigualdade e o subdesenvolvimento. Foi para os países periféricos uma fase de tentativa de exercício de soberania via a atuação de um Estado forte, com a aplicação de políticas desenvolvimentistas chamadas de “substituição de importações”, sobretudo na América Latina. (BALANCO, 2009)

Mas o que são as políticas de substituição de importações que não um dos maiores indicativos de subjugação econômica? A marca desse desenvolvimento tardio é a permanência da desigualdade estrutural, já que absorve tecnologia ultrapassada dos países ricos. Além disso, esse processo esteve atravessado pela dívida externa, pelos altos custos ambientais, sociais, e o contexto que se estabeleceu esse “Estado Forte”, na América Latina, por exemplo, foi justamente o da ditadura⁸³ e do extermínio. Essas ditaduras preconizam políticas que ultrapassam a economia, elas instituem o controle do corpo, encarceramento, submissão, silenciamento sócio-cultural. Elas preconizam valores, ideários de nacionalidade, e para as populações negras, indígenas, periféricas, para os segmentos das mulheres, das dissidentes sexuais e de gênero, o que resta é a desterritorialização, onde repetitivamente nos transformam em estrangeiras em marcos civilizatórios e nacionais que se ancoraram na nossa sujeição para existir. E para as mulheres negras, indígenas, das populações periféricas, os genocídios da ditadura não acabaram⁸⁴, são continuações de um genocídio que persiste há mais de cinco séculos. E, em pleno século XXI, os valores que preconizam esse modelo

⁸³ A Operação Condor, a aliança político-militar entre os regimes militares da América Latina com a CIA e os Estados Unidos, foi uma das maiores evidências de perseguição aos opositores e extermínio desse “Estado Forte”.

⁸⁴ A mãe negra na periferia continua sem dormir aguardando seu filho chegar em casa, a população negra periférica continua a morrer nas filas dos hospitais, nas filas das maternidades, e a mulher negra periférica continua a morrer nas clínicas de aborto clandestino. A travesti continua a ser espancada, encarcerada, relegada à vida noturna, à prostituição e à morte. A população LGBT, sobretudo a negra e marginalizada, segue espancada, estuprada e assassinada. Na realidade brasileira, o auto de resistência permanece como justificativa para o homicídio de jovens negros. As milícias também continuam existindo. A ditadura vista pela ótica apenas de classe, contabiliza os desaparecidos políticos, as mortes... Mas, em muitos casos, pela primeira vez, os filhos da classe média que lutaram por uma revolução ou advento da democracia, receberam o tratamento que a polícia e o Estado sempre dirigiram às pessoas negras. Faço das palavras de Rita Santa Rita, mulher negra, professora aposentada, militante do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, as minhas: “para mim, a democracia burguesa sempre foi e sempre será uma ditadura”.

ecoam e encontram continuidade, com a reificação de uma “nova ordem mundial” que continua a nos render e nos mortificar.

O que houve, na verdade, em detrimento desse bem-estar de uma parcela das classe média e alta na periferia do sistema e nos países desenvolvidos, foi a deterioração das próprias economias periféricas – pela implantação de uma industrialização majoritariamente intermediária, onde não se industrializaram, mas foram passivamente industrializadas. Uma das teorias que analisam esse plano de ajuste estrutural é a Teoria da Dependência que, além de se apropriar dos conceitos de centro e periferia da economia-mundo, formula críticas quanto ao *laissez-faire* global que acarreta cada vez mais o atraso e subsequente dependência das economias menos desenvolvidas (periferia) enquanto países ricos (centro) adentram em novos ciclos industriais. Essa dependência não funciona aleatoriamente – a industrialização tardia do Terceiro Mundo funciona como esponja que absorve o que já é considerado ultrapassado pelo Norte. Isso ilustra bastante a cooperação financeira que é imprescindível ao sistema capitalista, mas que implica numa vantagem relativa aos países mais ricos. Além do mais, essa *nova* ordem preconiza eixos contraditórios para ação, ela precisa excluir sociedades tidas como não-liberais e incluir, delineando algumas linhas de restrição, ora países aliados, ora países (e elites) aquiescentes a uma *Ordem Mundial Livre*.

No contexto de expansão do modelo keynesiano, um “novo” tipo de nacionalismo ligando capital e trabalho nasce e prevalece em Estados-nação interessados em orbitá-la ou efetivamente integrá-la. E assim também nascem os precedentes das organizações internacionais, que possibilitaram novos consensos e institucionalizações, além de nascerem com o ensejo de empresa e o ensejo de Estado. Hoje credenciadas e instituídas como parceria público-privada, o histórico dessa relação existe desde a colonização, com a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, a Companhia de Londres e a Companhia Plymouth⁸⁵. Atualmente no terreno das organizações internacionais, as empresas se lastreiam no princípio da cooperação, sob a retórica das Declarações, de Roma a Paris, Agendas e Parcerias⁸⁶ que,

⁸⁵ A própria colonização foi instituída como “iniciativa privada”.

⁸⁶As declarações de Roma (2003), Paris (2005), Agenda de Accra (2008) e Parceria de Busan (2011) são documentos que evidenciam o cunho ideológico das agências multilaterais para cooperação internacional e “combate” à pobreza. Talvez o que seja mais intrigante é que são muito articuladas entre si e não buscam mudar radicalmente a estrutura das anteriores, mas atualizá-las e reforçá-las. Entre os temas que mais aparecem é o da minoração da pobreza. Um olhar mais atencioso à leitura dessas declarações já é capaz de perceber a superficialidade com que é tratada a *ajuda* internacional e a ideologia que a acompanha – essa sendo uma reinvenção do mito liberal-positivista pelo progresso. A cada ano, porém, é possível perceber o acréscimo de

com amnésia histórica e pretensões de transcendência, recaem nas retóricas vazias de defesa ao livre mercado, com o aval, evidentemente, dos respectivos Estados nacionais.

2.1.3. *Cooperação Internacional e Solidariedade*

A ajuda externa promovida pela Cooperação Internacional não prescinde de solidariedade, ao contrário, depende muito dela para ser executada. Apesar de não muito similar ao modo tradicional cristão de renúncia e desprendimento, ela, quando lhe é conveniente, se utiliza desses valores nos receptores da ajuda, quanto à soberania e território⁸⁷, para perpetuar-se. As primeiras organizações internacionais, como já destacado na seção anterior, forjadas no ápice do keynesianismo e fordismo, tiveram nos Estados Unidos o contexto ideal para se desenvolver – suas exportações massivas garantiram a produtividade de classe sustentada durante e após a Segunda Guerra, além de terem se constituído como hegemonia da “ordem mundial livre”. Junto a esse Estado, elas possibilitaram um arranjo político-econômico, através dos planos de reconstrução e de cooperação assimétrica entre os atores, que desencadeou no atual regime internacional de ajuda:

A administração das Nações Unidas para Alívio e Administração (UNRRA), a OI da época de guerra para refugiados e a reconstrução de áreas liberadas, e posteriormente o Plano Marshall, proveram modelos para tal ajuda. Em 1946 o diretor da UNRRA, o republicano nova yorkino Fiorello de La Guardia, urgiu que quando a reconstrução europeia estivesse concluída, as Nações Unidas deveriam tornar o seu foco às próximas áreas de maior necessidade (as áreas devastadas pela guerra da África e Ásia), e então mover para industrializar as regiões menos industrializadas nas quais pobreza

estratégias que coloquem no centro, não mais os atores estatais, mas sim os empresariais. A Parceria de Busan é a que o deixa mais evidente, ao defender práticas de responsabilidade social empresarial como cruciais para erradicação da pobreza e, é claro, a importância das parcerias público-privadas. Ao contrário do que possa parecer, elas não são novidade alguma para os atores envolvidos nessas declarações, mas o que a Parceria de Busan nem hesita afirmar é a centralidade dada às empresas, alçando-as o protagonismo de “salvar o mundo” – através de modernização e ampliação dos mercados.

⁸⁷ Ver mais em CASTEL-BRANCO, C. N. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership: Contribuição para um debate de Economia Política*. In: Desafios para Moçambique 2011. Maputo, IESE, 2011. Essa questão é abordada por Carlos Nuno Castel-Branco em seu artigo, onde a dependência da ajuda é uma das possíveis características dessa disputa e contexto, o que certamente influencia as características e processos de *ownership* (propriedade ou soberania). Ao mesmo tempo em que somos convidados a refletir quem detém e o que de fato é *ownership*, nos arranjos institucionais, estatais, entre liderança e compromisso, somos também levados a crer que não passa de uma retórica vazia (CASTEL-BRANCO, 2011) – que serve preponderantemente aos agentes preconizadores do livre mercado, principalmente os doadores. Por exemplo, a decisão do governo receptor de aparentemente abdicar de *ownership*, de modo a maximizar os fluxos de ajuda externa e minimizar a fricção política interna, reflete algum grau de *ownership* relacionado com a estratégia de sobrevivência num contexto de opções limitadas e de pressões e grupos de interesse específicos contraditórios. A discussão também mostra que a dependência da ajuda pode ser uma escolha estratégica para o desenvolvimento, uma vez que, em determinadas circunstâncias sociais, a escolha “racional” pode ser uma trajetória de desenvolvimento dependente da ajuda (CASTEL-BRANCO, 2010)

permaneceria como um problema global. Ecoando o movimento corporativo de paz entre guerras – businessmen's peace movement, La Guardia argumentou que tal sistema estaria sempre no auto-interesse esclarecido das nações em maior vantagem porque isso garantiria que teria sempre novos mercados para mercadorias dos países ricos em capital e mais produtivos. Um sistema de assistência ao desenvolvimento das Nações Unidas expandiria tanto o bem-estar global quanto ajudaria a evitar as crises de superprodução que muitos ainda temiam (MURPHY, 1994).

É evidente que esse papel de expandir o bem-estar global atribuído às Nações Unidas está muito distante de ser, factualmente, concretizado. Mesmo que a criação desses regimes internacionais atuais possa ser atribuída aos Estados Unidos, num cenário pós-hegemônico, de *pós-pax americana*⁸⁸, a manutenção desses regimes não mais depende desse país para ocorrer. O que marca um regime é a importância dos interesses compartilhados, que é o segundo traço característico dessa solidariedade.

Mas mesmo que pareça um contrassenso insistir em cogitar sobre solidariedade num meio tão competitivo, há uma espécie de solidariedade inerente a qualquer tipo de cooperação. O capitalismo existe pela inclinação de seus proponentes de fazê-lo acontecer. No que se refere aos assuntos de ajuda externa e cooperação internacional, no entanto, essa solidariedade pode tornar-se mais contraditória, à medida que são envolvidos o Estado, grupos sociais de interesse, empresas, agências e organizações internacionais. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento existe em decorrência do próprio processo de acumulação capitalista, que exige a assimetria do sistema internacional e a espoliação de países não desenvolvidos. É uma solidariedade voltada a interesses individuais, vertida num modelo único de agir e pensar desenvolvimento, com fundamentações que se articulam em aprisionar países inteiros numa só forma de gerir recursos, além de tutelar e infantilizar as populações, majoritariamente racializadas, que enfrentam a pobreza.

A partir da década de 90, após crises sucessivas, mas sobretudo com a crise do petróleo em 1970 e com Consenso de Washington, os parâmetros e estratégias para o desenvolvimento precisaram ganhar outras nuances. Percebeu-se que os esforços para adiar o colapso do sistema exigiriam uma nova modalidade de altruísmo, ainda que o campo ideológico fosse o mesmo. Foi então que a pobreza surgiu como uma das principais temáticas para o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, demais organizações e também muito

⁸⁸ Termo atribuído por Robert Keohane em *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* para se referir ao período de hegemonia estadunidense no sistema internacional.

convenientemente para as grandes potências, já que não apenas é objeto de estudo, como também *mal* a ser combatido, além de uma nova forma de expandir as fronteiras de lucro. Como pontuou Dupas, “o mercado da pobreza é o novo alvo que o capitalismo global deve visar para manter sua taxa de acumulação, já que as rendas caem por restrições do mercado de trabalho que o próprio sistema acarreta” (DUPAS, 2006). No que se refere ao campo da ajuda externa, a permanência da pobreza configura-se no mínimo necessária, para a própria existência das agências multilaterais, em primeiro lugar. Essas permanências geram produção de conhecimento, pesquisa empírica, mobilidade acadêmica... Renda! Só não geram rompimento com os ciclos que confabulam novas desigualdades e aprofundam as já existentes.

A pobreza se tornou, não só a “última fronteira” de acumulação a ser transposta pelo grande capital, como as organizações promoveram essa transposição através do microcrédito e políticas focalizadas. Os processos de ajuda externa e reconstrução econômica surgem numa orquestra de consensos difusos entre fóruns, governos, agências e organizações. A Cooperação Internacional também reflete as conjunturas da política e comércio internacional – por exemplo, as dinâmicas da globalização, integração em blocos econômicos, Guerra Fria e estatização das colônias, todas influenciaram tanto os traços em torno do desenvolvimento, quanto à própria cooperação. É por isso que a encaro, não como contingência, mas como estratégia para perpetuação do sistema capitalista. Suas prerrogativas estiveram vinculadas às políticas de coordenação, transformação produtiva, organismos multilaterais de crédito, faceando, de fato, uma fase de aprimoramento de forças produtivas – inclusive, frutos de uma modernização e revolução tecnológica, mas se configura como um sistema conservador em seu caráter mais profundo – pois mantém as mesmas fontes energéticas, os oligopólios e, acima de tudo, permanece na má e não-equitativa distribuição dos fluxos de capitais.

Os ajustes automáticos estiveram em contradição com as políticas de estabilização de salários e preços acarretando oscilações bruscas na renda, fuga de capitais, pressão inflacionária⁸⁹.

⁸⁹ A autora Maria da Conceição Tavares discute essas questões ao sintetizá-las como modernização conservadora. O ponto de partida desses elementos é a instabilidade da economia internacional dos anos 70, e a modificação da hierarquia das relações internacionais, com ajustes macroeconômicos (ajustes automáticos da balança de pagamentos, financeirização) e reestruturação industrial dos países centrais (mediante capitalismo organizado e regulado). Essa mudança para um Capitalismo Financeiro centralizador aprofundou as contradições e desigualdades já existentes pré-crise dos anos 70, que o “keynesianismo bélico”, não só não soube contorná-las como as acentuou, mediante a competição intercapitalista.

Uma cooperação pensada num sistema que preza por ser o mais excludente possível, solidariamente desigual.

~

2.2. Vias de Fato: A Cooperação Pensada

As políticas de governança⁹⁰ sobre gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, acessibilidade, são preocupações *de regulação* pré-concebidas. Elas envolvem direitos humanos, esses sendo direitos dos ou para corpos, com os contornos liberais das instituições. Só que não são, como muitas teorias nos querem levar a crer, tão cosmopolitas ou universais, e carecem de mais escrutínio – que capte, sobretudo, as nuances e complexidades envolvidas em quais corpos ora *jusnaturalmente* detêm, ora *arbitrariamente* têm suas humanidades extirpadas de si. Essas nuances não são captadas pelas elaborações puramente economicistas, por maiores que sejam os atravessamentos da macroestrutura econômica. Ainda assim, esses marcadores não apenas interessam, de forma *disfarçada*, à cooperação e política internacional, mas elas, como *campo e prática de poder*, frequentemente os definem⁹¹. A cooperação internacional é pensada num caráter que envolve estágios de desenvolvimento, medições, parâmetros de progresso e crescimento, alegando uma pretensa neutralidade no que se refere à raça, gênero, classe, nacionalidade. Mas ela é pensada num contexto que, fundamentalmente, exporte um modelo socioeconômico que favoreça, para economias menores, entrada de capital estrangeiro – e nesse pacote, a exportação também de suas contradições.

Os eixos analíticos aqui delineados são, de fato, raça, gênero e classe. Porém, as discussões desses eixos separadamente não é bem o objetivo, até porque, ninguém é unicamente negro, unicamente homem, unicamente heterossexual ou unicamente trabalhador. Como nos ensina Patricia Hill Collins, dificilmente falar sobre gênero, por exemplo, significa focar unicamente em questões sobre as mulheres. As experiências dos homens também são profundamente geradas, desde cargos militares aos quadros da presidência, do tráfico de drogas aos cargos

⁹⁰ Na ausência de um governo central como ocorre nas relações internacionais, a governança, ou como comumente a conhecemos, governança global, não é simplesmente o ato de governar, mas o estabelecimento de certa ordem entre atores transnacionais, os quais formulam políticas descentralizadas para Estados, corporações e sociedade civil.

⁹¹ Compreenda-se aqui como política em torno dos corpos, seus perfis socioculturais, econômicos, políticos e identitários.

corporativos, entre os espectros de masculinidade hegemônica e não-hegemônica. Quando a polícia aborda ou mata um jovem negro na periferia dos Estados Unidos ou do Brasil, ele não está sendo interpelado ou assassinado simplesmente por ser negro, mesmo que com outros contornos, essa violência também tem gênero: é por ser um *homem e negro*.

Para a masculinidade negra, as expectativas envolvidas, os papéis na economia, na política, no mercado de trabalho, são muito diferentes do que se espera de uma masculinidade branca. Patricia Hill Collins fala de uma “ideologia de gênero”, que não só cria ideais de feminilidade, mas também molda concepções de masculinidade. Apesar de raça, etnicidade, classe social, status de cidadania ou orientação sexual, ao menos num modelo de sociedade com a mínima influência do sistema sexo/gênero, todos os homens e mulheres encontram normas sociais sobre esse quesito. Essas normas influenciam o senso de si das pessoas, assim como percepções sobre o outro. Mas dentro de determinados padrões de oportunidade e discriminação, para pessoas negras, as relações entre raça e gênero tornam-se um tanto mais intensas. Ao mesmo tempo que são contornadas por outras expectativas, a ideologia de gênero negra é usada para legitimar e justificar padrões de exceção. Tanto que a autora discute sobre uma política sexual negra que seja capaz de enfrentar o sexismo no contexto de um “novo” racismo⁹².

Da mesma forma que, mesmo o racismo sendo um dos focos no debate sobre raça, e mesmo que tenhamos a compreensão de que os corpos negros são profundamente racializados e subalternizados pela macroestrutura social, as pessoas negras não podem ser as únicas cobradas a discutir ou refletir sobre isso – inclusive, me alinho à Malcolm X quando afirma que “o problema do negro”, referindo-se ao racismo, “deveria ser renomeado para ‘o

⁹² Alega-se, segundo a autora, estar mais escondido. Ela cita, “Em 1964, as pessoas negras sabiam que, apesar de nossas diferenças, dividíamos um problema em comum. Muito mudou desde então. Na era pós-direitos civis, as relações de poder que administram o teatro da raça na América estão muito mais escondidas. Ironicamente, os protestos dos meninos negros circulam nas mídias de massa dentro de uma cultura de hip-hop globalmente célebre, ainda que a substância desse protesto continue a ser ignorada. Pessoas negras de classe média podem lidar com os teatros da academia, câmara e o exército, mas muitos ainda parecem muito menos dispostos que o povo no cinema [fazendo alusão a uma situação de racismo presenciada pela autora, a qual poucas pessoas negras se mostraram dispostas a afrontar o guarda do cinema, agente do racismo] a defender os interesses do um a cada três jovens negros que vivem abaixo da linha de pobreza. Ironicamente, os próprios cinemas desapareceram das áreas negras dentro das cidades, deixando meninas e meninos negros abandonados em bairros onde basquete [aqui no Brasil, futebol] parece prover a melhor saída. Imaginando se são “negras o suficiente”, a juventude negra de classe média e alta crescendo em vizinhanças brancas e frequentando escolas particulares, jogam video games e pagando preços altos para ver o filme mais recente que apresenta artistas negros de Hip-hop autenticamente do “ghetto” (COLLINS, 2004)”

problema do branco””(MALCOLM X apud. HALEY, 1999). Assim como o classismo, que se impõe à classe trabalhadora multirracial, que chega a amalgamar pessoas independentemente do gênero – justamente pelo propósito de exploração, e que não deve ser perdido de vista. Como pontua Angela Davis, no contexto das mulheres trabalhadoras e negras, “embora o comportamento sexista de seus companheiros precisasse, sem dúvida, ser contestado, o inimigo real – o inimigo comum – era o patrão, o capitalista ou quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho” (DAVIS, 2016). Enxergar o inimigo real como o em comum é, não só estratégico, como perspicaz, porque se se combate a exploração apenas numa frente, é possível que o patrão encontre novas formas de explorar o que não foi, à primeira vista, tido como prioridade.

É bastante improvável que a Economia Política, mesmo com seu enfoque essencialmente crítico⁹³, seja capaz de dar conta da sistematização dessas contradições. Mas quando nos lembramos que a base das economias no mundo são formadas por famílias racializadas e precarizadas⁹⁴, sim por uma questão de classe, mas, sobretudo, de raça, já se torna muito difícil olhar a economia e se recusar a enxergar que, por trás dos dados generalistas, se escondem, para setores bastante específicos da população mundial, condições de trabalho insalubres, desemprego, *sweat shops*⁹⁵, mão-de-obra sub ou não remunerada. E essas condições existem, frequentemente na periferia, ou nas periferias do centro, para subsidiar os padrões de consumo dos países centrais, espelhando-se, em diversos aspectos, num modo de consumo capitalista, sintetizado em seu mais alto grau, por exemplo, pelo *american way of life* (modo americano de viver).

⁹³ Mesmo que limitado, em diversos aspectos, à experiência afro-americana estadunidense, se recorre ao Feminismo Interseccional por reunir tantos anseios históricos de reconhecimento das mulheres negras. Ainda assim, é importante pontuar que os trilhos históricos das pessoas negras não são os mesmos, mesmo que a diáspora tenha ocorrido numa escala mundial. As estratégias por emancipação foram e são diversas. Na América Latina tivemos figuras como Toussaint Louverture, Maria Felipa, Zumbi dos Palmares, Dandara, os próprios quilombos, apesar de não serem tão reconhecidos internacionalmente, se formularam como ícones de resistência e com importância histórica pelo simples fato de garantir sua sobrevivência, que, à época, representava objetivos revolucionários.

⁹⁴ Frequentemente, com mulheres encabeçando-as. Ver mais em BIEL, R. El nuevo imperialismo: crisis y contradicciones de las relaciones Norte-Sur. Ciudad de México: Siglo XXI, 2007.

⁹⁵ Literalmente, fábricas de suor. É um termo pejorativo para locais de trabalho que beiram a escravidão, de extrema insalubridade, defendidos, por alguns liberais, como uma opção melhor que a demanda escassa ou inexistente de emprego nos países semi ou não-industrializados, legitimando esse tipo de exploração da pobreza.

A questão de classe e nacionalidade chega a ser incontornável, principalmente se consideramos que o modo de vida médio dos países ricos não se sustenta, se aplicados, por exemplo, em massa para os demais⁹⁶. Uma emancipação para a população negra da periferia, nos Estados Unidos⁹⁷, por exemplo, significaria viver de acordo aos padrões médios de consumo da elite ou das camadas sociais mais favorecidas? Ao invés disso, talvez poderíamos nos voltar às preocupações com o cultivo da terra, com moradias sustentáveis, com a forma que produzimos, e até que nos alimentamos. Não quero dizer, com isso, que, enquanto população negra, devemos retroceder e que o contingente afrodescendente mundial deva viver na miséria, muito pelo contrário: é sobre repensarmos nossas formas de ascensão e crescimento, e é também, pensarmos sobre nosso bem-viver, com novas ecologias culturais.

Mesmo para a parcela da população negra que galgou maior poder aquisitivo nas últimas décadas, mimetizar um padrão de desenvolvimento que, ao final de contas, não é pensado nem por nós, nem para nós, nos levou a lugares, no mínimo, devastadores – até porque não emancipa nem emancipou muitos de nossos pares. Primeiro por uma questão ecológica: os países “desenvolvidos”, entre eles Emirados Árabes, Dinamarca, Estados Unidos, Qatar, Austrália, Bélgica consomem cinco vezes mais recursos naturais renováveis que os “subdesenvolvidos”, e isso não acontece somente por uma questão financeira-monetária. Por outro lado, as maiores taxas de perda de biodiversidade estão nos países periféricos, onde ironicamente os recursos que vêm em detrimento dessa devastação são exportados para países centrais. Quem “banca” esse estilo de vida e consumo, e quem, afinal, lida com suas consequências ambientais, são os países inferiorizados na dita marcha rumo ao progresso.

É por isso que há de se fazer algumas ressalvas: as questões das mulheres afro-americanas, por maiores que sejam nossas semelhanças diaspóricas, determinadas pelos cursos atlânticos, não podem ser importadas e assimiladas como as questões de todas as mulheres negras. As mulheres afro-latinas, indígenas, caribenhas e africanas estão em lugares distintos que as afro-americanas, ou que as afro-europeias. Os lugares históricos e geográficos não podem ser

⁹⁶ Para isso, seria necessário mais de um planeta.

⁹⁷ Que é justamente o país, entre os demais no centro do sistema-mundo capitalista, onde mais se encontra concentração de renda, desigualdade e pobreza. Segundo Piketty, “desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir — e até excedeu — o nível recorde visto nos anos 1910-1920” (PIKETTY, 2014).

alheios às análises, nem mesmo se houver comparação de países “entre os trópicos”. Como destacou Kimberlé Crenshaw, e como já pontuado aqui, muitas vezes nações marginalizadas na arena internacional (sendo representadas por suas elites) que se apropriam do discurso sobre raça para aludir às contradições desse cenário, recusam-se ou resistem em transformar, e até em reconhecer, essas mesmas questões problemáticas dentro de suas fronteiras⁹⁸.

Por isso que, para campos como da economia e cooperação internacional, preponderantemente hegemônicos por correntes que eclipsam nossos corpos e dissidências, que afastam nossas experiências múltiplas, talvez seja um tanto urgente se emancipar de certas alianças e *consensos*. Essas questões, em geral, são bastante emblemáticas, sobretudo para quem, na produção científica, opta pelo deslocamento do sujeito racional-empírico e por uma localização de saber (HARAWAY, 1998), como já citado no capítulo anterior, em âmbitos comunitários, históricos, socioeconômicos, geopolíticos, mas também em outros tantos generificados, racializados, sexualizados, em todos os demais marcadores possíveis que nós, mulheres negras, podemos nos inserir – e são naturalmente muitos.

Mas toda essa potência, em algum momento, se esbarra na questão da credibilidade. A credibilidade é um grande desafio quando se trata de estudos perpetrados por nós, sobre nós. Tanto que Gloria T. Hull e Barbara Smith destacam no livro, *All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave: black women's studies*⁹⁹, “usar o termo ‘estudos das mulheres negras’ e agir a partir dele num mundo branco e masculino é um ato de coragem” (HULL, SMITH, 1982). Mas utilizá-lo num âmbito analítico e radical, com propósitos pedagógicos e emancipatórios, é mais que descrever nossas experiências, reescrever a história ou retratar nossos processos de ascensão como exceções em ambientes devastadoramente supremacistas: é refletir sobre os aspectos mais ordinários e elementares do nosso cotidiano, as inter-relações com outros tipos de opressão... Isso requer uma postura socialmente imaginativa e dialógica, fora do marco restrito que apenas algumas conseguiram

⁹⁸ As relações de desempoderamento entre certas nações na arena global são certamente uma realidade. Ainda assim, as elites das sociedades do Sul são por vezes marcadas por uma dualidade: marginalizadas e talvez até silenciadas na arena internacional, mas ocupando posição privilegiada dentro de suas nações. As elites dessas sociedades podem se apropriar dos discursos sobre raça e outras formas correlatas de subordinação para ressaltar as relações de poder existentes entre o Norte e o Sul, enquanto resistem às tentativas de examinar as hierarquias internas, as quais também podem manifestar subordinação racial ou de outros tipos (CRENSHAW, 2002).

⁹⁹ Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós são corajosas: estudos das mulheres negras.

galgar — de ser uma das poucas negras ou negros no trabalho bem-sucedido ou na sala de aula, mas um marco que envolva a todas e todos nós. Como ainda retratam as autoras,

Idealmente, os estudos de mulheres negras/estudos feministas deveriam ser sobre cursos que focam em questões que concreta e materialmente nos afetem. Esses cursos deveriam examinar tópicos como a violência sexual que sofremos dentro de nossas próprias comunidades; o desenvolvimento de análises econômicas feministas que poderão revelar pela primeira vez a relação entre mulheres negras e capitalismo norte-americano; a situação de mulheres negras na prisão e a conexão entre seu encarceramento e o nosso; a história social do trabalho doméstico das mulheres negras; e a investigação da saúde mental e física de mulheres negras numa sociedade cuja ‘solução final’ para nós e para nossas crianças é a morte (HULL, SMITH, 1982).

Lutar por esse ideal na estrutura acadêmica globalmente hierarquizada que ainda possuímos, transforma diversos cursos e estudos atuais em grandes conquistas. Em contrapartida, dependendo da abordagem, as políticas voltadas a pensar sobre etnia e gênero podem correr o risco de ser mal interpretadas como *tentativa de integrar a formulação de política focalizada*, ou, por definição mais precisa, como forma de cooptação e aderência ao sistema capitalista¹⁰⁰. Essas políticas focalizadas *principalmente* em torno de gênero, raça e classe, as quais emergem nos últimos tempos como ‘solução’ *liberal* para erradicar ou atenuar as mazelas da pobreza – ou em *resolver*, ao menos e supostamente, *as dores dos mais pobres entre os mais pobres*, são um dos encontros controversos – e um tanto polêmicos, quando se analisa e se discute sobre esses temas.

Percebe-se que, segundo uma perspectiva liberal, o debate sobre raça e gênero pode ser e é comumente diluído a uma prerrogativa de *ausência de capacidades individuais* (SEN, 1992), logo, a uma prerrogativa, frequentemente biologicista e restrita. Além disso, é também implicitamente uma prerrogativa de classe, já que aspectos problemáticos tangendo raça e gênero são tão somente tidos como *discriminação* – a consequência disso, no entanto, é de minimizar os problemas de gênero e raça, e tornar nebulosas suas discussões. Isso ocorre majoritariamente porque desconsidera-se o caráter estrutural desses marcadores e por

¹⁰⁰ É importante fazer a ressalva de que, como qualquer outro grupo social, as mulheres negras não estão livres da possibilidade de cooptação. A discussão aqui presente tange essa possibilidade, mas também transborda-a em diversos aspectos.

reducionismo, assim como são cartesianamente divididos como muito distintos ou quase opostos¹⁰¹.

Uma visão frequente e hegemônica no campo das relações internacionais é a de que essas temáticas são inter-excludentes – quando, em verdade, são, no mínimo, bastante complicadas em se dissociar. Afinal, qual o intuito de tratar raça, gênero e classe separadamente se, na concretude do cotidiano, esses marcadores incidem em nossos corpos de forma simultânea? Se a imagética da pobreza e da miséria, no imaginário social e internacional, é negra, como ficamos? A que e a quem serve uma análise dissociada?

Países centrais, por exemplo, a partir dos anos 90, criaram uma linha de pobreza¹⁰² com a qual eles poderiam, a partir dela, circular capital, trabalho e exportar suas políticas através de agências das organizações intergovernamentais e ONGs – acompanhadas sempre de uma cartilha socioeconômica¹⁰³. Os movimentos de resistência começaram a ter que se adequar passando por um processo de ONG-tização. Como elabora a escritora indiana Arundhati Roy,

Quando movimentos de resistência começaram a extrapolar as fronteiras nacionais e posicionam-se como verdadeira ameaça, os governos desenvolveram suas próprias estratégias de como lidar com eles. Elas variam de cooptação à repressão. Mencionarei três [...]: A dificuldade entre movimentos de massa e movimentos de mídia, os perigos da ONG-tização da resistência, e a confrontação entre movimentos de resistência e Estados crescentemente repressivos. [...] Enquanto governos aprimoram sua arte de esperar crises, movimentos de resistência estão crescentemente sendo enrolados num vórtex de produção de crises, buscando encontrar caminhos de manufaturá-las num formato consumível e amigável ao espectador. Todo movimento, todo “problema”, é esperado a ter seu próprio balão de ar quente no céu fazendo propaganda de sua marca ou causa. (ROY, 2004)

¹⁰¹ Quando suas relações não são satisfatoriamente investigadas. Ou seja, torna bastante complicada a existência de quem sofre opressões de raça, classe e gênero simultaneamente.

¹⁰² Lastreados principalmente pelos estudos de Amartya Sen - Desenvolvimento como Liberdade ou Desigualdade Reexaminada.

¹⁰³ Note-se que, a partir do Plano Marshall, essa cartilha e os planos de ajuda externa são distintos quando se referem a colônias ou ex-colônias e quando se refere a países dentro de um eixo ocidental. Logo, são medidas de marco jurídico e sócio-econômico – dentro de um modo de produção e regulação (HIRSCH, 1994), mas também civilizatório e cultural.

A forma como os governos e movimentos diversos se articulam na expectativa e controle das crises tornou-se assustadoramente uma realidade. Cada vez mais, as previsões apocalípticas¹⁰⁴ sobre o colapso do sistema capitalista caminham para uma aceitação ampla e consternada do caráter estrutural de suas crises. A mercantilização envolvida nesses setores é a mesma que postula *empoderamento* como sinônimo de poder de compra, democracia como capitalismo neoliberal e reforma como sinônimo de repressão¹⁰⁵. E as segmentações do que é de classe, do que é de raça, e do que é de gênero, contribuíram mais para uma polarização do que à troca de interesses comuns e de perspectivas. Evidentemente, esse processo é resultado também da competitividade presente no sistema capitalista, junto ao fato de que o terreno dos movimentos sociais é político e o conflito é, assim, inevitável. Mas as formas individualistas de compreensão de si mesmo os levaram mais, como elaborado por Roy, a um marketing sobre sua própria causa do que ao real empoderamento, coletivo, e o que nos é comum acabou sendo gradualmente deixado de lado para, então, ser esquecido.

No que se refere particularmente ao “empoderamento”, esse remete ao termo em inglês *empowerment*, e seu significado é bastante difundido atualmente. O fato de ter ganhado tanta visibilidade não necessariamente justifica seu uso nesse texto. Aliás, é sobre a sua difusão controversa que iremos nos aprofundar a seguir. Mesmo nos circuitos acadêmicos não há uma sistematização ou mesmo consenso em torno de seus primeiros usos – algumas informações, inclusive, são até mutuamente contraditórias. Ainda assim, é possível encontrar literatura que situa o *empowerment* criticamente, na acepção política do termo. Sua emergência muito está vinculada aos movimentos por direitos civis – com os conhecidos temas transversais (KRAYCHETE, 2016), e esse é muito frequentemente atribuído a feministas, movimento LGBTQI e movimento negro. Mas qual pode ser o elo entre Cooperação para o Desenvolvimento, empoderamento e as questões epistemológicas ligadas a gênero, raça, classe e suas interseções?

2.2.1. Cooperação e Empoderamento

Da mesma forma que a Cooperação para o Desenvolvimento nos oferece imagens invertidas de solidariedade e altruísmo – mesmo que o Capitalismo intrinsecamente dependa da

¹⁰⁴ Bastante características do século XIX. Ver mais em Piketty, T. O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

¹⁰⁵ ROY, 2004.

cooperação de seus atores para existir, o *empoderamento* dá indícios de ser simulacro do que, em tese, se pretendia como emancipação social. Isso porque se tornou muito frequente o uso desse no vocabulário das agências multilaterais, organizações inter-governamentais, e agora, mais do que nunca, no circuito da *Responsabilidade Social Empresarial*. O uso do termo tem dado calafrios e despertado muita desconfiança em diversos setores combativos da sociedade civil, que assistiram a apropriação do termo pelo Banco Mundial, que em muito o descaracteriza – afinal, segundo uma diversidade de autores e autoras, *empoderar* possui um fundo muito mais prático que sua imagem aparentemente conceitual. Esse termo ainda circula nos meios e vocabulário da resistência, ainda que não se reflita muito sobre seus usos.

Assim, seria possível pensar que a cooperação internacional para o desenvolvimento – sob a aquiescência das ONGs, OIs e afins, *empodera* indivíduos nas prerrogativas de desenvolvê-los rumo ao crescimento socioeconômico e, enfim, ao progresso? Em primeiro lugar, é importante ter em mente que, no uso original¹⁰⁶ do termo, ninguém é *empoderado por*, mas *se empodera*. Em tese, o empoderar requer voz e prática ativa. Esse significado é político, e deriva de um processo de conscientização intersubjetiva da pessoa sobre seu lugar no mundo e ação política a partir dele. Mas essa é apenas uma das facetas, já que sua significação se modifica com o tempo, e varia em cada lugar. Segundo Maria Elisabeth Kebla, vinculando o *empoderamento* às vias do poder,

¹⁰⁶ Essas considerações se fazem necessárias tendo em vista que, apesar das origens “radicais” do conceito de *empoderamento* - ele surgiu da “praxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização (AITHAL, 1999) – a problematização dessa práxis seguiu dois caminhos bastante distintos. Por um lado, o conceito foi levado para a academia, ganhando espaço nas perspectivas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005), enquanto, por outro, foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais (AITHAL 1999). Por certo, essa desconfiança tem fundamento. Nos últimos anos, o termo *empoderamento* vem sendo usado indiscriminadamente, adquirindo novos significados no processo. De fato, tem-se tornado comum, tanto no discurso acadêmico, quanto de órgãos governamentais e não governamentais - ou mesmo no próprio movimento de mulheres - fala-se do *empoderamento* de mulheres, sobretudo no contexto do discurso sobre *gênero e desenvolvimento*. Até mesmo o Banco Mundial e, pasmem, o próprio Presidente George Bush II, se apropriaram do termo, este último chegando a afirmar que: “There’s no doubt in my mind, empowering women in the new democracies Will make those democracies better countries and help lay the foundation of peace for generations to come”. Por certo, o que Sr. Bush entende por “empoderamento”, o que o Banco Mundial entende por “empoderamento”, não pode ser a mesma coisa que nós, feministas, as latino-americanas, em especial, entendemos por “empoderamento” – a não ser que algo muito estranho esteja acontecendo com o nosso feminismo. Prefiro pensar que atrás do termo “empoderamento” escondem-se vários conceitos bastante diferentes. Esse parece ser o caso, quando se leva em conta que nem mesmo entre as diferentes agências de cooperação internacional existe consenso quanto ao que seja empoderamento, tampouco no que se refere aos processos e ações que, de fato, contribuem para tanto, e quais indicadores nos instrumentam melhor na mensuração e avaliação desse processo em instâncias específicas (SARDENBERG, 2006).

A emergência de estratégias de empoderamento está teórica e historicamente associada ao longo processo de desenvolvimento de relações econômico-sociais e a uma cultura democrática difusa nos interstícios do tecido social, fundamentalmente na sociedade civil. Entretanto, **dada a apropriação de interpelações de empoderamento pela nova direita, nos anos 1980 e 1990, e a recente tendência de partidos social-democratas e trabalhistas de abraçarem políticas de ajustamento estrutural de inspiração neoliberal**, a questão se constitui assunto de debate e exige uma investigação mais ampla das experiências atualmente em curso. Vasconcelos (2003) pondera que o referencial teórico sobre o qual se assenta a noção de empoderamento não é novo, mas uma reapropriação e reelaboração de tradições já existentes; implica em trabalhar com a complexidade do poder como fenômeno teórico, político, social e subjetivo; constitui-se em processo não linear, não cumulativo ou progressivo, ou seja, constitui-se em arenas de conflito dinâmicas, relacionais, sem distinções claras, numa dialética constante entre instituinte e instituído. (KEBLA, 2009)

Esse lugar não muito bem demarcado possibilita uma série de ruídos e interpelações sobre o uso do *empoderamento* – como abordado acima, essa reelaboração acarreta em usos contraditórios em agendas neoliberais. Essa ressignificação liberal, no entanto, não é exclusiva desse campo. Agendas de Organizações Não-Governamentais estiveram e estão cada vez mais alinhadas às pautas de agências multilaterais e a projetos do Banco Mundial. Não há muito como caracterizá-las como propriamente contra-hegemônicas já que surgem, na verdade o terceiro setor em sua totalidade, num contexto *problem solving* (resolução de problemas), não de transformação e ruptura com o sistema capitalista. Nos últimos tempos, essas organizações tornaram-se complementares à ação transnacional das empresas, e seu funcionamento e estipulação de metas foram assimilados a um vocabulário corporativo-empresarial.

Tudo isso está atrelado a uma agenda de governança global, onde se busca, sobretudo, reformas em torno do Estado (de *welfare* a *workfare*). A característica do *desenvolvimento sustentável* é um dos pilares no qual se assenta as estratégias dos programas do Banco Mundial e demais OIs. Nos documentos oficiais, se constitui como harmoniosa aos interesses sociais e ambientais, mas, na prática política, burla seu próprio regimento – o qual é propositalmente não vinculante e com brechas significativas para beneficiar o setor privado. Como enumera Elsa Kraychete, Foros Paralelos realizados no decorrer das conferências oficiais dessas organizações são espaços privilegiados para o estabelecimento de consensos, com inserção de ONGs junto à “diplomacia não governamental” (KRAYCHETE, 2016).

O que se observa, portanto, é um movimento duplo de despolitização do *empoderamento*, e uma subsequente politização conversadora (CARVALHO, 2015). Uma de suas faces é enquanto projeto do Banco Mundial, integrante do processo do “novo desenvolvimentismo”. Ele se estrutura em diretrizes formuladas por países centrais para países periféricos – os quais integram as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) às suas respectivas políticas sócio-econômicas. Esse empoderamento, no que se refere aos programas dessas instituições, é absorvido como uma das soluções na minoração ou combate à pobreza. Entra, portanto, na retórica das capacidades¹⁰⁷, como registrado pela autora,

Diz ainda ser central para este processo que estas ações levem à construção de “ativos individuais e coletivos” a fim de melhorar a **eficácia** e a “equidade” nos contextos organizacionais e institucionais. Essa explicação do Banco Mundial sobre o empoderamento deixa clara sua intencionalidade, tomando-o como um de seus principais projetos, sobretudo porque ao enfatizar a necessidade dos indivíduos pobres desenvolverem capacidades que resultem em ações e recursos, estimula que esses sujeitos internalizem a situação de pobreza na qual se encontram, e, mais, reforça o ethos liberal de que a condição social que ocupamos na sociedade vincula-se ao esforço social de cada um. (CARVALHO, 2015)

Pautada na ideologia do mérito, essas assertivas do Banco Mundial não só descaracterizam a essência radical do *empoderamento*, mas subverte a situação hierárquica de “dominado” como vontade individual dos sujeitos. Além disso, como já retratado anteriormente, a preocupação dessas organizações está muito mais em estipular medições e parâmetros da pobreza, reforçando sua existência através das políticas focalizadas, do que necessariamente universalizar direitos humanos, ambientais e garantir a dignidade – não apenas a sobrevivência, dos qualificados como *pobres*. Afinal, a acumulação capitalista preconiza a existência da desigualdade que gera a pobreza. Acabar com ela seria o mesmo que acabar com o Capitalismo – por maiores que sejam os esforços em instituir algo como *desenvolvimento sustentável*, esse sempre será insustentável à medida que mantém a estrutura de padrões de espoliação, lucro, de racismo, sexismo, imperialismo e noções predadoras de

¹⁰⁷ O que eu denomino como retórica das capacidades é o conteúdo encontrado nas obras de Amartya Sen para explicar a pobreza, principalmente em “Desenvolvimento como Liberdade”. Para o autor indiano, a pobreza existe pela imanente e naturalizada “ausência de capacidades” dos indivíduos. Mesmo que reconheça alguns recortes “complicadores” como gênero, raça, habilidade físico-mental, esses aspectos são deslocados de uma esfera de construção estrutural, para uma puramente individual, aliás, de responsabilização individual da condição dos sujeitos empobrecidos. Além disso, o autor elege o mercado como o principal meio para tirá-los da pobreza, quando esse, pela via do desenvolvimento, é justamente o que os mantém pobres.

progresso. Ao mesmo tempo, o que se percebe é o intuito cada vez maior de expandir as fronteiras do capital, ao integrar, mesmo que marginalmente, “os pobres” aos sistemas de crédito e à maquinaria do consumo.

~

2.3. Cooperar pela liberdade, sem ser livre: Sintetizando armadilhas e descaminhos

A discussão sobre empoderamento não se encerra na linha de raciocínio da cooperação internacional. Esse, nestes termos, vem implicitamente acompanhado de um lema que nos é, na periferia, sempre distante, mas bastante familiar: a liberdade. Ao que parece, estamos sempre tentando galgar um ideal de liberdade, mas atrasadas: não só porque é assimilada como consumo, como também porque bancamos a liberdade alheia. Na periferia, o empoderamento perde sua potência se descontextualizado da luta, por uma espécie de realocação individualista. Se se empoderar significa ser individualmente livre para fazer escolhas, consumir e definir-se, qual o sentido, então, dessa liberdade? Enquanto a propaganda da liberdade nos foi massivamente imposta colocando-a como objeto que possa ser comprado, a história das lutas populares nos demonstra justamente o contrário: a liberdade é, a duras penas, conquistada. Segundo essa outra visão de liberdade, os países subdesenvolvidos não só estão aprisionados por sua pobreza, como, de diversas formas, não fazem parte do mesmo “mundo” que os países ricos os quais, por sê-los, são intrinsecamente livres.

Uma das filosofias características desse *mundo livre* ocorreu à época da Guerra Fria, e era de que “o crescimento é como maré alta que levanta consigo todos os barcos”. Isso levou muitos economistas a abandonar visões fatalistas sobre desenvolvimento e a adotar uma “atração não menos excessiva pelo conto de fadas, ou ao menos pelos *happy endings*” (PIKETTY, 2014). Não acreditemos, no entanto, que por alguma ingenuidade. A crença difundida de que o desenvolvimento econômico nos leva aos mesmos resultados, independentemente de qualquer intervenção política, pode ser, como foi, uma arma bastante poderosa. Uma das teorias que estiveram mais em voga em análises sobre distribuição da riqueza nesse período foi a “curva de Kuznets”. Em resumo,

A ideia era que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases da industrialização, pois apenas uma minoria está em condições de se beneficiar

dos ganhos iniciais do processo e, mais adiante, nas etapas mais avançadas do desenvolvimento, cai de forma automática, ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico. A “fase avançada” do desenvolvimento industrial teria começado no final do século XIX ou no início do século XX nos países maduros, e a compressão da desigualdade observada nos Estados Unidos durante os anos 1913-1948 poderia ser retratada como parte de um fenômeno mais geral. Esse fenômeno deveria, em tese, ser capaz de se reproduzir mundo afora, o que incluiria os países subdesenvolvidos então assolados pela pobreza da era pós-colonial (PIKETTY, 2014).

Mesmo que os proponentes dessa e de teorias similares estivessem plenamente conscientes de seu caráter especulativo, de súbito, passou-se a adotá-las como assertivas quase irrefutáveis. No entanto, essas produções otimistas serviam a um propósito: o de manter países subdesenvolvidos na órbita do mundo livre¹⁰⁸. A cartilha ideológica implícita à cartilha socioeconômica que põe e reforça esse tipo de pensamento¹⁰⁹ – personificando em seus agentes, a típica imagem da racionalidade masculina, heteronormativa, hegemônica e branca¹¹⁰, em nenhum momento, sugere superar *desigualdades estruturais*¹¹¹. Obviamente, a preocupação com a pobreza ganha outros contornos e o pobre, avaliado em critérios, linhas e coeficientes, omitidos nos países centrais, passa a fazer parte de um amplo contingente da “pobreza global” – para ser controlada como um desdobramento da ideia de que “o pobre não era apenas para se ter pena, mas também para se ter medo” (HALL, MIDGLEY, 2005).

Nesse quesito, estereótipos reforçados pelas classes média, alta, preconizam que além de perigosas e perenes, os pobres são pessoas negras – que ainda exploram os sistemas de assistência social. Essa noção é ainda perpetuada em camadas sociais tanto em países de centro, como de periferia, e mesmo que o racismo científico tenha sido em algum momento desacreditado, ou melhor, aparentemente perdido credibilidade [mas não poder], crenças populares recentes sobre o comportamento dos pobres nos países industrializados têm sido

¹⁰⁸ Piketty, 2014.

¹⁰⁹ Sobre quem é pobre, quem deixa de ser, quais linhas restritivas, além de outras ligadas ao debate superficial sobre gênero, raça, nacionalidade e capacidade, iniciado por Amartya Sen.

¹¹⁰ Por conseguinte, na figura do homem racional, tanto em âmbito estratégico, na atuação nos dilemas de segurança, esse último voltado tanto ao paradigma realista quanto liberal, mas também associados à guerra, ou cooperação para paz. Esse homem racional, assim, é agente tanto para guerra quanto para perpetuação da democracia liberal – que, segundo seus idealistas, instaurará a paz perpétua (KANT, ___) à medida que alcançar todos os Estados ao redor do mundo.

¹¹¹ Entenda-se aqui que essas desigualdades estruturais não remetem apenas às desigualdades de classe, mas também de raça e gênero.

reforçadas pela ligação da pobreza à raça (MURRAY, 1984; MEAD, 1992 apud. HALL, MIDGLEY, 2005).

Isso em muito ocorre porque, seja teórico, institucional ou cotidiano, o racismo – categorização da humanidade em tipos artificialmente isolados, como já reforçado em trechos anteriores, é hierarquia institucionalizada. Ademais, é justamente o caso de, a despeito de todas as transformações sociais tão decisivas como a “decolonização¹¹²”, esse tipo de hierarquia ser reproduzida dentro dos artifícios impulsionados pelo capitalismo. O universalismo da ideologia burguesa – logo, seu humanismo, não é incompatível com os sistemas de hierarquia e exclusão calcados no racismo e sexismo – ambos fazem parte do mesmo sistema (BALIBAR, 1990), como já bastante reiterado.

A nebulosidade teórica, no entanto, persiste. E as consequências dessa nebulosidade podem ser nefastas, sobretudo, por três motivos: uma bastante injusta lógica de pressupor que pessoas pobres são, por inferência, negras; a idealização do lugar das pessoas brancas como superiores; um desdobramento que é a individualização e retroalimentação da pobreza como inata¹¹³; e o último estágio que é a pobreza passível de culpa aos próprios indivíduos que a *detém* – afinal, pobreza nesse sentido é um estado linear de atraso, *menos evoluídos* numa cadeia sucessiva de progresso. A questão de ter ou não *capacidades*, prescreve “escolhas”, mas em molduras fixas de classe. Um meio pelo qual se adquire essas tais capacidades é justamente através das *políticas de focalização* – mecanismos do regime internacional pautado no liberalismo. Isso preconiza uma corrida por recursos que, assim, se aprofunda e se alinha aos interesses de quem alega combater a pobreza – e por pobreza, a desigualdade que a define é suprimida¹¹⁴.

Muitas autoras negras historicamente reiteraram que essas desigualdades não existem por acaso. O lugar da mulher negra nas sociedades ocidentais coloniais esteve engessado, desde os períodos da escravidão, no trabalho doméstico não remunerado a princípio, e mal

¹¹² Destaco esse termo porque ele é comumente distorcido, como se a estatização das ex-colônias trouxesse consigo, de imediato, uma decolonização atrelada à decolonialidade. Essa, por outro lado, requer um extenso processo transversal de emancipação, não unilateral como os modelos estatais burgueses pretensamente democráticos. O próprio processo de estatização e reconhecimento das ex-colônias não veio gratuitamente. Ver mais em: JAMES, C. L. R. Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

¹¹³ Retirando dela a ideia de desigualdade que preconiza os aspectos dialéticos em torno da pobreza, como por exemplo, a luta de classes.

¹¹⁴ Reiterando que não são apenas desigualdades diluídas nas contradições de classes, mas são também respectivamente interseccionadas e previstas nos quesitos de gênero e raça.

remunerado nos séculos seguintes à abolição¹¹⁵. Muito embora as presunções feministas brancas acreditem que, através do trabalho, todas as mulheres podem se libertar¹¹⁶, às mulheres negras, por outro lado, sempre foi designado o lugar do trabalho, devido à raça – sendo a liberdade um fruto sempre de lutas coletivas, nos quilombos ou outras agremiações de resistência, como já anteriormente colocado. O significado da emancipação, logo, ganha outros contornos para as mulheres negras – mesmo que haja (como em dados momentos históricos, houve) possível *sororidade* entre mulheres negras e brancas¹¹⁷. Essa solidariedade, no entanto, não evoluiu para os processos recentes nas organizações internacionais e cooperação internacional para o desenvolvimento.

Insisto que os problemas da cooperação internacional para o desenvolvimento são seu modelo, sua metodologia e seu conteúdo. E quando analisadas as questões específicas concernentes à soberania, igualdade de gênero, raça, as contradições só se tornam mais evidentes. No modo como as políticas de cooperação se estruturam, os países e suas populações receptoras de assistência ficam reféns da própria ajuda. Paga-se muito caro para cooperar numa ordem mundial pautada no livre mercado. Não intitulo as políticas paternalistas acima como unicamente imperialistas porque vai além de um problema de classe, é uma questão política e colonial. Elas destilam saudosismo do período colonial, ao agudizar dependência e subordinação de economias tidas como subalternas. Além disso,

¹¹⁵ Essa problemática se estende aos estudos da Economia Política porque, frequentemente, para esses, as mulheres negras e de outras minorias étnicas são invisíveis. Tanto pela dita imparcialidade sobre gênero e raça, quanto por não aferir como relevante nos dados estruturais, o trabalho doméstico.

¹¹⁶ Essa crença esteve contaminada pela variedade paternalista do racismo, já que o trabalho varia tão bruscamente com gênero, raça e classe. “À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante” (DAVIS, 2016).

¹¹⁷Angela Davis descreve essa possibilidade: “A sororidade entre as mulheres negras e brancas era de fato possível e, desde que erguida sobre uma base firme – como no caso dessa incrível mulher e suas amigas e alunas –, poderia levar ao nascimento de realizações transformadoras. Myrtila Miner manteve acesa a chama que outras antes dela, como as irmãs Grimké e Prudence Crandall, deixaram como um poderoso legado. Não poderia ser mera coincidência histórica o fato de que tantas das mulheres brancas que defenderam suas irmãs negras nas situações mais perigosas estivessem envolvidas na luta por educação”, e segue, mais adiante, “[...] a história da luta das mulheres por educação nos Estados Unidos alcançou o auge quando as mulheres negras e brancas comandaram juntas, depois da Guerra Civil, a batalha contra o analfabetismo no Sul. A união e a solidariedade entre elas ratificaram e eternizaram uma das promessas mais férteis da nossa história” (DAVIS, 2016).

aprofundam também a competitividade entre quem recebe o foco da ajuda. Esse espírito competitivo infiltrando-se em diversas frentes, sobretudo tratando-se da perpetuação dessas políticas, fazem o eleitorado dos países receptores perderem de vista que suas vidas estão em jogo nas mãos, agora, dos acionistas.

Quando Audre Lorde discute que não pode haver hierarquia de opressão, também implica em dizer que não pode haver corridas sobre quem seja mais oprimido¹¹⁸. Mas as políticas de ajuda externa, na forma que se estruturam, aguçam esse tipo de competitividade, ao categorizar os focos da ajuda em critérios meritocráticos, e conceder subsídios a determinados grupos e setores, mas não outros. Lamentavelmente, esse também é um dos sintomas dos setores combativos atuais: apela-se por recurso e senso moral das instituições, opressoras por definição. Como define objetivamente Assata Shakur, “ninguém no mundo, ninguém na história, nunca conseguiu a liberdade apelando para o senso moral do seu opressor” (SHAKUR, 1973).

Tratando-se do aprofundamento da concorrência, um dos indícios dessa “corrida” é a ascensão do debate acerca da *eficácia* e *eficiência*. Esse paradigma racional, além de desvelar uma nocividade competitiva, traz parâmetros capitalistas às políticas de ajuda. Esses dois conceitos estão atrelados às políticas para o desenvolvimento, modernização e, para países periféricos, alívio da pobreza. Entenda-se que para os relatórios das agências ou organizações

¹¹⁸ De “Não há hierarquia de opressões”, de Audre Lorde: Eu nasci negra, e uma mulher. Estou tentando me tornar a pessoa mais forte que posso para viver a vida que me foi dada e ajudar a causar mudança em direção a um futuro habitável para essa terra e para minhas crianças. Como negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um menino, e membro de um casal interracial, eu usualmente me vejo parte de algum grupo no qual a maioria me define como desviante, difícil, inferior ou simplesmente “errada”. Do meu pertencimento em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância da diferença vem em todas as formas e sexos e cores e sexualidades; e que entre aqueles de nós que dividem os objetivos da libertação e um futuro viável para nossas crianças, não pode haver hierarquias de opressão. Aprendi que sexismo e heterossexismo ambos surgem da mesma fonte que o racismo. “Oh”, diz a voz da comunidade negra, “mas ser negro é NORMAL!” Bem, eu e muitas pessoas negras da minha idade podem lembrar sombriamente os dias quando não costumava ser! Eu simplesmente não acredito que um aspecto de mim mesma pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outra parte da minha identidade. Eu sei que meu povo não pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outro grupo que busque o direito da existência pacífica. Ao invés disso, nós nos diminuimos ao negar aos outros o que derramamos sangue para obter para nossas crianças. E essas crianças precisam aprender que elas não têm que ser iguais umas às outras para trabalhar por um futuro que todos nós dividiremos. Dentro da comunidade lésbica, sou negra, e dentro da comunidade negra, sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é um problema lésbico e gay, porque eu e milhares de lésbicas e gays são negros. Não há hierarquia de opressão. Eu não posso ter o luxo de brigar contra apenas uma forma de opressão. Eu não posso sustentar acreditar que liberdade da intolerância é o direito de apenas um grupo em particular. E eu não posso sustentar escolher entre as frentes nas quais devo lutar contra as forças da discriminação, onde quer que elas aparentam me destruir. E quando elas aparentam me destruir, não vai demorar muito até que elas aparentem destruir você.

internacionais, nunca se menciona o combate às assimetrias ou desigualdade socioeconômica – ao contrário, essas são diluídas nas políticas de concentração/focalização que simplesmente beneficiem, em amplo termo, *os pobres* (KRAYCHETE, 2016). No mesmo sentido, reflexões sobre gênero e raça, talvez ainda mais os dois atrelados, são, não apenas indiferenciados e invisibilizados, como também esquecidos – mesmo que as mulheres negras estejam inevitavelmente, dentro dos marcadores sociais da diferença, na *base* da pirâmide socioeconômica. Essa noção de ajuda para o desenvolvimento reforça uma sujeição obrigatória em termos estatais, políticos, mas também incidida sobre os indivíduos. Segundo Elsa Sousa Kraychete,

A eficácia e a eficiência das políticas são avaliadas a partir do objetivo de diminuir pobreza, de tal maneira que se tornem eficazes as políticas, os programas e projetos que a minimizem efetivamente, e eficientes os que conseguem fazê-lo com custos mais baixos. [...] A concentração supõe seletividade, meio pelo qual costumam ser mais eficientes os mecanismos de seletividade territorial e de autosseletividade. A eleição de grupos-alvo orienta, metodologicamente, no sentido de que a pobreza possa ser medida de maneira absoluta e de maneira relativa. (KRAYCHETE, 2016)

Medições e critérios de seletividade como os citados acima influem numa noção linear sobre desenvolvimento socioeconômico e em algo ainda um tanto mais grave: a de que essas políticas [e subsequentemente, seu modelo] são exportáveis – sobretudo seu caráter liberal e advindo do centro. Nos momentos de crise, se acirram ainda mais as competições em torno dessas políticas e a desigualdade em torno dos marcadores de classe, gênero e raça. E o alcance que o Estado poderia ter, por exemplo, ao fomentar políticas de acesso mais amplo, ou potencializar transformações a curto e longo prazo, mesmo com todas as suas inerentes contradições, é logo eclipsado pelas políticas de cooperação para o desenvolvimento, frequentemente advindas de *parcerias público-privadas*. O Estado é justamente o aliado nesse efeito (neo)liberalizante, sobretudo nas periferias. A autora Lélia González é bastante objetiva nesse quesito quando descreve o que foi conhecido por “milagre econômico”, durante a ditadura militar no Brasil:

sua caracterização se constituiu naquilo que eles chamaram de ‘Tríplice Aliança’, ou seja, no casamento entre Estado militar, as multinacionais e o grande empresariado nacional [...]. Desnecessário dizer que as massas, pra variar, ficaram completamente excluídas da partilha do bolo do ‘milagre’ [...]. E quando a gente fala em massas, a gente está se

referindo também, ou principalmente, ao grande contingente de negro que delas faz parte e que, desde as décadas de cinquenta e sessenta, vinha num processo de crescimento populacional. (GONZÁLEZ, 1982)

Talvez não houvesse problema algum no crescimento desse *bolo* referido pela autora, nem das parcerias público-privadas, caso as empresas e corporações não escolhessem *a quem* tutelar – justamente os setores sociais que as beneficiam, nem decidissem estrategicamente *a quem* financiar na formulação dessas políticas. Mas essas parcerias não estão passíveis de disputa como o Estado, e têm crescido exponencialmente desde as décadas de 80 e 90¹¹⁹ – sendo que os interesses dessas corporações tangem as mulheres negras e suas comunidades à medida que as exclui, as encarcera, as assassina ou precariza suas condições de vida. Não que as mulheres negras necessitem da ajuda ou defesa alheia de corporações, a questão é outra.

Essa suposta “solidariedade” que encobre as políticas de focalização – e subsequente padronização, em torno de gênero, raça e classe possuem, muitas vezes até explicitamente, consequências irremediáveis para as populações periféricas. Além disso, as políticas de ajuda nem sempre preconizam a autonomia dos países receptores, principalmente quando estão situados na periferia. E o que, a princípio e supostamente, era unificador, moderno, eficiente e eficaz, acaba desencadeando em efeitos contraproducentes, e letais, muitas vezes, contrários, assim, aos interesses e vidas nas periferias. Enfim, o que é contrário a elas, acaba sendo contrário aos interesses das mulheres negras enquanto coletividade política.

Mas mesmo quando se trata de questionar a organização social e internacional desse sistema, as lacunas de compreensão sobre raça e gênero ainda permanecem – e evidentemente há quem se beneficie disso, pois o Capitalismo por séculos sedimentou-se do resultado histórico desses padrões sociais desiguais (sendo as mulheres negras, praticamente, o âmago dessas diferenciações). Quando se inclui a “incógnita” dos debates sobre, por exemplo, enegrecer o Feminismo – e de outras interseções¹²⁰, e de quais práticas verdadeiramente autônomas se perfazem para a *sociedade civil global*¹²¹, os desafios não só aumentam como os supostos

¹¹⁹ Entenda-se aqui que o Estado não está sendo *defendido*.

¹²⁰ Ou até sobre *enviadescer* esse Feminismo e outras esferas de ativismo! Esse artigo se originou a partir da produção musical de Mc Linn da Quebrada, de título *enviadescer*. Para análises da contra-mão da cisheteronormatividade, ver mais em: COLLING, L. SENA, F. *Enviadescer para produzir interseccionalidades*. In: AMÂNCIO, L. OLIVEIRA, J. M. *Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), 2017.

¹²¹ Para o leitor desavisado e desatento, já adianto que todos esses conceitos de sociedade, civilidade, civilização, são bastantes incômodos para mim e destacarei todos os usos da palavra *global*, justamente porque ela, sobretudo, me desperta uma particular desconfiança, por seu cunho evidentemente capitalista.

diálogos, formas de repensar conceitos datados simplesmente desaparecem para tornarem-se, novamente, *consenso*¹²².

Para quem não costuma se debruçar sobre essas questões, pode parecer, talvez, um contrassenso discutir gênero, raça – localizados num âmbito supostamente privativo da vida, associando-os à ideia de público tão presente no alvorecer de conceitos como sociedade civil, Estado, corporações e empresas¹²³. Mas a ideia desta pesquisa é justamente de investigar ausências, disfarces e lacunas dentro do próprio cerne de organizações e movimentos que se propõem Cosmopolitas. E como, afinal, as mulheres negras organizadas e combativas, a partir da translocalidade, combatem essa homogeneidade ocidental branca do internacionalismo liberal, ao resgatar narrativas, imaginários, e reinventar práticas socioeconômicas de se organizar, principalmente em campos que trazem para si alguma responsabilidade em pensar questões de direitos *humanos* – mesmo que tão carregados de *interesses e solidariedades* capitalistas.

2.4. O (Neo)Colonialismo e a Dialógica da Interseccionalidade

Negacear a linguagem acadêmica sugerindo um saber experimental e perspectivístico pode ser bastante significativo para a elaboração de uma análise que, em alguma medida, renda as expectativas da leitora ou leitor – ou que, no mínimo, desafie-as. Interessante também pode ser se, a partir dessa espécie de trapaça, houver espaço para iconoclastia de lugares históricos cômodos e convenientes para quem se beneficia do que cria esses lugares: a universalidade pan-europeia, dentro ou fora da academia. Assim, talvez, até se poderia escancarar o óbvio: essa universalidade e seu motor único (SANTOS, 2001), mesmo com toda a plasticidade em insistir num mundo ordenado, é, por outro lado, incapaz de sequer representá-lo no ápice de sua imperfeição.

Na contra-mão de representá-lo como fábula, ou como diria Milton Santos, tal como nos fazem crer (SANTOS, 2001) é que retomo a seara da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento para desmistificar alguns lugares de pretensa combatividade que têm ganhado certo prestígio. Num terreno onde a parceria público-privada é tida como bom

¹²² Apenas aparentemente, porque esse consenso carrega altíssimos indicativos de coerção. Em termos neogramscianos, inclusive, coerção e consenso não seriam opostos, mas co-constitutivos.

¹²³ Sobretudo às Teorias da Globalização, Economia Política Internacional, particularmente presentes nessa seção.

negócio, um dos blocos essenciais de crítica é justamente a organizações que, mesmo com todas as intenções de altruísmo, assimilam as lutas por igualdade, direitos e isonomia ao vocabulário complacente e dissimulado de boa prática empresarial¹²⁴.

Ao observar as políticas que se atém à igualdade de gênero e seu alto teor de embranquecimento, veremos também que a categoria *mulher* é tratada quase como se fosse hipônimo de *branca*. Já as ligadas à raça, classe e etnia, tratam os indivíduos como objetos, sejam de pesquisa ou focos para se exercer a filantropia. Já os movimentos contestatórios envolvendo os marcadores de gênero, raça e classe, por outro lado, isoladamente ou não, operam em distintas camadas e frentes, nem sempre tão solidárias entre si¹²⁵, no terreno internacional e nas sociedades civis locais. Sendo muito distante do que transparecem algumas produções teóricas envolvendo movimentos e organizações sociais, essas frentes não contam com um discurso ordenado e único. Além disso, contam ainda com tantas contradições quanto às realidades que pretendem transformar.

Outro aspecto para o qual devemos nos atentar é a ingenuidade de presumir que alguma forma de contestação sirva de modelo para todas as outras, sobretudo se esse modelo nasceu das organizações não-governamentais que, dependendo de quem esteja à frente¹²⁶, conta com todos os privilégios inerentes aos processos de institucionalização. Friso, sobretudo, como se poderá observar no decorrer dessa pesquisa, o papel das organizações não-governamentais (ONGs) por um motivo em especial: são espaços duais e comumente problemáticos. Com isso, quero dizer que podem estar a meio caminho da combatividade e resistência, como também podem estar da emenda, reforma e barganha com o sistema em curso, nesse caso, o capitalista.

Ademais, as ONGs também foram e são elementos cruciais para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, essa sendo um dos objetos de escrutínio e crítica desse capítulo, em específico, mas da pesquisa como um todo, principalmente porque afetam e interferem [de

¹²⁴ Ver mais sobre o Programa lançado pela ONU-Mulheres em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no dia internacional da mulher intitulado “Win-win: gender equality is good business” (Ganho mútuo: igualdade de gênero é bom negócio). Fonte: <https://eeas.europa.eu/generic-warning-system-taxonomy/404_en/41200/Launch%20of%20project%20%22Win-Win:%20gender%20equality%20is%20good%20business%22>. Acessado em 05 de Maio de 2018.

¹²⁵ E nem sempre respeitando o famigerado protagonismo, uma das epístolas do movimento feminista contemporâneo, ou melhor, dos movimentos sociais em geral, que preconiza a sua liderança a quem, de fato, sofre com as opressões.

¹²⁶ Normalmente sujeitos (masculinos ou não) criados e constituídos nas ontologias brancas ocidentais, sobretudo se analisarmos a colonização como um dos marcos desse processo.

forma não necessariamente positiva] nas vidas de minorias políticas e comunidades racializadas. As políticas de ajuda externa que definem o perfil dessas organizações estão arraigadas de designações que coisificam as mulheres negras, com altíssimas doses de condescendência e paternalismo, os quais, afinal de contas, encontram sua mais fiel fonte no neocolonialismo¹²⁷.

É por isso que, refletindo sobre essas engrenagens, atrelando também às discussões sobre Terceiro Mundo, Periferia e Desenvolvimento, me deparo com um conceito histórico, a colonização, que, entre tantos outros conceitos subjacentes¹²⁸, traz consigo a decolonialidade e a decolonização. Entenda-se que essas se diferenciam, pois enquanto uma não é uma contingência do “progresso” sócio-histórico de países colonizados, mas um processo, ou tentativa, de emancipação pedagógica¹²⁹, social e política, a outra é tida genericamente como o resultado, quase imediatamente posterior à Segunda Guerra, de uma sucessividade de acordos e consensos por independência entre Estados pan-europeus com movimentos de libertação das respectivas colônias.

É plausível supor que, sem a decolonização, a decolonialidade não seria possível. Mas em termos mais específicos, a análise do que vem a ser decolonização esbarra justamente nas epistemologias da colonização e neocolonialismo, que se relacionam com alguns padrões de continuidade, quer seja da escravidão quer seja do crescimento econômico dependente das ex-colônias, dependente, sobretudo, da exportação de produtos primários e commodities agrícolas na cadeia de fornecimento global. Em outras palavras, isso significa dizer que o término jurídico do império colonial não terminou com seus padrões históricos de controle econômico e exploração, pelo menos não mais que a abolição formal da escravatura, por exemplo, tenha erradicado, de fato, a escravidão¹³⁰. Ambas persistem independentemente de seu ocaso oficial (MANZO, 2014). Compreender a decolonização não simplesmente como

¹²⁷ Utilizo esse termo ao invés do *colonialismo*, única e simplesmente pelo perigo do anacronismo, já que, em termos históricos, para alguns, o tempo colonial já se foi. Mesmo assim, seus resquícios permanecem, similar a uma onipresença, e é na sumarização desses resquícios que o termo utilizado, neocolonialismo, é oportuno.

¹²⁸ Quando falamos em colonização, é comum que se destaque que vivemos num mundo Pós-Colonial, no sentido que o sistema que preconiza colônias dependentes de suas metrópoles, com plantation, latifúndio e mão-de-obra escrava, já não existe mais. Aqui não compreendemos o mundo colonial como interrompido por um apanhado de cláusulas e emendas, mas com diversas continuidades no mundo contemporâneo.

¹²⁹ Em determinados momentos, até demasiadamente acadêmica.

¹³⁰ Formalmente, a escravidão é tida como extremo oposto da proletarização, que conta com remuneração, regime de trabalho pré-fixado, folgas, aposentadoria... Em tempos recentes, a deproletarização, com privatizações neoliberais e políticas de austeridade, tem aproximado trabalhadores formais e informais ao jugo da escravidão moderna, com retirada de diversos direitos trabalhistas.

ruptura, mas como processo, como é o caso da decolonialidade, indica uma possibilidade, um caminho para enxergar os mecanismos do neocolonialismo, aliás, das permanências do Colonialismo em si. Até porque as políticas de decolonização advindas dos acordos multilaterais, como pensar e agir político, estão muito distantes do pensar e agir reivindicado para evidentemente decolonizar.

Isso pode nos levar a crer que a lacuna entre o ato de decolonizar e a ação política da decolonização é a mesma que pode existir entre teoria e prática. Mas vou um pouco além, porque até pode sê-lo, mas é mais que isso, e pode tornar-se uma clivagem intransponível se essa teoria permanece apenas no terreno do desejo e abstração. Desejos são importantes, desejos movem o mundo. O detalhe que distingue, no entanto, a prática política da teoria apenas desejanse, é justamente a coerência. Enquanto é bastante plausível que alguém resista ou decolonize sem dar-se conta¹³¹, aliás, fazê-lo sem necessariamente conceituar sobre, em acepções acadêmicas, ou mesmo sem ter ciência do que seja sequer a colonização, é, por outro lado, uma lástima, uma teoria incoerente com a prática - apesar de acreditar que a produção teórica, em si, pode ser também uma ação política, mesmo que não seja tão comum em ambientes acadêmicos, inclusive os combativos, que idealmente deveriam ser espaços para esse tipo de temática e abordagem.

É justamente o mesmo detalhe que distingue a masturbação intelectual, que é um posicionamento que se atém apenas à exatidão discursiva, do engajamento legitimamente emancipatório. Em último caso, a diferença entre políticas de decolonização e o ato de decolonizar é a voz-ação de quem os pratica. Enquanto as primeiras se impõem verticalmente, a ação política de decolonizar se estabelece em outras temporalidades, horizontais e frequentemente advindas da resistência, no seu sentido mais autêntico. Mesmo

¹³¹ Como fez Carolina Maria de Jesus, que se dedicou à escrita da favela, possivelmente descolonizando-a sem a necessidade de rótulos, “escrevendo a miséria e a vida infausta dos favelados”, entre tantos livros, escreveu Quarto de Despejo: “Surgiu a D. Cecília. Veio repreender os meus filhos. Lhe joguei uma direta, ela retirou-se. Eu disse:

- Tem mulher que diz saber criar os filhos, mas algumas tem filhos na cadeia classificado como mau elemento. Ela retirou-se. Veio a indolente Maria dos Anjos. Eu disse:

- Eu estava discutindo com a nota, já começou chegar os trocos. Os centavos. Eu não vou na porta de ninguém. É vocês quem vem na minha porta aborrecer-me. Eu nunca chinguei filhos de ninguém, nunca fui na porta de vocês reclamar contra seus filhos. Não pensa que eles são santos. É que eu tolero crianças. Veio a D. Silvia reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal iducados. Mas eu não encontro defeito nas crianças. Nem nos meus nem nos dela. Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis. O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter.” (DE JESUS, C. M. 1960)

que as produções sobre *decolonialidade* sejam hegemônicas por uma espécie de elite acadêmica [com evidentes processos de racialização, constituída por pessoas brancas, em sua maioria¹³²], esse conceito só ganha coerência se atrelado às lutas coletivas, considerando-se os séculos de genocídio e escravidão que em muito moldaram a homogeneidade de espaços como esses. Além disso, não basta dizer-se decolonial e se apropriar dos mecanismos e práticas da colonialidade, é preciso também ser anti-colonial e rejeitá-la por completo, ou o máximo possível, em todas as suas manifestações.

Enquanto políticas de ajuda externa para erradicar a pobreza podem ser interpretadas como uma das reminiscências formais do Colonialismo, assim como um dos desdobramentos da estatização das colônias, elas não contam com a versatilidade de quem resiste ao poderio econômico das elites, logo, como já enunciado, vêm verticalmente, com prazos, relatórios e modelos a se seguir das organizações e instituições político-econômicas. É por isso que, dentre tantos aspectos, é oportuno trazer como os paradigmas de desenvolvimento afetam a prática contestatória das mulheres negras, sobretudo se pensarmos a cooperação internacional e ajuda externa. As agências multilaterais frente à dialógica das relações de raça, gênero e classe tendem a ignorar dois elementos fundamentais, tanto no sentido individual quanto no coletivo, a nossa agência e margens de ação.

As mulheres negras em diferentes partes do mundo se mobilizaram e ainda o fazem hoje, com também distintas estruturas organizativas. O imperativo de retomar esse dado historicamente, vai muito além de uma necessidade de reescrita, mas de pontuar que essas estruturas se desenvolveram anterior e até paralelamente a organizações [em âmbitos práticos e teóricos], como outrora pontuado no primeiro capítulo, unicamente feministas. Achola Pala, quando discute sobre definições de mulher e desenvolvimento numa perspectiva africana, considera,

Como os sistemas educacionais herdados dos tempos coloniais, a indústria de pesquisa continuou a usar o ambiente africano como um terreno de teste para ideias e hipóteses onde o lócus podem ser encontrados em Paris, Londres, Nova Iorque, ou Amsterdã. Por essa razão, a orientação primária para os problemas de desenvolvimento tendem a ser criados na base do que aparenta ser política e/ou intelectualmente significativo nas metrópoles. Em algum momento, pode ser planejamento familiar; em outro, meio ambiente; e ainda em outro, direitos humanos e condições sociais das mulheres. [...] Uma redefinição de problemas e programas de pesquisa concernentes à África às vezes manifestam-se na ênfase de orientações de pesquisa as quais têm pouco a oferecer às mulheres africanas. Eu visitei comunidades onde, ao tempo que as mulheres pedem melhores instalações de saúde e taxas de mortalidade

¹³² Ao menos nas Relações Internacionais.

menores, elas são apresentadas a questionários sobre planejamento familiar. Em algumas instâncias, quando as mulheres gostariam de ter água encanada, elas podem estar ao mesmo tempo encarando um pesquisador interessado em investigar poder e impotência no ambiente familiar. Ainda em outra situação, quando as mulheres solicitam acesso a crédito para agricultura, um pesquisador em cena pode estar conduzindo um estudo em circuncisão feminina (PALA, 1977).

Os programas e orientações de pesquisa voltadas, por exemplo, a gênero em África podem estar, como nesse caso estão, num sentido completamente diferente do fluxo de interesses, de fato, das mulheres dessas comunidades e outras mais. Esse tipo de evento e circunstância não acontece apenas no continente africano, apesar de nele já ser uma construção sintomática da imagem que se construiu de África. É por isso que, dessas assertivas, pode-se desdobrar alguns raciocínios: os interesses das comunidades africanas, bem como o de minorias raciais e étnicas ao longo dos espaços neocoloniais, estão comumente alheias aos interesses “maiores” das organizações e programas de pesquisa; as cargas para financiar o próprio sistema dessas, pelo labor ou submissão econômica, recai justamente nas minorias políticas; sendo umas das principais heranças sobretudo das primeiras fases do Capitalismo, o Colonialismo nem pertence unicamente ao passado, como as próprias estruturas de gênero e classe, não só as de raça, estão dialógica e mutuamente referenciadas a esse.

Essas ações se manifestam também em formas políticas na interação entre governos, organizações e movimentos e são, afinal, sintetizadas pela Economia Política e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ainda na linha de Achola Pala, a autora cita, “a questão dos direitos das mulheres, é usada como meio de controle social; em outros, serve para consolidar a posição política de homens e mulheres individuais. Em todos os casos, há um indicador confiável de alinhamentos ideológicos dentro de situações nacionais particulares ou internacionais” (PALA, 1977). E segue, “organizações nacionais de mulheres africanas pegaram o grito das oportunidades iguais para mulheres em assuntos como emprego e treinamento [...] a pesquisa e protesto social lançados em defesa de ou pelas próprias mulheres é invariavelmente motivado por considerações políticas e econômicas, mais do que Feminismo per se” (PALA, 1977).

Ou seja, mesmo quando se tenta incluir, ou ao menos misturar, questões sócio-econômicas às epistemes feministas, como água e óleo, elas parecem pertencer a “mundos diferentes¹³³” e simplesmente não se encaixam. Isso, no entanto, é só um entre diversos indicativos. O que ocorre, na verdade, é que o problema de gênero não é apresentado a nós, comunidades periféricas, como mais uma alternativa para as estratégias de luta por emancipação econômica e política, mas nos é, muitas vezes, imposto, bem ao modo colonial. Algo como um paradigma a ser seguido, entre as declarações não-vinculantes das Nações Unidas, já que a igualdade de gênero integra, nesses termos, o progresso político e sócio-econômico de nações desenvolvidas¹³⁴.

Nessa conjuntura, não há literatura, não há simpósio, nem discussão, o que há é uma má explanação e mau aproveitamento propositais dos conceitos feministas, justamente para servir a um controle social. Isso não só atrapalha a emancipação das mulheres nesse contexto, como lança uma série de dificuldades. Uma delas é oriunda, desafortunadamente, tanto no vocabulário, quanto no sentido histórico, do próprio Feminismo, aliás, dos tipos hegemônicos de feminismo – que se aliaram às forças de mercado liberais para fazer política. Usualmente, são os mesmos que consideram o movimento sufragista¹³⁵ de mulheres brancas como sua única origem, as mulheres brancas do Norte como “já emancipadas”, ao menos de seu

¹³³ Como se “mundo da economia”, “mundo da política” e “mundo da cultura” não se misturassem, mas a questão que acompanha a interseccionalidade é justamente que esses se misturam sim, e operam, muitas vezes, no sentido de comodamente excluir mulheres negras periféricas dos comandos desses universos.

¹³⁴ E muitas pessoas europeias, entre essas, mulheres, de diferentes países, ainda lutam em torno de temas como violência de gênero, paridade salarial, igualdade no mercado de trabalho, mesmo que a Europa seja tida como “paraíso da igualdade”, principalmente no que se refere à interseccionalidade com raça e etnia, ideários de nacionalidade e multiculturalismo. Um dos exemplos mais marcantes é o da Suécia, país com maior taxa de violência contra mulheres de toda a Europa. Ver mais em: O paradoxo da Suécia, um paraíso da igualdade com uma enorme taxa de violência machista. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/eps/1489066869_454079.html>.

¹³⁵ E suas problemáticas quanto às questões raciais envolvendo homens e mulheres negras. Como evidencia Angela Davis, nomes como de Elizabeth Cady Stanton e suas coligações fazem declarações indubitavelmente racistas quando ameaçadas pela possibilidade de os homens negros votarem, passando “à frente” das mulheres brancas anglo-saxãs. Como cita a autora, “[...] uma coisa parece clara: na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam - frequentemente de modo egoísta e elitista - seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra. Aprovadas [a décima quarta e décima quinta emenda], as duas emendas excluía[m] as mulheres do novo processo de extensão do voto e, dessa forma, foram interpretadas por elas como prejudiciais aos seus objetivos políticos. Com a aprovação, elas sentiam possuir razões tão fortes a favor do sufrágio quanto os homens negros. No entanto, ao articular sua oposição com argumentos que evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstravam o quanto permaneciam indefesas - mesmo após anos de envolvimento em causas progressistas - contra a perniciosa influência ideológica do racismo” (DAVIS, 2016).

patriarcado, e as demais como perseguidoras¹³⁶ infelizes do desenvolvimento e da liberdade de gênero eurocentrada.

Se o Feminismo, esse em voga, em termos universais e cosmopolitas, não foi/é capaz de dar plenamente conta de uma diversidade de mulheres nas lutas anti-coloniais, anti-racistas, anti-imperialistas, por que toda luta de mulheres em tese envolve, como pressuposto, em estudos variados, uma espécie de gradação e enquadramento histórico-evolutivo a esse¹³⁷?

Esse tipo de Feminismo encontrou terreno na arena internacional, e teve a habilidade de centralizar uma série de organizações e fundos para desencadear num resultado sedimentado na própria Organização das Nações Unidas, a ONU-Mulheres. Esse segmento conta com o arsenal amplo de retórica dessa organização, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e os imperativos da governança, só que com uma perspectiva de gênero adicional. Acreditam romper com os vícios do “patriarcado”, dentro e fora da organização, ao pautar todas as questões e vicissitudes sobre gênero numa questão única de *paridade*. Significa dizer que, quando o mundo tiver o poder distribuído igualmente entre lideranças femininas e masculinas, ou, como eles próprios sintetizam, “50-50 até 2030”, os problemas de gênero estarão, em grande medida, resolvidos, magicamente. Não que suas pautas e metas não tenham, nas políticas sociais imediatas oferecidas pelo liberalismo, sua importância¹³⁸, mas já se pôde observar que, no que depender dessas metas, passaremos o milênio buscando paz, sustentabilidade, igualdade de gênero, combate à pobreza, nos contos de fadas.

Agregar lutas e pautas diversas num só movimento pode ser estratégico e potencialmente transformador. Mas se o que ocorre é uniformização e apagamento, ou se dissidências de gênero, sexualidade e raça são tratadas como obstáculos para se alcançar algum tipo de universalidade, é aí que temos um grande problema. Afinal, uma universalidade que não se impõe o desafio de ser múltipla, é uma falácia. Flerto com as epistemes feministas, igualmente como flerto com as críticas da economia política e críticas à cooperação internacional para o desenvolvimento. Se suas estratégias se limitam à crítica ao Capitalismo ou ao “Patriarcado”, não hesito em, por outro lado, criticá-las. Até porque as contradições não

¹³⁶ Subdesenvolvidas! Logo, por sê-lo, automaticamente inferiorizadas.

¹³⁷ Mesmo com os pressupostos feministas assumidos nesse trabalho, não posso deixar de citar que um nome possível para esse tipo de prática é o oportunismo.

¹³⁸ A organização trabalha com liderança e participação política, *empoderamento* econômico, acabar com a violência contra mulheres, paz e segurança, Ação humanitária, Juventude, *Governança e Planejamento Nacional*, Agenda de Desenvolvimento Sustentável e HIV/AIDS. Sua ação é ampla e preconiza os mesmos fins, valores e objetivos das instituições liberais que a engendram. Ver mais em: <<http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications>>.

escolhem passagem, elas se pulverizam e se infiltram nos mais distintos ou nos mais diversos dos setores. Quando não de gênero, de raça, quando não de raça, de classe, e quando não dois desses três, os três juntos.

Não articulo minha escrita à denúncia às organizações ou à ciência, pelo crime de não contabilizar gênero, raça e classe em suas formulações, até porque conta-se com estudos em diversas áreas sobre essas temáticas, inclusive sobre a mulher negra. A questão, porém, é sobre a politização em torno desses marcadores. O debate desses, separadamente, foi homogeneizado pelo olhar científico ocidental. É por isso que trazer a decolonialidade nesse contra-sentido dos ambientes tradicionais da academia pode ser tão proveitoso, mais ainda se além disso, evidentemente, vier à tona a discussão sobre interseccionalidade. Atrelados esses conceitos, pode-se gerar um pensar-agir político que é indissociável à forma pela qual se enxerga o mundo, que não é neutra, que tem localidade, mas que consegue se expandir à medida que cria comunalidades. Mas a negação do outro como pré-condição para as noções de *eu* (ocidental), das quais bebem até muitos movimentos combativos e de quantidade significativa de setores da esquerda, tornam a comunhão desses marcadores e conceitos, com algum eufemismo, uma grande empreitada.

As categorias ocidentais para as análises de gênero de culturas que não as ocidentais, como aludido anteriormente no capítulo um, bem como para as consequências racistas e colonizadoras que isso pode acarretar, são uma das proposições de Oyèronké Oyěwùmí, e indicaram alguns caminhos. Ao indagar sobre a inferência do Patriarcado¹³⁹ por pesquisadoras feministas em comunidades indígenas africanas, por exemplo, sinaliza a importância de observá-las, por outro lado, de dentro para fora e não de fora para dentro (OYĚWÙMÍ, 2017). Como menciona,

El problema de la importación de conceptos y categorías occidentales a las sociedades y Estudios Africanos tomó un viraje decisivo en el trabajo de varias investigadoras feministas. Encuentro este acontecimiento particularmente desafortunado porque esta generación de nuevas investigadoras tiene el potencial para transformar radicalmente los Estudios Africanos, los cuales han reflejado cabalmente el androcentrismo de sus raíces europeas. Utilizando todo tipo de modelos occidentales, escritoras como Tola Pierce y Molaria Ogundipe-Leslie han descrito la sociedad Yorùbá como patriarcal. Su virtuosismo en el marxismo, el feminismo y el estructuralismo es deslumbrante, pero su comprensión de la cultura Yorùbá es sumamente deficiente. Samuel Johnson, un intelectual Yorùbá de vanguardia,

¹³⁹ Como também já citado no capítulo um nas assertivas de Gayle Rubin, o Patriarcado, mesmo que amplamente utilizado no vocabulário feminista, possui alcance de certa forma limitado e não consegue abarcar algumas questões, mesmo que primárias, mas complexas e fundamentais do sistema de sexo/gênero.

escribió a finales del siglo diecinueve que “las personas oriundas del territorio Yorùbá que han accedido a la educación, están bien familiarizadas con la historia de Inglaterra, Roma y Grecia ¡Pero apenas si saben algo de la historia de su propio país!”. Casi un siglo después el lamento de Johnson sigue siendo vigente. Recientemente la filósofa e historiadora del arte Nkiru Nzegwu abordó adecuadamente el problema al afirmar que muchas investigadoras feministas se apresuraron en caracterizar la sociedad indígena: “como implícitamente patriarcal, y jamás dieron relevancia al problema de la legitimidad del patriarcado como una categoría de análisis con validez transcultural... El problema de la valoración de las culturas Igbó y Yorùbá sobre las bases de su otro cultural (Occidente) es que al no exponer primeramente la situación de las sociedades africanas se acaba tergiversándolas”(OYĒWUMÍ, 2017).

Enquanto parece muito simples aplicar as análises do marxismo, feminismo e estruturalismo a quaisquer contextos sócio-culturais e circunstâncias, até porque se colocam transnacionalmente pelos próprios objetos de análise em questão, não me parece imagem justa fazê-lo sem levar em consideração onde essas teorias estão situadas, e a que servem. Situar o “patriarcado” e seu marco ocidental como um pressuposto de quaisquer circunstâncias de pesquisa e análise social não é pertinente, mesmo levando em consideração toda a complexidade das escalas, abrangência e similaridade dessas estruturas¹⁴⁰ [por isso que se compreende como sistema de sexo/gênero, mesmo com todas as problemáticas e bio-lógicas envolvidas, e não patriarcado].

O mesmo se pode dizer sobre o marxismo, já que a luta de classes não necessariamente abarca nem preconiza a luta contra a supremacia racial. Caso adote-se esse tipo de postura, isso pode nos levar a uma série de implicações, sobretudo uma que descontextualiza a relação entre lugar (como espacialidade local ou de território) e identidade. Esse lugar, nesses termos, não mais é uma metáfora para os papéis sociais, nem, por outro lado, o status de quem goza de privilégios, mas uma estrutura geográfica, aliás, uma variável, que substancialmente diferencia nossas experiências como mulheres e seres viventes.

Se, em tese, o sistema sexo/gênero se impunha “globalmente” atrelado à modernidade e colonialidade, é necessário antes avaliar como/se opera transculturalmente. Caso contrário, estaríamos subvertendo a própria metodologia do exercício dos lugares de fala. O patriarcado, alegado por algumas feministas como unívoco, não se manifesta na Europa como na América

¹⁴⁰ Acredita-se, inclusive em termos de sexualidade, que essa similaridade de opressão pode ser originária dos processos de colonização, não inerentes às diferentes culturas do Terceiro Mundo. Quem pode garantir que não foram construções e pedagogias cruelmente “herdadas”? Ver mais em: DRUCKER, P. *Different Rainbows*. Gay Men's Press: London, 2000.

Latina. O racismo não se manifesta na França como se manifesta na África do Sul. Mesmo tratando-se de ex-colônias, o sexismo dos Estados Unidos¹⁴¹, opera de forma distinta que no Brasil. E mesmo que escolas e autores insistam o contrário¹⁴², até o racismo e classismo operam com semelhanças e diferenças em ambos os países citados anteriormente. Isso ocorre porque essas hierarquias, sobretudo a racialização, operam em segregações e disparidades produzidas de forma espacial-geográfica¹⁴³. Assim, até que ponto soa interessante para mulheres não-brancas nas periferias mundo afora *traduzir* os postulados do Feminismo *hegemônico* se, na prática, mesmo que podendo ser reapropriados, como ocorreu com o Feminismo Negro, são potencialmente opressivos em circunstâncias neocoloniais?

O (neo)colonialismo foi o eixo estruturante dessas análises, como uma tentativa de pensar sobre seus hiatos quanto aos marcadores de gênero, raça e classe, mas também como isso se desdobra nas discussões críticas sobre economia política e cooperação internacional para o desenvolvimento. O encaixe desses marcadores a essas duas áreas não é óbvio, mas o (neo)colonialismo pode ser justamente um elemento aglutinador entre economia, política e cultura as quais em verdade, acredito que dificilmente estiveram separadas. A reflexão sobre e problematização desses lugares e geografias, nos levará mais às contradições de uma parcela de ativismos sociais contemporâneos, nesse caso, os Feminismos, do que a suas harmonias.

Apesar disso e de outros aspectos colocados, não estou aqui para enumerar o que é ou deixa de ser resistência, até porque creio não ser possível criar parâmetros para medir o que é mais ou menos legítimo em caráter contestatório – isso seria, inclusive, bastante colonizador¹⁴⁴. Contudo, parece existir um limiar complicado de quando se está cooperando com o sistema capitalista e quando não se está. Aqui tentaremos crítica e minuciosamente analisar como essa cooperação ocorre, primordialmente nas auto intituladas organizações, e até que ponto as

¹⁴¹ Uma potência que comumente reproduz a ordem sexista e colonial nas populações e territórios que subjuga.

¹⁴² Essas escolas e autores, no Nordeste especificamente, Gilberto Freyre e o Instituto Joaquim Nabuco, fazem menção a defensores de uma democracia racial no Brasil, como se aqui não houvesse determinadas segregações ou preconceitos de cor, mas um “Brasil mestiço”, com doses de saudosismo da casa grande. Mas os autores em particular que estabelecem essa espécie de relação comparativa entre “Brasil” e Estados Unidos, “atestando” empiricamente que o que ocorre aqui não chega a ser preconceito de cor ou racismo (como nas relações raciais estadunidenses), mas uma “linha de classe”, são os da Escola de Chicago como Robert E. Park, Russel-Wood, Donald Pierson, esse último inclusive, foi o que, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, consolidou correntes similares aos seus estudos, não na industrializada e moderna São Paulo, mas na Bahia, de título “Branços e pretos na Bahia” (tradução da editora de “Negroes in Brazil: A study of race contact at Bahia”).

¹⁴³ A estrutura das cidades e a formação histórico-geográfica das favelas comprova-o.

¹⁴⁴ E um contrassenso não muito possível de se sustentar.

prestações de contas, os relatórios e barganhas não são trabalhar para o que justamente nos oprime. Nessa pesquisa, esse escrutínio implica tanto em ir além dos aspectos propriamente capitalistas, como de enfrentar alguns desafios adicionais, sobretudo o de transpor as epistemologias que cerceiam mulheres negras como objetos de pesquisa ou alvos de ajuda externa, quando não, ambos.

~

2.5. Síntese do Capítulo

No capítulo dois, trouxe o foco para a cooperação internacional ao desenvolvimento. Explorei alguns preâmbulos sobre a economia política internacional, como ela oculta elementos importantes relacionados à raça e gênero, mas como também não é possível discutir cooperação, sem resgatar pressupostos dessa economia política. Nas seções seguintes, pretendi me aprofundar, sobretudo, nas contradições inerentes ao processo de cooperação internacional: primeiro através do contexto histórico, depois, com as armadilhas quando se trata do empoderamento das populações “sem capacidades”, com o discurso de emancipá-las da pobreza, mas com uma lógica que justamente as mantém nessa condição. Em seguida, algumas distinções e desdobramentos conceituais acerca da decolonização, colonialismo e decolonialidade, vieram à tona, bem como seus desencontros quanto à raça, gênero e classe, já que as práticas de governança se perfazem como práticas neocoloniais. Além disso, mencionei a importância da ação política para prática contestatória, além das diferenças entre a decolonização e decolonialidade (quando pensados como conceitos esvaziados), e o pensar-agir de decolonizar. No capítulo seguinte, explorarei, a princípio, as complexas relações entre ONGs e movimentos sociais, junto aos abismos entre filantropia, barganha, contestação e resistência, à medida que são articuladas à realidade de organizações feministas negras.

3. Dos Paradoxos do Empoderamento Neoliberal à Contestação – Rumo às Resistências Negras, Feministas e Revolucionárias¹⁴⁵

A cooperação internacional para o desenvolvimento, mesmo com o viés de solidariedade pretendido por seus atores, permanece com uma das principais marcas do sistema liberal internacionalista, a competitividade. Numa perspectiva liberal, a concorrência capitalista predatória não estaria oposta aos projetos de empoderamento contidos nessa cooperação, justamente porque a primeira se apropria do termo para recentrá-lo às forças de mercado. É por isso que insistir num projeto de empoderamento, nesse sentido, pode incorrer, frequentemente, num paradoxo, não só por seu individualismo. Esse projeto se transforma numa busca puramente econômica, vestida, muitas vezes, com discursos de auto-ajuda, alegada auto-suficiência, e os sonhos de consumo vendidos pelo empreendedorismo. Muitos desses sonhos são alimentados pela liberalização e privatização econômica, inclusive dentro de projetos que buscam galgar alguma justiça social.

O conceito de Complexo Industrial Não-Lucrativo que será trabalhado neste capítulo pode reunir algumas dessas contradições. Porém, é evidente que os significados girarão em torno da contestação, ou, ao menos, de tentativas contestatórias. E essas, inegavelmente, convivem com as práticas de um cosmopolitismo, ora significado como “governança global”, ora como

¹⁴⁵A demonstração desses paradoxos implica num abandono do internacionalismo liberal. E esse abandono pode caminhar para uma guerra, ao menos de cunho ideológico, como a letra da canção a seguir: *Until the philosophy which hold one race/ Superior and another inferior/Is finally and permanently discredited and abandoned/Everywhere is war, me say war/That until there are no longer first class/And second class citizens of any nation/Until the color of a man's skin/Is of no more significance than the color of his eyes/Me say war/ That until the basic human rights are equally/Guaranteed to all, without regard to race/Dis a war/ That until that day/The dream of lasting peace, world citizenship/Rule of international morality/ Will remain in but a fleeting illusion/To be pursued, but never attained/ Now everywhere is war, war/And until the ignoble and unhappy regimes/That hold our brothers in Angola, in Mazambique/South Africa sub-human bondage/Have been toppled, utterly destroyed/Well, everywhere is war, me say war/War in the east, war in the west/War up north, war down south/War, war, rumours of war/And until that day, the african continent/Will not know peace, we Africans will fight/We find it necessary and we know we shall win/As we are confident in the victory/Of good over evil, good over evil, good over evil/Good over evil, good over evil, good ever evil. War, Bob Marley. Ela segue por um caminho mais voltado à crítica de raça e classe, mas que pode nos ser interessante nesse momento. Tradução livre: Até que a filosofia que sustenta que uma raça seja superior e a outra inferior/ seja finalmente desacreditada e abandonada/ Todo lugar será guerra, eu digo guerra/Até que não haja mais cidadãos de primeira e segunda classe de nenhuma nação/ Até que a cor da pele de um homem não seja de maior significância que a cor de seus olhos/ Eu digo guerra/ **Até que os direitos humanos básicos sejam igualmente garantidos a todos, sem dizer respeito à raça/ Isso é uma guerra/ Que até esse dia/ O sonho da paz duradoura, cidadania mundial, regime de moralidade internacional/ permanecerão como uma ilusão fugaz/ A ser perseguida, mas nunca alcançada/** Agora todo lugar está em guerra, em guerra/ E até que os regimes ignóbeis e infelizes que mantêm nossos irmãos em Angola, Moçambique, África do Sul, numa escravidão sub-humana/ Forem derrubados, totalmente destruídos/ Todo lugar está em guerra, eu digo guerra/ Guerra no leste/ Guerra no oeste/ Guerra no norte, Guerra no Sul/ Guerra, guerra, rumores de uma guerra/ E até esse dia que o continente africano não conhecer paz/ nós africanos lutaremos/ Nós achamos isso necessário e sabemos que devemos vencer/ Como estamos confiantes na vitória/ Do bem contra o mal.*

internacionalismo liberal — arriscaria dizer que, em alguns momentos, até como globalização. Seja qual for a nomenclatura, o liberalismo vertido nessas ressignificações transforma a paz duradoura num devaneio, a cidadania mundial numa distopia e o regime de moralidade internacional numa ilusão fugaz a ser perseguida, mas nunca alcançada. Numa ordem como a liberal, na verdade, essa ilusão não precisa nem ser perseguida, apenas a promessa de seu internacionalismo já satisfaz os propósitos de seus agentes. E essa é justamente a questão: os liberais não precisam convencer a todos os membros de todas as classes nas quais eles buscam agir, apenas membros suficientes para estabelecer instituições regulatórias que farão movimentos futuros em direção a um mundo internacionalista liberal, e a uma questão de auto-interesse da maioria dos governos (MURPHY, 1994). E assim, afinal, se construiria [e se constrói] uma governança com antecedentes de “ordem mundial livre”.

Como visto no capítulo anterior, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o discurso dos regimes internacionais de ajuda externa conseguiram se apropriar das ações políticas em torno das questões de gênero e empoderamento. Os reflexos disso são um segmento próprio para gênero nas Nações Unidas, a ONU-Mulheres, e os relatórios que trazem uma acepção despolitizada de empoderamento, assimilando-o às “capacidades” individuais, sobretudo as aquisitivas. Se, em tese, as discussões sobre gênero ganham terreno na seara transnacional, e por terreno me refiro a financiamentos, projetos e pesquisa, os posicionamentos quanto à raça permanecem irresolutos, e as discussões de classe escamoteadas por uma crescente onda de governança global.

Isso, no entanto, é esperado. As barganhas com o sistema hegemônico pela ordem liberal dificilmente trazem conquistas amplas e simultâneas para as minorias políticas, além de que se tornou politicamente conveniente “resguardar” igualdade de gênero e supostos “valores feministas”. Mas quando a dialógica da interseccionalidade e as narrativas de mulheres fora do marco eurocêntrico (e de classe), numa acepção crítica, são sistematicamente ignoradas, os riscos de *tokenism*¹⁴⁶ crescem exponencialmente. É por isso que, entre o cosmopolitismo corporativo e a resistência, entre o internacionalismo liberal e a contestação, entre a cooperação internacional e a barganha, o que muitas vezes nos cabe é, realmente, o embate

¹⁴⁶ Uma tradução imediata seria cooptação, mas um termo justo seria tokenismo, que se refere à representação meramente simbólica de alguma minoria política em situações de hegemonia ou privilégio. Trata-se de uma “cota”, num espaço de supremacia branca ou masculina, ter apenas algum indivíduo representando alguma minoria.

crítico e a luta. Neste último capítulo, busco perscrutar sobre a combatividade das mulheres negras, e em como, em tempos de aprofundamento das contradições, de racismo, sexismo e classismo, seus legados se inscrevem em movimentos contestatórios contemporâneos – e em como se lida, ainda, com os convites recorrentes à barganha e à cooptação.

É evidente que a cooperação internacional e seu modelo de empoderamento individualista não conseguem dar conta das demandas das mulheres negras, ao menos não quanto ao combate às estruturas de classe e inferiorização racial e de gênero. Ela pode até, a curto prazo, nos oferecer determinados recursos, em parceria com o Estado, com instrumentos para reduzir algumas distâncias, mas não servem tão fielmente à nossa emancipação, e nem para as aquisições reais e mais básicas de cidadania. Suas políticas *exportáveis* vêm com um *kit* de perda de soberania e submissão econômica. Além disso, a cooperação internacional na estrutura capitalista não é um mecanismo muito útil para a emancipação ampla das mulheres – já que, como já citado por Robert Biel, “quando não marginalizadas pelo desenvolvimento no pior dos casos tidas como seu próprio inimigo” (BIEL, 2007), as mulheres, sobretudo sendo negras, indígenas, quilombolas, e mesmo em alguns segmentos das mulheres brancas trabalhadoras, nas áreas rurais ou em grandes cidades, o próprio modelo, com as noções de progresso e desenvolvimento, já vêm contaminadas de valores que nos aprisionam nos mesmos lugares, necessitantes de ajuda externa – aprisionando-nos, sobretudo, num viés socioeconômico.

Quanto aos grilhões triplos que frequentemente permeiam nossas opressões, como mulheres, negras e periféricas, a cooperação internacional tende a, ou ignorar ou puramente se utilizar, dependendo das flutuações econômicas e de mercado, alegando preocupações “macroestruturais”, com o intuito de estabelecer medições e seletividade¹⁴⁷. Ela conta ainda com uma miopia histórica característica também das instituições que a conceberam, trazendo uma aceção monolítica para todo o processo que as consolidou como agentes pacificadoras da “ordem mundial”. Assim, os objetivos da burguesia cosmopolita de expandir o industrialismo capitalista através das fronteiras políticas – mesmo quando seus meios são dúbios, de promover novas indústrias e assegurar mercados internacionais cada vez mais amplos, são receitas assimiladas simplesmente como auto-interesse¹⁴⁸. Para não adentrarmos

¹⁴⁷ Como colocado no capítulo anterior.

¹⁴⁸ Derivados quase sempre de uma essência humana “egoísta” e de satisfação das próprias necessidades.

nessas questões inadvertidamente, gostaria de frisar¹⁴⁹ que as mulheres negras não são a antítese imediata do internacionalismo liberal, mesmo que lidando com ele de frente, não são incólumes ao liberalismo e também podem estar sujeitas à cooptação¹⁵⁰, ou simplesmente a seu jugo. Até porque esse possui uma habilidade poderosa de naturalizar suas opressões. Como destacado pela autora israelense Amalia Sa'ar, estudiosa que se aprofunda nas liberalizações das agendas sociais e dos entrecruzamentos de etnia, gênero e cidadania econômica,

[...] as promessas do liberalismo são muito mais limitadas do que pretendem ser, mas elas não são inteiramente infundadas. A classe média, enquanto generificada e racializada, de fato inclui mulheres e minorias étnicas. É demograficamente inclusiva ao mesmo tempo que é estruturalmente exclusiva. Isso age como uma fonte importante de legitimidade à ideologia liberal, porque mantém vivo o sonho do empreendedor e porque, mesmo com os pequenos ganhos que maioria dos membros de grupos marginalizados tende a obter do liberalismo, em situações concretas de vida, lucros parciais são significativos (SA'AR, 2005).

Há, por conseguinte, o deslocamento da esfera estrutural para a individual, fazendo com que parte significativa das pessoas desses grupos marginalizados atribuam as condições alarmantes que as circundam como de sua inteira e única responsabilidade – como se as faltas de acesso derivassem de uma indisponibilidade ou má-vontade na busca por opções melhores. Essa noção de si apoiada pelo Liberalismo é perturbadora, porque vem endossada ainda dos milagres do empreendedorismo, do discurso de sucesso, da responsabilidade individual, da auto-governamentalidade, do empoderamento e todos os paradigmas apropriados pelos agentes liberalizantes que acabam reforçando justamente, para esses grupos, os estereótipos que lhes são atribuídos como opostos.

Além disso, há a culpabilidade da situação de pobreza a qual, por outro lado, segundo essa visão, pode ser transformada apenas com uma “mudança” – estética, para os segmentos voltados às mulheres, e “de atitude” para o empreendedorismo de forma mais geral. Outrossim, esses lucros parciais exprimem uma “falsa promessa” de prosperidade econômica amplificada. Essa promessa se vende como universal, mas, na prática, opera como loteria de mobilidade social. Assim sendo, o desafio de superar o Liberalismo torna-se ainda mais laborioso, já que consegue incluir [poucas] testemunhas e convencer aos demais que, apesar

¹⁴⁹ Como creio já tê-lo feito nos capítulos anteriores.

¹⁵⁰ Como qualquer outro segmento das lutas sociais.

de todas as adversidades, é possível galgar comodidade financeira dentro desse sistema – só é preciso se esforçar um pouco mais, caso não se possa contar com as fórmulas da herança ou meritocracia.

Tudo isso leva a uma sensação geral de consenso para todas essas incongruências práticas e discursivas. Além do mais, essa “conciliação” também atribuída ao Liberalismo, está muito relacionada às habilidades de administrar dissidência por um alegado controle democrático, enquanto explicitamente se aplica coerção – é evidente que esse cenário muda à medida que o deslocamos para o centro ou periferia, especialmente num contexto fordista (ou pós-fordista) de barganha que permitiu, ao menos aos trabalhadores do centro, de desfrutar consumo de massa em troca da aceitação da disciplina que assegura sua produção aglomerada.

Mas mesmo no centro da matriz de dominação que nos relega à clandestinidade, as mulheres negras sempre contaram com referências revolucionárias, e também estiveram espraiadas, histórica e geograficamente, em atos por emancipação, até porque causas sociais exclusivas podem ser extremamente nocivas, como nos demonstram exemplos históricos inclusive dentro do Feminismo¹⁵¹. Mulheres negras protagonizaram o ensejo por autonomia em distintos espaços da diáspora, translocalmente, por assim dizer, e essa autonomia foi a de seus próprios corpos e de seus aquilombamentos¹⁵². É importante pontuar: o global, cuja característica principal é a ausência da territorialidade, em muito se afasta, quase num sentido maniqueísta¹⁵³, da dinâmica desses pertencimentos. Não que o lugar dessas resistências não conte com redes transfronteiriças e fluidas, mas no terreno ideológico que a globalização se coloca, movimentos radicais de mulheres negras ocupam um não-lugar.

É por isso que me parece interessante destacar essa dualidade, sobretudo se trouxermos as organizações feministas negras nos Estados Unidos. Ora com traços de movimentos sociais, ora com os de ONG, essas organizações foram tensionadas pelo tratamento inter-excludente de nacionalidade e raça nesse país. No que se refere a gênero, evidenciar as continuidades desses caracteres são tidas praticamente como afrontas a um sistema racista, nacionalista e

¹⁵¹ Como acabou se tornando o movimento feminista sufragista norte-americano no século XIX. Ver mais em DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

¹⁵² O suicídio, inclusive, foi recorrente entre essas mulheres quando se deram conta de que não poderiam ser livres, e entre elas, por exemplo, Dandara, uma das lideranças do Quilombo dos Palmares. Nesse contexto também, flexiono o significado de aquilombamento porque acredito que esse influi muito além do refúgio, ou da noção tradicional de quilombo, mas de uma prática concreta e revolucionária de ação coletiva que acaba ultrapassando o conceito espacial anteriormente citado.

¹⁵³ O global é bom, o local, nem tanto. Além disso, historicamente foram tratadas como praticantes de insubordinação política ou como criminosas.

colonizador. Nesse sentido, os termos chave aqui foram clandestinidade e decepção: esse Estado e as elites das classes cosmopolitas necessitaram manter a balança delicada entre dois projetos paralelos e interdependentes.

Primeiro, a de um Estado repressivo e de violência racial, de classe e de gênero, mesmo com o advento de movimentos como o por direitos civis em 1968. Segundo, a de um suposto consenso, onde esse também evidenciou que dentro de uma estrutura discursiva de uma democracia liberal burguesa, as pessoas tiveram que ser convencidas que uma alternativa “livre” de vida reside na habilidade violenta do Estado em reforçar uma pedagogia do “senso comum”, que efetivamente pode “ensinar” as pessoas a consentir a metodologias de guerra/militarização, doméstica e ao redor do mundo, no intuito de estabelecer, sob a alcunha do discurso da segurança, a “paz” no mundo livre¹⁵⁴.

Esses aspectos, no entanto, são orquestrados de uma forma não menos complexa, principalmente com a retomada de um neoliberalismo conservador. Como esse capítulo se destina à resistência, sobretudo das mulheres negras, sou indagada a questionar se todo ativismo se impõe contra essa pacificação, ou se se destina simplesmente à cooperação e barganha com esse sistema. Levando em consideração o Feminismo que, em sua acepção ocidental e hegemônica, nesse contexto, contribui para essa ordem liberal do mundo, brevemente discutiremos como ele também pode ter um papel muito mais que complementar na produção desse Liberalismo – bem como de sua Cooperação Internacional e Cosmopolitismo.

~

3.1. Quem Desestabiliza a “Paz Mundial”?

São muitos os agentes que insistem em desestabilizar um alegado ensejo pela paz mundial, por anseios e realidades de guerra perpétua. Surpreendentemente, esses agentes não são, aliás, somente os jovens-bomba do Talibã, os meninos-soldado do Boko Haram, nem a Al-Qaeda ou o Hamas. A desestabilização acarretada por eles é controversa, principalmente pela forma que desrespeita os direitos humanos, rendendo suas sociedades à barbárie, com os entrecruzamentos e intervenções, também violentas, com o aval de países hegemônicos. Entretanto, os agentes que insistem nos discursos de pacificação, são os que, mesmo no seio

¹⁵⁴ Rodríguez, 2007.

protegido das instituições internacionais, promovem a guerra, ao mesmo tempo que, nos foros e declarações, defendem ideais que se aproximam mais de uma “paz sem voz”, do medo, dos muros, das polícias e terror generalizado, do que a alegada paz duradoura, democrática, progressista e universal – esses agentes são, afinal, os Estados, os exércitos e as indústrias bélicas.

Os custos dos anseios dessa paz são muito altos, e vêm acompanhados de uma proteção armada e militarizada. A retórica dos Estados nacionais sempre abusou dos discursos de segurança. No entanto, contemporaneamente, o terrorismo e a guerra ao terror têm edificado, não só os discursos, mas as políticas (muito frequentemente raciais) sobre as fronteiras, imigração, refúgio político e socioeconômico, cidadania. Isso interfere diretamente na forma como os corpos são vistos pelos Estados, nos encontros de raça, classe, gênero e principalmente no que se refere à política de quem vive e quem morre – a necropolítica.

Mesmo assim, os processos de ONGtização das frentes de resistência, dos anos oitenta e noventa em diante, transformaram a revolução em algo um tanto mais complexo e, em alguns aspectos, dócil, parte apenas de um dos princípios e imperativos dessa empresa denominada ativismo. Muitas dessas organizações de base trabalham na *sombra da sombra do Estado* (GILMORE, 2007), mais no sentido da reforma que no da revolução. Elas poderiam considerar o que o advento das crises e a permanência do Liberalismo fazem-nas esquecer: o propósito de seu trabalho deveria ser a libertação, não garantir a sua longevidade.

Mas, quem, afinal, desestabiliza essa paz? Identitariamente, muitos movimentos e estruturas organizativas podem ser considerados inimigos de uma ordem que preconiza a submissão dos indivíduos à figura do Estado, que preconiza a construção de identidade nacional voltada à construção homogênea de raça, que reforça os corpos com útero à reprodução massiva de mão-de-obra, e a a sexualização heteronormativa, subsequentemente. Em geral, esses movimentos vêem no Estado-nação os reflexos de suas próprias opressões e tensionam o Capitalismo a partir da crítica ao Estado.

Isso é extremamente importante. Porém, não deveria, em tese, dar margem ao alinhamento à “iniciativa privada”. Como aliar-se a isso, aos meios corporativos e aos circuitos de responsabilidade social empresarial pensando estar contribuindo para uma transformação radical do sistema socioeconômico? Talvez essa não seja das melhores escolhas, ao menos não das mais inteligentes. E é possível que seja essa a questão: confunde-se muito o propósito e o caráter verdadeiramente combativo dos entes sociais nesse terreno.

Tentarei, no decorrer da seção a seguir, explicar e dissociar doses, pesos e medidas de iniciativas que pretendam ser críticas a determinados aspectos da forma como se constrói o mundo, mas mantém incólume a problematização sobre outros. Como o Feminismo permanece como um dos objetos de estudo e crítica, inclusive na seara das Relações Internacionais, seus alinhamentos não menos complicados, pelo Liberalismo sobretudo, e não poderiam escapar do crivo deste capítulo. Dessa forma, porventura poderemos perceber o cunho dessas perspectivas “ativistas-pacifistas”, sobretudo as que fundem projetos feministas com os de paz, e até que ponto se pode contar com eles – ou até se não se deve, em absoluto, a eles recorrer.

3.1.1. Abandonando um Ativismo Cosmopolita: Crítica à Cooperação Feminista para Paz

Uma quantidade significativa de Feminismos, entre eles os Negro e de Terceiro Mundo, têm tido a urgência em incorporar etnicidade e raça nas análises da opressão de gênero e têm tentado integrar, há já bastante tempo, a “metáfora da cor” nos debates feministas. Essa tentativa não sugere, no entanto, que o despertar da consciência de mulheres fora do marco eurocêntrico feminista tenha sido posterior ao de mulheres brancas. A simultaneidade ou anterioridade desse despertar, para os que estão acostumados a hierarquias, pode gerar muitas surpresas, até porque o caráter organizativo de mulheres não-brancas pode ter sido varrido à clandestinidade, mas possui um fundo bastante revolucionário. Estudos recentes inclusive, no campo dos estudos das mulheres negras ou da sociologia, apontam para organizações feministas negras com um desenvolvimento paralelo ao movimento de mulheres predominantemente branco, ao invés de meramente uma reação ao racismo. Ao reformular a organização feminista negra nesse sentido, ganhamos uma imagem mais nítida do desenvolvimento teórico feminista negro, assim como uma compreensão melhor de como feministas negras articularam sua agenda à ação concreta (SPRINGER, 1999), e não à ação reacionária como diversos outros estudos parecem sugerir.

De qualquer forma, essa narrativa nomeia e rejeita a abordagem superior com a qual feministas ocidentais lidam com mulheres negras e de terceiro mundo, alegando que as primeiras tendem a reduzi-las a uma única dimensão de suas vidas (como reprodução e

trabalho doméstico) e ignoram sua diversidade, agência e complexidade em suas narrativas¹⁵⁵. Através do discurso de objetificação e invisibilidade, feministas ocidentais brancas se constituem, elas próprias, como “sujeitos libertos”¹⁵⁶. Por libertas¹⁵⁷, acreditam ter a capacidade (e responsabilidade!) de tutelar as mulheres que sofrem com o atraso patriarcal de seus semelhantes, num sentido macro – governo, instituições econômicas e sociais *subdesenvolvidas*, e microsocial – construções de família, cultura, religião e costumes locais. Além disso, são agentes no estabelecimento da cooperação internacional pela paz, e acreditam ser as mulheres (brancas) as melhores encarregadas para esse objetivo, já que as características associadas à masculinidade são guerra, auto-interesse e segurança, enquanto à feminilidade, são paz, solidariedade e empatia. As mulheres, segundo essa perspectiva, são elas mesmas, mais “pacíficas” que os homens, logo, agentes primárias [mesmo que continuamente à sombra] de um internacionalismo liberal universal.

Betty Reardon é uma dessas agentes que, nos estudos sobre gênero e guerra, mesclam os projetos de paz global aos feministas (estritamente ocidentais¹⁵⁸). Segundo a autora, existe algo que se pode nomear como autenticidade feminina e que a preocupação pela paz tange essa autenticidade. Ela argumenta que as mulheres são porta-estandartes da paz, e seu antimilitarismo configura o tom e influencia as estratégias de grupos como Ação das Mulheres do Pentágono, Liga de Mulheres pela Paz e Liberdade, Os Greens, Pessoas da Paz¹⁵⁹ – ela alega, ainda, que essas organizações representam “a inevitável emergência dos valores privados femininos na esfera pública masculina” (REARDON, 1985).

Sua análise, apesar de um tanto datada, representa o enfoque de muitos projetos em torno do *peacebuilding*, sobretudo quando se intersecciona com gênero – tanto que a obra é tida como sustentáculo para esses estudos. Mesmo que as mulheres sejam continuamente ignoradas ou apenas parcialmente reconhecidas nesses setores, e até nos estudos sobre a Guerra também sejam marginalizadas ao se focar mais nos horrores gerais da guerra nuclear, do terrorismo, do que nos estupros e nos sequestros como essenciais às estratégias militares, e que a

¹⁵⁵ Mohanty, 1991. Até, inclusive, numa abordagem histórica que desconsidera a autonomia das mulheres negras em se organizar contra o sexismo e racismo ao colocar o desenvolvimento de suas organizações como reação ao racismo dos movimentos feministas.

¹⁵⁶ Sa’ar, 2005.

¹⁵⁷ Ou aparentemente libertas.

¹⁵⁸ Até arriscaria dizer, num sentido menos amplo, eurocênicos.

¹⁵⁹ The Greens, Women’s Pentagon Action, Greenham Common, Women’s League for Peace and Freedom, The Women for Peace Movement, and The Peace People.

pesquisa sobre paz omite as mulheres de seu alcance¹⁶⁰, a autora insiste em abordar as pesquisas sobre paz como particularmente *sensível* às mulheres.

Além disso, ela acredita que as que se afastam dessa alegada autenticidade, e de suas inclinações naturais para paz, se aproximam *negativamente* dos valores masculinos. Exemplos negativos, para ela, são figuras como Margaret Thatcher ou mulheres que, em altos cargos de poder ou em circunstâncias de guerra, abrem mão de sua feminilidade para galgar uma identidade mais próxima do masculino¹⁶¹. Numa proposta bastante maniqueísta, ela divide valores em bons e ruins, positivos e negativos:

Os valores positivos derivam de atributos autênticos e são esses que conduzem à realização plena do potencial humano em ambos os indivíduos e sociedade. Os valores negativos derivam de atributos distorcidos e são esses que sufocam e esmagam porções do desenvolvimento social e humano. São valores que sublinham estereótipos e racionalizam discriminação e opressão. Nossa atual ordem social é excessivamente caracterizada por valores negativos, ambos femininos e masculinos (REARDON, 1985).

E complementa: os valores humanos generificados que, para ela, são aceitáveis, são os que promovem relações de poder “não-coercitivas” entre os sexos, nações e demais grupos sociais. Ela acredita que os valores positivos, tanto os masculinos quanto os femininos se aproximam melhor de uma autenticidade, agora, humana.

Essa preocupação humanitária é um elemento que subentende o conteúdo de sua obra quase que por completo, e ela enxerga que o Feminismo, ao menos o que lhe é familiar, é um componente de um humanismo mais amplo, concebido para ser oposto à opressão¹⁶². E segue: “é um sistema de convicções que se opõe a todas as formas e manifestações de sexismo, busca aboli-los, e assume que essa abolição requer uma integração completa e párea de mulheres em todas as esferas da atividade humana [...] num efeito colateral, isso inclui a convicção que essa integração é também necessária para abolir o sistema de guerra” (REARDON, 1985). Ou seja, por maiores que sejam os esforços feministas, no final do dia, o humanismo é o fio condutor das preocupações mais *autênticas* sobre o conjunto social

¹⁶⁰ Sylvester, 1987.

¹⁶¹ Quanto ao caráter e espectro “negativo” que as mulheres podem se encaixar, está a figura da *mulher guerreira*, atribuído nas interpretações de Christine Sylvester sobre as crenças dessa autora, e em muito se aplica aos estereótipos oferecidos e atribuídos às mulheres negras. A autora inclusive cita a identidade de mulher guerreira surgindo a partir de contingências, pessoais, sociais, nacionais, até, para as lutas de libertação, além de explicar os contextos das guerrilhas. Para isso, usa como exemplo e entrevista ex-combatentes do Zimbábue, da África do Sul... E, o que não me é nenhuma surpresa, são invisibilizadas pelo não reconhecimento por suas lutas em seus respectivos países. Ver mais em SYLVESTER, C. *Some dangers in merging Feminist and Peace Projects*. Alternatives XII (1987), 493-509.

¹⁶² Reardon, 1985.

humano. Algumas autoras nas Relações Internacionais encaram essas proposições como, no mínimo, um problema.

Christine Sylvester é uma delas, que criticam essa perspectiva e vêem essa fusão como um perigo por dois motivos, em especial: primeiro, pela multiplicidade que implica ao se levar em conta movimentos de mulheres e Feminismo – os quais não são necessariamente sinônimos, já que há muitas diferenças teóricas e práticas no que se refere à natureza das experiências das mulheres e segundo, que unir um projeto de paz ao projeto feminista, nessas bases sugeridas, pode ser aparentemente coerente, mas muito simplista para a crescente, complexa e fracionada realidade que se impõem aos mais diversos projetos, e friso, no plural, feministas – como também existem muitos projetos para construção de paz. Para sugerir uma fusão nesse sentido, seria necessário agregar num único modelo, todos os anseios e identidades sobre paz e Feminismo, o que seria (como já é) para não dizer confuso e imoderado, bastante ambíguo. O que Sylvester não aborda de forma explícita é que, além disso, essa construção de autenticidade e identidade feminina pacífica pode ser profundamente racista, à medida que acusa e deslegitima mulheres fora de um estereótipo frágil e afável, do qual as mulheres negras e não-brancas, em geral, são continuamente afastadas.

É muito curioso como, mesmo com suas acepções generalistas¹⁶³, dentro dos estudos sobre gênero e relações internacionais, esse é justamente o tipo de interseção que ganha alguma visibilidade. Essa interseção entre paz e gênero evidencia uma outra postura: a crença ocidental no desenvolvimento e no Liberalismo que o preconiza. Esse tipo de paz não se diferencia em quase nada da democracia liberal e da paz perpétua idealizada por Kant. Ela é, na verdade, um aproveitamento, um desdobramento quase direto da forma, dos valores, dos códigos e dos conteúdos racionalistas e modernos. E é muito nesse sentido unilateral que funciona a cooperação internacional voltada a gênero e *peacebuilding*. À primeira vista, não há nada de extravagante nesses manuais liberais de boas intenções, mas, como se pôde observar no decorrer dos capítulos, eles podem, mesmo que não implicando um compromisso formal ou jurídico, se opor drasticamente a um movimento, ou sequer uma reflexão que pautar a existência [e resistência] de mulheres periféricas, trabalhadoras e não-brancas. Descrita por Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe*, Lulia Jackson, uma figura proeminente da Conferência de Mulheres que aconteceu em Paris em 1934, sintetiza muito lucidamente o que

¹⁶³ E até sexistas, em diversos aspectos.

uma postura pacifista pode significar, sobretudo para mulheres negras – quase sempre instituídas como desviantes, aliás, “desestabilizadoras naturais” dessa paz:

Senhoras, acaba de ser dito que não devemos lutar, que devemos ser afáveis e gentis com nossos inimigos, com aqueles que são a favor da guerra. Não posso concordar com isso. Todas sabemos o que causa a guerra – é o capitalismo. Não podemos simplesmente servir o jantar a esses capitalistas malcriados e colocá-los na cama, como fazemos com nossas crianças. Devemos lutar contra eles. (JACKSON, L., 1934 apud. DAVIS, A., 2016)

Mesmo que grande parte dos movimentos sociais hodiernos realmente sejam pacifistas, inclusive os feministas negros, essa paz liberal tem outros desdobramentos e implicações, frequentemente violentas, em vidas negras. Isso transforma a nossa luta, mesmo que, em alguns aspectos, antimilitarista e não-violenta, numa ainda mais engajada politicamente na confrontação, e não numa extensão de supostos “atributos naturais”. É por isso que a adesão a qualquer Feminismo que seja não deve ser automática, e requer muitas reflexões.

Na próxima seção, o debate sobre os abismos e continuidades entre movimentos sociais e organizações não-governamentais serão o centro da discussão. Enquanto parte desse processo de transnacionalização de pautas sociais, os Feminismos integram uma agenda difusa de aderência e desestabilização a construções de paz como as citadas, e a projetos de filantropia. Quando se trata, então, do contexto norte-americano, e, dentro dele, as organizações feministas negras deste país, marcados por consensos, neoliberalização, mas também por conflitos e contradições, esse cenário vai se tornando uma alegoria cada vez mais complicada de se decifrar.

3.2. Os Abismos Político-Ideológicos entre Filantropia e Contestação, Ativismo (Profissionalizante) e Resistência

Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro. E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente a minha época. E é para ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que coloco-o como algo a ser superado. (FANON, 2008)

Essa citação de Frantz Fanon pode ser encontrada nas primeiras páginas de *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Ela me é muito cara, não só porque se trata de uma das grandes figuras no combate ao colonialismo, mas por seu conteúdo. Frequentemente me deparo com a constatação de que as lutas sociais existem para garantir o bem-viver das gerações futuras. Mas essa assertiva é uma armadilha, e é justamente a que distingue, a que cria os abismos entre a contestação e ativismo como profissão, e entre a filantropia e a resistência. Talvez para os “altruístas” das Organizações Não-Governamentais Internacionais ou das Nações Unidas, presos às táticas do neodesenvolvimentismo, se esteja, pela prestação de serviços, do microcrédito, e da ajuda externa¹⁶⁴, realmente construindo um futuro melhor para seus herdeiros, filhos, netos e bisnetos, pela via da solidariedade, da advocacia global e da empatia. Mas para muitas e muitos de nós que vivem nos limiares da sobrevivência, a necessidade da construção sustentável de novos modos de vida vem com caráter imediato, de urgência. O mundo que nos vem sendo vendido e imposto, nos mata a cada dia.

Esse é um aspecto fundamental dessas diferenciações, e estão atravessados, como se pôde observar e também como se poderá nas seções seguintes, por raça, gênero¹⁶⁵ e classe. As mulheres negras trabalhadoras não encontram no ativismo espaço amplo e representativo, menos ainda empregabilidade garantida. Apesar dos esforços para se esquivar das contradições, não se deve cair no romantismo: muitas organizações negras e feministas trabalham na perspectiva da filantropia e seu caráter é não menos contraditório. É justamente por isso que, no intuito de compreender como o ativismo combativo se redirecionou e se articulou às demandas capitalistas, em alguns momentos mais até que as demandas da justiça social, trabalha-se com quase um só imperativo: historicizar, até a própria história, caso necessário.

Com o advento do *amansamiento* do que a autora britânica Mary Kaldor intitula como “novos movimentos sociais”, a ONGtização tornou-se um processo quase inevitável, fundando novas agendas políticas. Logo, mesmo que invisibilizadas da historiografia dos movimentos sociais, as organizações feministas negras não escaparam disso – até porque, como declara Kimberly Springer, organizações feministas negras não surgiram num vácuo (SPRINGER, 2005). Porém, os lugares que essas organizações ocupam são, frequentemente,

¹⁶⁴ Reitero que essas práticas não são, em si, reprováveis, o grande problema, no entanto, está na estrutura que as engendra.

¹⁶⁵ Orientação sexual, em alguns casos.

à margem das maiores, num sentido ideológico, mas também prático, já que essas últimas delegam, administram e redirecionam os recursos, públicos ou privados, que recebem. Ainda segundo Kaldor,

A “nova agenda política” combinava a estratégia econômica neoliberal com uma ênfase na democracia parlamentar. Já na década de oitenta, o Banco Mundial havia estabelecido uma ONG-Comitê. Os mercados, junto às eleições, se converteram na fórmula ideológica dos anos noventa. As ONGs começaram a se ver como mecanismo importante para o cumprimento dessa agenda. Podem proporcionar uma rede de seguridade social sem ampliar o papel do governo, oferecer preparação em assuntos de democracia e cidadania, controlar abusos do Estado e podem empurrar às empresas uma agenda de responsabilidade social (KALDOR, 2012).

As ONGs passaram a integrar a própria estrutura estatal, mas com a abertura de intermediar processos com instâncias privadas, internacionais. Elas se tornaram imprescindíveis ao processo da globalização e transnacionalização de interesses – corporativos ou governamentais. Igualmente, movimentos sociais “mansos” foram assimilados ao modelo quase corporativo, e muitas organizações feministas de mulheres negras, justamente a meados dos anos oitenta, sucumbiram – muito em detrimento da era Reagan, mas também da aceitação ampla, no terceiro setor principalmente¹⁶⁶, da ortodoxia neoliberal. Logo depois da Guerra Fria, quando, nas palavras da autora, o triunfalismo neoliberal se suavizou, instituições internacionais de grande porte iniciaram diálogos com as ONGs internacionais, e essas consolidaram o processo de “interlocutoras” da sociedade civil global nos foros de decisão dessas instituições e, de forma mais ampla, no terreno transnacional¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Na seção seguinte elaborarei com maiores detalhes sobre esse terceiro setor. O que gostaria de destacar neste exato momento, na verdade, é que o caminho inicial de muitas dessas organizações não-governamentais esteve minimamente próximo a de movimentos combativos, de insurreição contra o modelo socioeconômico capitalista. No entanto, à medida que se aproximaram da formalização e reconhecimento institucional, perderam muito de seu caráter revolucionário para tornar-se reformista. Além do mais, por outro lado, isso não impediu (nem impede) a formação pregressa de organizações não-governamentais que já nasceram com um cunho conservador.

¹⁶⁷ E esse advento só tem crescido exponencialmente. Como segue a autora, “essas aberturas incentivaram a institucionalização e profissionalização, assim como a transformação de movimentos sociais em ONGs e ONGs internacionais. Lester Salamon descreveu o espetacular crescimento das ONGs nos anos oitenta e noventa como a ‘revolução associativa global’. [...] O setor dava conta de 5,1% do emprego total dos países analisados em estudos feitos pela John Hopkins, e mostra que esse contribuiu significativamente no crescimento do emprego nas décadas citadas, e uns dez milhões e quatrocentos mil voluntários, que representavam um total de 7,1% do emprego total. Pode-se encontrar um incremento similar entre as ONGs registradas como organizações internacionais. Durante a década a década dos noventa, as ONGs internacionais registradas aumentaram um terço, de 10.292 a 13.206, e seus membros aumentaram de 155.000 a 263.000 no mesmo período. Um fator importante no crescimento das ONGs tem sido o incremento do financiamento oficial. As cifras da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostram que, a finais dos anos noventa, 5% de

O cenário da filantropia organizada e do contexto do ativismo da justiça social contemporâneo tem sido bastante peculiar. Grupos reformistas e radicais nos Estados Unidos e no mundo inteiro, se tornaram crescentemente dependentes dos benefícios das fundações e de suas taxas de associação para existir. Receptores e doadores atuam com uma possibilidade distante de mudança social, e, apesar das já erodidas boas intenções, os primeiros acabaram por reforçar as próprias estruturas que, a princípio, se auto-organizaram para destruir. Mas, na opinião de muitas autoras e autores que se propõe a analisar movimentos combativos em suas mais diversas manifestações, os obstáculos da acomodação e dependência não destruíram as lutas por *liberdade* – evidência disso é a permanência de movimentos sociais combativos quanto ao encarceramento em massa, estupro, genocídio da população negra¹⁶⁸. Apesar de enfrentar as origens liberais do termo, o desafio também é compreender como os paradoxos deste século se articulam às lutas por justiça social, num momento que forças imperialistas, de aprisionamento e desigualdade, em alguns sentidos lideradas pelos Estados Unidos, confiscaram a própria significação da palavra “liberdade”, usando sua ressonância para obscurecer os efeitos assassinos de uma cruzada global militarista, política e econômica em seu nome¹⁶⁹.

3.2.1. O Complexo Industrial Não-Lucrativo, a Filantropia Organizada e o Eclipse do Estado: Genealogias, Desafios e Contradições

Para compreender o contexto dessa filantropia de forma mais apurada, é necessário colocar o conceito do complexo industrial não-lucrativo em evidência. Esse complexo engloba o emaranhado de organizações não-governamentais, agências internacionais, as quais giram em torno dos fundos e financiamentos das fundações privadas, dedicadas, sobretudo, à responsabilidade social. Seu uso é bastante recorrente na Antologia crítica do INCITE! Women of Color Against Violence, *A Revolução não será Financiada: Além do Complexo Industrial Não-Lucrativo*. Essa agremiação, aliás, rede estadunidense possui magnitude transnacional, composta por organizações radicais feministas, reunidas para acabar com a violência estatal dentro e fora das comunidades afro e nativo americanas. Essa rede também

toda a ajuda oficial se canalizava através das ONGs, com participações diferentes de distintos países. Uns 85% da ajuda sueca, por exemplo, e uns 10% da Grã-Bretanha se canalizava através das ONGs.

¹⁶⁸ No contexto estadunidense, o Black Lives Matter, e outras organizações preocupadas com acesso a processo judicial justo, encarceramento e violência policial atualmente despontaram como prática resistiva no que se refere a esses temas, com propostas e atuações interseccionais.

¹⁶⁹ Gilmore, 2007.

repensa, como sugere o título da antologia, as formas de captação de recursos para as organizações não-governamentais, que não sejam centradas nas fundações privadas.

A ideia dessa rede é construção e fortalecimento de movimentos sociais e de base. Mas a via que o INCITE! acredita, é a das organizações, redirecionando e manejando, entre outros aspectos, os recursos – mesmo que oriundos das fundações, para fins radicais e combativos. Mas quais seriam os limiares da cooptação e do *tokenism* quanto a esse aspecto? Autoras e autores na Antologia possuem visões muito diferentes, até mutuamente opostas, nesse sentido. O posicionamento contrário do INCITE! quanto à parceria estatal é bastante direto, mas age apenas com suspeitas quando se trata das fundações privadas. Numa das seções seguintes, o caso INCITE! será mais aprofundado, principalmente porque está inserida nesse complexo e possui contradições inerentes, apesar de todas as suas críticas relevantes.

A elaboração do complexo industrial não-lucrativo surgiu num contexto de despolitização dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que se transformaram em parte de uma estrutura entranhada de empreendedorismo, ação social corporativa e financiamento institucional. A indagação de como esse complexo se consolidou é um dos aspectos mais intrigantes. Na verdade, considera-se esse complexo um, entre múltiplos “complexos industriais” existentes. Só nos Estados Unidos, conta-se com o complexo industrial de entretenimento, complexo industrial acadêmico, complexo industrial cultural, complexo industrial tecnológico, complexo industrial agropecuário, complexo industrial prisional, complexo industrial militar. A propósito, esses dois últimos complexos historicamente estiveram indissociáveis, aliás, a conexão intrínseca entre a indústria militar e de guerra foi o que muito determinou o curso do desenvolvimento econômico e as decisões políticas para esse país, em detrimento de todos os demais setores.

Na verdade, dificilmente a habilidade técnica de manufatura em massa de produtos para consumo seria possível – de armas a bens não duráveis, sem os contratos lucrativos com o exército norte-americano. Ao mesmo tempo, esses foram justamente os fatores que desencadearam suas crises pós-era de ouro (New Deal) que, por sua vez, levaram às políticas de neoliberalização nos anos subsequentes. No entanto, com o acúmulo da Segunda Guerra, a produção, entrega e treinamento para o uso de armas de destruição em massa reconfigurou o cenário estadunidense e mundial, através das bases militares, instalações de pesquisa, acadêmicas, inclusive, investimento em infraestrutura, enfim – até tecnologias como a internet estão sob a égide da segurança nacional norte-americana. Ademais, foi através desses

fatores que sua hegemonia também conseguiu manejar a exportação de empresas, marcas e modos de vida, mundialmente.

Muitos críticos aos modelos liberais – principalmente o keynesiano, que em muito contribuiu para consolidação dessa última fase do Capitalismo Neoliberal, enxergam similaridades, aliás, enxergam a própria gênese do complexo industrial não-lucrativo no complexo industrial militar-prisional. Quando ativistas começaram a utilizar o termo e refletir sobre sua conceituação, eles pretendiam discutir sobre as intrincadas ligações entre a indústria, o exército e a prisão. A consistência entre esses complexos reside em como amplamente seus alcances comprometeram outras estruturas sociais, dentro e fora do cenário norte-americano. Insiste-se aqui, como em trechos dos capítulos anteriores, que a hegemonia norte-americana não necessariamente criou o formato dessas instituições, mas o encaixe desses elementos funcionou para a criação de um regime que influenciasse Estados ao redor do mundo – e segue influenciando. Esse processo se consolidou numa sociedade punitiva que encontra seus ecos nas hegemonias regionais, inclinando-se a adotar diversos aspectos de seu modelo, e esse é o de prisões, no sentido amplo¹⁷⁰ do termo, cada vez mais mecanizadas e “produtivas”. Isso implicou numa política social quase completamente pautada na coerção. Alguns podem pensar que a prisão e o encarceramento em massa em nada interferem na vida de pessoas não-criminosas, e que, para a agenda econômica mais ampla, as projeções e influências do ambiente prisional são insignificantes. Porém, na prisão, há mão-de-obra barateada, com um certo conhecimento técnico, mesmo que limitado, há condições de trabalho que beiram a escravidão, com população carcerária majoritariamente negra ou racializada. E os cursos de capacitação, bem como a mediação de mão-de-obra vêm pelas vias da parceria público-privada. O ponto principal não é que algumas corporações dêem as ordens diretamente dentro e fora dos presídios – não, ao invés disso, prefere-se que o domínio do investimento e da política social esteja refém do aperfeiçoamento e desenvolvimento dos meios de punição em massa.

Esses contingentes só crescem, tanto da quantidade de pessoas encarceradas, quanto de industrialização no cerne desses processos e do próprio modelo de encarcerar, que só tende a crescer e a se privatizar cada vez mais. Já a conexão entre prisões e o exército não é surpresa

¹⁷⁰ Por que não dizer metafórico? Porque as escolas, os condomínios, as indústrias, os escritórios, para as camadas mal ou não remuneradas das populações, estão cada vez mais próximos dos presídios (em estrutura e regimento).

alguma, nem no sentido material – onde firmas militares se tornaram fornecedoras a sistemas prisionais, mesmo que a maioria dos gastos das prisões e cadeias venham através dos impostos, nem no sentido ideológico ou cultural – a ampla padronização na crença de que a chave para segurança é a agressão¹⁷¹. E como nada é por acaso, o complexo industrial não-lucrativo não só cabe nessa conjuntura, como desempenha um papel importante. E esse veio acompanhado das mudanças do papel do Estado, sobretudo nesses últimos tempos.

Parte do trabalho que as agências de agressão fazem é servir como principal forma de legitimidade para a trama de pessoas que querem ganhar ou manter o poder do Estado. Essas pessoas, junto a seus ideólogos, triunfaram em promover o ponto de vista que certas capacidades do Estado são ineficientes, obstáculos ao desenvolvimento, e assim deveriam ser suprimidas de desempenhar um papel central na economia, ou sociedade em geral.

Suas ações, porém, são contrárias à sua própria retórica. E estranhamente, nos deparamos com a designação de atores anti-estatais dentro do Estado: partidos que ganham poder, denunciando a ineficácia do próprio Estado em resolver os *problemas econômicos e sociais*. O discurso da eficácia e da eficiência, mais uma vez, vem à tona, acompanhando as diretrizes de administração de recursos. Contudo, uma vez que esses atores ganham a eleição e alcançam cargos nos governos, eles têm que fazer parecer que o que fazem é transparente e legítimo, e se os orçamentos dão qualquer indício do contrário, gasta-se ainda mais dinheiro alegando estar “enxugando os custos”. Mesmo que esses atores direcionem críticas ao Estado, as prisões, polícias, tribunais e exército ainda gozam de legitimidade dentro de seus discursos e regimes.

A normalização disso desliza para uma naturalização, bem como para a crença do senso comum de que trancar pessoas ou bombardear civis ou enviar, de geração em geração, soldados para estuprar as filhas e matar os filhos dos outros fazem parte da natureza humana. Mas tudo tem sua história, até essa própria e alegada natureza. E esses atores anti-estatais, a despeito de seus discursos, têm uma trajetória bastante particular que os levaram aos lugares que hoje ocupam. Diversas autoras e autores, entre eles Dylan Rodríguez, Ruth Wilson Gilmore e Robert L. Allen, destacam, na Antologia citada, à medida que a dominação política neoliberal foi se consolidando e se impondo ao longo do território estadunidense, capitalistas de todos os tipos, com sucesso, ganharam um alívio de ter que pagar salários sociais, via *New*

¹⁷¹ Gilmore, 2007.

Deal, ou impostos sobre seus lucros para a Receita e, por fim, abandonar o projeto de Estado de Bem-Estar Keynesiano.

Simultaneamente, apertaram os contracheques dos trabalhadores e trabalhadoras estadunidenses, mantiveram os seus salários um tanto rasos desde a crise dos anos 70, a exceção de um ponto de maior porcentagem nas últimas décadas dos anos noventa, mas que não se fez sentir para os assalariados com renda mais baixa, e, por outro lado, aumentaram os salários já mais elevados¹⁷². Esses capitalistas e seus defensores esconderam esse aperto duplo por trás do uso eficaz de sua retórica, explorando questões como direitos civis e ação afirmativa.

Enquanto isso, nas zonas econômicas especiais e maquiladoras, pagava-se menos da metade para trabalhadoras e trabalhadores precarizados pelos processos de desvalorização de mão-de-obra e racialização, para se fazer quase o mesmo trabalho, só que em condições insalubres. Sob essa égide, ainda, uma grande parcela dos trabalhadores norte-americanos reivindicam a “vida anterior à globalização”, do Estado de Bem-Estar, onde seus salários, em tese, não eram tão desvalorizados e o desemprego não era tão acentuado. Mas, pela via da agudização de contradições, acreditam que os “culpados” de tudo isso são os imigrantes que, dentro das fronteiras do Estado, abusam dos sistemas de assistência social, e fora dele, “roubam” seus empregos. Até então, a agenda para capitalistas e atores estatais relativamente autônomos têm sido reestruturar agências estatais que foram designadas, na emergência da Grande Depressão (no mesmo marco temporal que o New Deal), a remediar seus resultados nefastos para promover o “bem-estar geral”.

Mas enquanto neoconservadores e neoliberais divergem em alguns de seus ideais políticos, eles compartilham, por outro lado, certas convicções sobre a legitimidade estreita do setor público em conduzir a vida cotidiana dos cidadãos. Para eles, proteções de larga-escala contra calamidade, assistência social e programas de promoção de oportunidades não deveriam ser um bem público organizado centralmente para beneficiar a todos. Atores estatais anti-Estado vêm de ambos os campos, e insistem que a retirada do Estado de determinadas áreas da provisão de bem-estar social e a sua subsequente terceirização garantirá, ao invés de destruir, as vidas dos *abandonados* – pelo Estado e sociedade, frequentemente.

Nessa perspectiva, a primeira linha de defesa é o mercado, o qual, acredita-se, é capaz de resolver a maior parte dos problemas eficientemente, e porque o mercado não possui

¹⁷² Gilmore, 2007.

restrições, oferece resultados justos promovidos pelo acesso universal. E onde o mercado falha, o setor voluntário e não-lucrativo entra para compensar – e ainda pode escolher onde devem atuar, afinal, o ponto no qual valores tais como bondade, generosidade e decência, entram em cena é justamente o mesmo que o abandono desses produz suas próprias recompensas¹⁷³.

O abandono social, de fato, rende uma série de desdobramentos e numa sociedade com tantas contradições como a dos Estados Unidos, por exemplo, ele se torna crescentemente complexo para qualquer um que se proponha minimamente a refletir sobre o assunto. Esse abandono toma um longo tempo e produz novas agências e estruturas que substituem, ou mesmo duplicam instituições antigas. Mas entre os fatores que contribuem para essa complexidade, está a ampla burocracia estatal – muito difícil de ser derrubada¹⁷⁴, graças à combinação de sua iniciativa em se perpetuar e sua inércia em atender as populações; outro é o medo de uma suspensão repentina e completa de certos bens sociais, que pode provocar revoltas e outras reações que, embora controláveis, vêm com um custo político.

Como terceiro setor, organizações sem fins lucrativos existiram como são desde meados do século dezessete – os movimentos abolicionistas, anti escravagistas ou mesmo a Cruz Vermelha explicitam-no. Hoje, há mais ou menos dois milhões de organizações desse tipo só nos Estados Unidos, junto a instituições educacionais, hospitais, escolas, museus, óperas, think tanks, fundações e, afinal, organizações de base. Enquanto o papel de algumas dessas organizações não mudou muito drasticamente, houve uma crescente responsabilidade atribuída às ONGs para fornecer serviços diretos “àqueles que precisam”. Há um termo, retomado por Ruth Wilson Gilmore e desenvolvido por Jennifer Walch chamado “Estado à sombra”, para descrever a ascensão atual do setor voluntário que está envolvido no serviço social direto anteriormente oferecido pelas agências do *New Deal*.

Aparentemente, as organizações sem fins lucrativos foram conduzidas a preencher esse “espaço vazio”, já que a amplitude dessas agências foi suprimida pelos já citados cortes. A expansão de atividades sem fins lucrativos estão estruturalmente ligadas à provisão de serviços públicos, e esses não são inter-excludentes. Ao contrário, por mais de cem anos a relação entre o público e voluntário tem sido bastante estreita. Segundo as palavras das autoras citadas, a procedência específica do “Estado à sombra” reside no seguinte:

¹⁷³ Gilmore, 2007.

¹⁷⁴ As estruturas socialistas, inclusive, a mantiveram.

A expansão sem precedentes das agências e serviços do governo se seguiu por uma tentativa igualmente de larga-escala para desfazer muitos dos programas em todos os níveis (federal, estadual, local). Atores estatais anti-Estado deram as boas-vindas às organizações sem fins lucrativos sob a retórica da eficiência e “prestação de contas”. Como um resultado dessas e de outras pressões, as ONGs proveram serviços diretos que têm sido altamente profissionalizados por sua relação com o Estado. Elas tiveram que se adequar às regras que regem dinheiro público, e tiveram que encontrar uma forma de ser agentes fiduciárias [...] (GILMORE, 2007).

Essas organizações despriorizam quem necessita de seus serviços porque a preocupação com as questões regulamentares e administrativas são mais importantes. Elas não querem perder seus contratos de prestação de serviços por desviar a atenção do que justamente lhes concede recursos; assim, elas têm que ser sugadas pelo mundo dos financiadores, os quais, como todos os mundos, possuem seus próprios jargões, limites (determinados pelos ciclos das eleições, demandas do mercado, orçamentos e tendências legislativas) e hierarquias formais e informais.

Geralmente, as questões que são pagas para resolver e assistir foram restringidas a categorias e recursos específicos, os quais fazem as equipes – que tenham uma compreensão ampla das demandas da sociedade e das necessidades individuais dos assistidos, tornarem-se tecnocratas práticos e especialistas. O Estado à sombra, de fato, existe e é palpável, mas sem influência política significativa, proibido por lei de advogar por mudanças sistêmicas e obrigado, por leis públicas e regimentos não-lucrativos, a se firmar à sua missão. A espantosa proliferação de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, da década de oitenta até então, produziu uma enxurrada de especialistas e consultores que auxiliam na criação e administração dessas organizações, e de agências que as auxiliam na formulação de relatórios¹⁷⁵, o que levou posteriormente a uma profissionalização do setor.

A interação com ambientes corporativos só transformou todos esses aspectos em mais um sintoma do processo do que, necessariamente, numa surpresa. Se escolas de administração, atualmente, se voltam para desenvolver currículos específicos para treinar administradores de organizações sem fins lucrativos, se as relações com o Estado são mais voltadas à prestação de contas que ao enfrentamento, de fato, não é surpresa que as prioridades sejam financeiras e não sociais.

¹⁷⁵ Como é o caso da Global Reporting Initiative. Ver mais em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>> Acessado em 01 de Julho de 2018.

Mas essa “filantropia organizada”, ao mesmo tempo que causa problemas, também oferece possibilidades – ainda que restritas. Ela possui hierarquizações de redirecionamento financeiro, ou seja, organizações não-governamentais maiores repassam valores para as menores, por meio de programas, mediação com agências, instituições multilaterais e, sobretudo, com métodos de seletividade – assim, organizações mais ‘locais’ concorrem entre si pelo financiamento de seus respectivos projetos. Isso desencadeia, por outro lado, em sérios desdobramentos, porque, frequentemente, organizações maiores tendem a impor as suas estruturas, estratégias de captação de recursos e os seus modos operativos perante às menores, ou mais locais, tornando-se uma espécie de padronização do espaço do ativismo¹⁷⁶. Essa padronização tende a se aproximar de uma imposição do global, e da despolitização de temas para abarcar uma agenda de responsabilidade social empresarial. Como evidencia o pesquisador Daniel Aragão,

Ocorre que, por outro lado, as agendas estiveram muitas vezes associadas a interesses de Estados e empresas do Norte, o que, inclusive, pode ser percebido nos cortes de apoio a projetos do Sul que contestem processos de dominação e exploração de caráter global. Agendas que abarcam temas que vão da democracia à sustentabilidade, de gênero à diversidade, de direitos sociais ao combate à pobreza, de participação cidadã à responsabilidade social empresarial são mais ou menos corroboradas, dependendo do contexto histórico e da origem nacional das organizações cooperantes (ARAGÃO, 2012).

Essas organizações que hoje integram o terceiro setor lidam com os temas citados com a mesma irreflexão com que lidam com a justiça social sob o regimento do Neoliberalismo. Com a mesma perspectiva profusa, através do empoderamento, da cidadania, do combate à pobreza, assimila-se à linguagem corporativa o discurso social engajado sem que, por outro lado, ninguém se comprometa, ao menos não o CEO¹⁷⁷ ou sua própria fundação, e sem que, também, não se perca de vista o que podem ganhar com tudo isso.

Quanto aos grupos de base que formalmente se juntaram a esse terceiro setor, para Ruth Gilmore, uma das contribuidoras da Antologia do INCITE!, eles estariam “na sombra da sombra do Estado” (GILMORE, 2007). É o mesmo que dizer que operam periféricamente no terreno “combativo” das ONGs, doméstico e transnacional, já que expõem-se à crítica política e econômica aprofundada, bem como se dedicam ao antagonismo em relação ao

¹⁷⁶ Ou como colocaria Aragão, “controle global da solidariedade” (ARAGÃO, 2012).

¹⁷⁷ Termo em inglês que remete ao diretor executivo ou mais alto cargo dentro de uma empresa.

Estado – sobretudo aos agentes estatais anti-Estado que ocupam muitas de suas funções. Além disso, dedicam energia para lidar com as pessoas que se organizam contra o abandono (majoritariamente estatal) de suas realidades e demandas.

O complexo industrial não-lucrativo à medida que alude às intrincadas conexões com o setores privados e corporativos, dá conta também das dinâmicas com o Estado e da dependência mútua de todos esses setores, como também é o caso dos complexos industriais militares e prisionais. O que há de injusto nisso tudo, porém, não é somente as dependências econômicas fomentadas por esse conjunto de relações e interesses: é a forma como se apropriam das vulnerabilidades sociais para autopromoção, e em nenhum momento se sugere reparação, mas uma forma *suja* de filantropia. É dessa forma, ao menos, que se referem Tiffany Lethabo King e Ewuare Osayade à filantropia, em seu texto na Antologia do INCITE!, e prosseguem,

O movimento por reparação e outros movimentos negros ou direcionados à raça e redistribuição equitativa de riqueza estão sendo cooptados e esmagados por um modelo não-lucrativo e seus mecanismos de financiamento, e pela filantropia dos brancos ricos. A filantropia não é progressista e nunca foi. A filantropia nunca pretendeu financiar lutas revolucionárias que demandam a apreensão justa de riqueza, recursos e poder que foram obtidos através da exploração de corpos, vidas e terra de pessoas negras e de cor ao redor do mundo. Chegou a hora de organizações de justiça social escolherem meios alternativos de financiar suas iniciativas para que suas agendas sejam executadas com integridade e para que não mais arrisquem conspirar na opressão de quem alegam representar (KING, OSAYADE, 2007).

E mais, a forma como o Estado, as elites e seu complexo industrial não-lucrativo sobrecarregam os grupos de base a lidar com as rubricas de financiamento e os cortes orçamentários, tornando impossível a prestação de assistência que se propuseram, inicialmente, a desempenhar, conduzem o cenário da justiça social ao abandono de infraestrutura e de outros bens sociais. Os obstáculos ocasionados pela relação entre financiadores e a dependência e acomodação das organizações combativas, refletem não só o desmantelamento e precarização do *social* e *político*, em detrimento do *econômico*, como também um reflexo disso nas estruturas estatais destinadas à assistência social. Entre os abismos práticos e ideológicos mencionados, o que se descortina é o aprofundamento das desigualdades e agudização de um capitalismo selvagem que tece, novamente, dentro até do que em tese lhe é contrário, apropriação, predação e desapossamento, com ressignificações aprimoradas de racismo, sexismo, classismo e sua requisitada violência.

3.3. Entre o Protagonismo e a Barganha Neoliberal: O Cenário para as Mulheres Negras

Organizações de mulheres negras contaram com diversos altos e baixos no decorrer de sua história. O fato é que, como aludido na seção anterior, o recrudescimento do Neoliberalismo, a criação dos complexos industriais não-lucrativos, trouxeram contradições consideráveis para sua trajetória. As estratégias de liberalização econômica e o forjar das desigualdades desse sistema deram uma nuance complicada para se alcançar algo minimamente próximo da justiça social. Enquanto o histórico dessas organizações foi marcado pelas interferências e entrecruzamentos com o movimento de direitos civis, movimentos nacionalistas negros e o movimento feminista, por outro lado, a política para mulheres negras foi engendrada em seus interstícios, entrelinhas e rachaduras¹⁷⁸.

Nessa última seção do capítulo, trarei algumas contribuições mais aprofundadas sobre o mapeamento de organizações negras feministas internacionais, bem como de duas obras de Kimberly Springer sobre a resistência, história e organização das mulheres negras no contexto estadunidense. As clivagens são muitas, mas o protagonismo parece ser sempre um objeto de disputa. Além disso, a cidadania, política e econômica, o direito à vida digna e a soberania têm integrado um senso de pertencimento falacioso nos Estados, têm sido assimilado como objetivo nas organizações, mas se infiltraram nas ações e nos discursos de agentes sociais alegadamente combativos que, nos dilemas da acomodação e mudança, acabam escolhendo a barganha liberal¹⁷⁹ como exercício óbvio de racionalidade.

Essa internalização do modo liberal de pensar e agir é um dos elementos mais complicadores quando se trata de resistência, porque, nas analogias mais corriqueiras dos estudos dos movimentos sociais, o inimigo está sempre do outro lado da trincheira, por assim dizer. Contudo, esse conceito de *barganha liberal*, elaborado a princípio por Amalia Sa'ar, aproxima-nos mais dos nossos próprios vilões, já que podemos sê-los, enquanto nos afasta de ideais fixos [e um tanto tirânicos] de quem é “genuinamente bom” e quem não é. Em seu artigo intitulado, *Feminismo Pós-colonial, as Políticas de Identificação e a Barganha*

¹⁷⁸ Springer, 2005.

¹⁷⁹ O conceito de barganha liberal facilita uma consideração de atributos culturais, identidades sociais e consciência social que admite estados dinâmicos e intermediários. Isso, assim, permite uma leitura nuançada de visões de mundo prevalentes e comportamentos entre as pessoas vivendo sob condições opressivas. Isso é duplamente relevante para as mulheres. Para elas, ideologias liberais sustentam prospectos particularmente promissores de liberação de opressões primordiais ao mesmo tempo que, na prática, os regimes liberais perpetuam sua subordinação (SA'AR, 2005).

Liberal, ela aponta como membros de minorias adotam a epistemologia liberal no intuito de atenuar suas “características particulares”¹⁸⁰.

E mesmo quando se admite, com orgulho considerável, sobre conseguir superar todas as adversidades socioeconômicas, raciais, de mobilidade, de sexualidade, e de gênero, essas narrativas de origem são, ou completamente ignoradas, ou enquadradas como “locais”. É interessante como as narrativas do âmago da civilização são brancas ou embranquecidas, ao mesmo tempo que, nas oposições binárias tipicamente preconizadas pela modernidade ocidental, são retratadas ainda como globais. Aqui, no entanto, explora-se a potencialidade dos oxímoros, já que acredito que as narrativas da *alteridade*¹⁸¹ desafiam o cânone historiográfico branco, perturbam sua zona civil neutra e desestabilizam a “limpeza analítica” imprescindível à sua metodologia positivista (SA’AR, 2005).

Desde seu início, os modelos liberais de desenvolvimento, em moldes positivistas, continham uma proposta, um tanto gananciosa e inusitada, de um ponto de vista histórico e antropológico. Sua ideia era a de transformar completamente culturas e formações sociais de continentes inteiros (a saber, África, Ásia e América Latina) em pantomimas do chamado Primeiro Mundo, através do que já foi discutido aqui, a cooperação internacional para o desenvolvimento. Acreditava-se que, por um milagre econômico, graças ao que ficou conhecido como planificação da indústria, da noite para o dia, culturas complexas e milenárias se converteriam em clones ocidentais, com as racionalizações dos países considerados “avançados” economicamente.

Nem nos maiores devaneios do marxismo ortodoxo se duvidou das premissas sobre desenvolvimento econômico. Então quando se discute sobre a primazia de determinada opressão perante outra, por exemplo, principalmente quando se discute sobre classe, diversas autoras, entre as quais, Angela Davis, se alinham na seguinte perspectiva¹⁸²:

¹⁸⁰ Pode-se presumir que isso faz parte de um processo de alienação, mas nem sempre é uma estratégia necessariamente consciente. Além disso, a autora entrevista múltiplas pessoas, dentro do seu contexto de estudo que é o eixo Israel/Palestina, onde pessoas com senso crítico transmitiram, em suas falas, sintomas dessa barganha. Ou seja, ninguém está, a ela, incólume. Como em citação, “Isso permite que pessoas de grupos subordinados, quando encontram formas de racismo e sexismo, para mitigar tais ofensas, reclassificam-nas como um ruído de fundo inofensivo ou como expressões toleráveis de mau-gosto. Elas podem até se tornar completamente cegas para eles. O discurso popular refere-se a essa aculturação como “tornar-se branco”. Significativamente, a brancura (a barganha liberal), então, é, em grande parte, sobre a consciência subjetiva e opera entre os dominantes e os subordinados” (SA’AR, 2005).

¹⁸¹ Não-branca, não-heterossexual, não-masculina, não-liberal.

¹⁸² Como profere Sueli Carneiro, de forma bastante elucidativa, “entre a direita e esquerda, eu sei que continuo preta”, quando em entrevista para Carta Capital em fevereiro de 2000. Ela prossegue “Porque a direita tem um claro projeto de exclusão para nós e a esquerda tem um claro projeto de inclusão paritária para nós. Não somos

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 1997).

Tanto as vertentes conservadoras quanto às progressistas das organizações não-governamentais demonstraram que não poderiam se importar menos com a concretude das disparidades sociais impostas pelas estruturas de gênero, raça e classe – muito pelo contrário, elas se perdem com a despolitização desses marcadores para adotar uma postura romântica e amigável à *diversidade*. O cenário, então, que se apresenta às mulheres negras coletivamente reunidas no terreno combativo transnacional não poderia ser menos convidativo, como não ser dos melhores. Mas é nas circunstâncias mais complexas e difíceis que surgem o solo fértil para as mais diversas resistências. Enquanto muitas instâncias do movimento negro das décadas de 60 e 70 não são mais as mesmas, outras deixaram até de existir, e com o tempo, outras foram se transformando – como, por exemplo, há mais ou menos vinte anos feministas negras têm galgado espaços e o debate sobre interseccionalidade tem crescido¹⁸³.

É por isso que Kimberly Springer traz organizações como a Black Women's Alliance, Black Women's Liberation Committee, Black Women Organized for Action, Combahee River Collective, Congress on Racial Equality, National Association for the Advancement of Colored People, National Alliance of Black Feminists, National Black Feminist Organization, National Organization for Women, Third World Women's Alliance¹⁸⁴, com as quais, na

apenas estômagos vazios à espera das cestas básicas da solidariedade. Queremos participar de processos decisórios” (CARNEIRO, 2000).

¹⁸³ Importante destacar que o reconhecimento de um não vem com o desaparecimento de outro.

¹⁸⁴ Aliança das Mulheres Negras, Comitê de Liberação das Mulheres Negras, Mulheres Negras Organizadas para Ação, Coletivo Combahee River, Congresso sobre Igualdade Racial, Associação Nacional para o Avanço de Pessoas de Cor, Aliança Nacional de Feministas Negras, Organização Nacional de Feministas Negras, Organização Nacional para Mulheres, Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo. Todas as organizações têm sede nos Estados Unidos, mas surgiram de um contexto resistivo que influenciou movimentos de resistência, ao mesmo tempo que teve desenvolvimento paralelo com mais outros tantos, sobretudo em torno de raça e gênero, e ao redor do mundo. Nesses coletivos, mulheres com faixas etárias, sexualidades, etnias, nacionalidades diferentes discutem temas como direitos reprodutivos, Esterilização de Mulheres Negras, Panteras Negras, Unidade Racial, Conflitos entre Feministas Brancas e Negras, as mulheres negras no Socialismo, Ativismo pela Saúde de Mulheres Negras, Movimento Pan-Africanista, Mídia, Encarceramento, Sindicatos, Diferenças de Classe, Sexualidade, entre muitos outros.

diversidade de temas e atuações¹⁸⁵, articulou seus estudos, fazendo-na chegar a colocações bastante contundentes sobre a trajetória das mulheres negras num momento de insurreição política tão importante – tanto que, não por acaso, seu recorte cronológico foi de 1968 a 1980.

A seguir, com um método um tanto não-convencional, mais analítico e ensaístico como o próprio trabalho, por completo, apresentarei algumas pontuações sobre o mapeamento de organizações feministas negras (que mesmo estadunidenses, em sua totalidade, possuem propostas translocais) e os estudos de Kimberly Springer. Ambos desvelam a invisibilidade das mulheres negras no terreno combativo internacional e estadunidense, em particular – mesmo que esse, por outro lado, tenha ganhado visibilidade e proeminência, bem como discutem as formas como esse ativismo ainda resiste contemporaneamente, apesar de todas as intempéries e permanências do racismo, sexismo e classismo em escala planetária.

3.3.1. Mulheres Negras Vivendo para a Revolução: Ainda Levantando, Ainda Escalando (Ainda Resistindo)

O título dessa seção é, em parte, o resultado não homogêneo da fusão dos dois títulos de Kimberly Springer a serem analisados aqui: *Living for the Revolution: Black Feminist Organizations, 1968-1980* e *Still Lifting, Still Climbing: African American Women's Contemporary Activism*¹⁸⁶. Enquanto o primeiro é um retrato diverso e panorâmico das estruturas organizativas (combativas) negras e feministas no período mencionado, o outro é uma coleção, aliás, um mostruário de relatos, alguns bastante emocionantes, de mulheres negras e alguns coletivos ainda se levantando e se insurgindo, dentro de cada possibilidade, contra as opressões que lhes foram impostas nas últimas décadas do século XX, e início do século XXI.

Ambas as obras carregam o traço da intertextualidade, elas dialogam e mutuamente se complementam. Apesar de sua especificidade ao retratar essas mobilizações quase que exclusivamente nos Estados Unidos, essas obras carregam um legado pedagógico e simbólico muito importante já que, no olho do furacão – no centro do Capitalismo, elas resistem e inscrevem seus corpos na história. Essas obras trazem também contribuições decisivas sobre

¹⁸⁵ Mesmo que algumas dessas já não existam mais.

¹⁸⁶ Vivendo para a Revolução: Organizações Feministas Negras, 1968-1980 e Ainda (se) Levantando, Ainda Escalando: Ativismo Contemporâneo de Mulheres Afro Americanas.

a historiografia dos movimentos e organizações negras feministas (não necessariamente formais e hierárquicas), sobretudo porque quebram noções pré-concebidas de que o movimento feminista negro surgiu pela influência, mesmo que conflitiva, e sob a tutela do movimento feminista alegadamente mais amplo – que, diga-se de passagem, era hegemônico por atender quase que exclusivamente às demandas de mulheres brancas socioeconomicamente privilegiadas. A insistência de que a política feminista negra caminha nos interstícios – Kimberly Springer utiliza o termo *interstitial politics* mais de uma vez, indica que, ao menos nos Estados Unidos, foi entre as rachaduras dos movimentos nacionalistas negros, por direitos civis e feministas que conseguiram refletir sobre as questões que lhes eram intrinsecamente importantes, mas não abordadas.

É interessante como a aceitação de que o Feminismo significava coisas diferentes para uma heterogeneidade de mulheres de lugares diferentes nas hierarquias raciais e de classe da sociedade demorou consideravelmente para ser realizada. “As ondas do Feminismo”, as quais são compreendidas como sua história, falharam bastante ao traçar um marco tão eurocentrado no percurso, ou melhor, das vias e caminhos feministas no decorrer dos anos. Mesmo que, por outro lado, seja particularmente uma vaidade ocidental rotular todo comportamento resistivo de mulheres como feminista¹⁸⁷ (SPRINGER, 2005), o *timing* que informa o desenvolvimento “tardio” da consciência feminista para mulheres negras e de terceiro mundo é, no mínimo, muito inadequado.

Primeiro porque as mulheres negras lutam contra opressões de gênero, raça e classe desde os períodos da escravidão colonial¹⁸⁸, como é explicitado na obra de Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe* e em diversas outras obras. Segundo porque o *jogo da contagem* que indica parcelas mínimas de mulheres negras em organizações feministas *brancas* é bastante arbitrária – sobretudo por causa das barreiras raciais e de classe dentro dessas organizações. Ademais, os arranjos feministas negros começaram, a princípio, dentro de organizações primordialmente preocupadas com questões raciais. Além disso, as mulheres negras lidavam com as definições monolíticas de feminismo e assertivas nacionalistas negras que frequentemente enunciavam que o feminismo era uma vertente inviável para elas – já que a ideia de que as questões raciais eram mais urgentes que discriminações de gênero era bem

¹⁸⁷ Isso é mais comum do que se imagina.

¹⁸⁸ Como tantas figuras em toda extensão das Américas demonstram: Teresa de Benguela, Dandara dos Palmares, a própria Sojourner Truth.

disseminada¹⁸⁹. Tudo isso contribuiu para a sua invisibilidade nos números das organizações puramente feministas.

A tendência da literatura no Feminismo, sobretudo de Segunda Onda¹⁹⁰, é fazer com que o feminismo de mulheres brancas seja um modelo único do qual outras formas de ativismo feminista são desviantes. É por isso que há, para mulheres negras, uma linha muito tênue entre o rótulo imperialista e a reivindicação por espaço dentro do feminismo. E é por isso também que as respostas a esse *enquadramento* historiográfico são um espectro – que varia entre a rejeição completa e a solidária aderência. Os processos que as feministas negras passaram para se consolidar enquanto organizações e práticas concretas de Feminismos foram longos, custosos e, em diversos aspectos, cansativos. As mulheres negras estiveram incansavelmente envolvidas, no protagonismo ou nos bastidores de muitas lutas – não por luxo, mas porque lhes eram (e são) legítimas: por direitos civis, por movimentos nacionalistas, entre eles os Panteras Negras, pelo Pan-Africanismo, por Direitos Reprodutivos – contra Esterilização Compulsória, pelo direito ao Aborto Seguro, contra discriminação quanto à orientação sexual – afinal, lésbicas negras construíram e constroem o movimento¹⁹¹, direitos envolvendo Trabalho Doméstico, Greves, Socialismo, Sindicatos nos mais diversos setores...

Benita Roth, uma das contribuidoras do *Still Lifting, Still Climbing*, indica que a vanguarda no movimento feminista negro residiu também na crítica quanto ao classismo. Sobre a formação da Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo (TWWA), um movimento conscientemente negro e Feminista, ela explicita:

TWWA tinha uma crítica anticapitalista explícita do estilo classe média do movimento de libertação negro e do feminismo branco. [...] Feministas

¹⁸⁹ Também porque, ora pelas mãos da polícia, ora pela pobreza, as pessoas negras estavam de fato (e estão) morrendo. Como menciona Springer, “Homens nos movimentos nacionalistas negros eram mais decisivos que os líderes do movimento por direitos civis, e às vezes mais duros, sobre as demandas de que mulheres negras deveriam dar maior suporte aos homens negros. [...] A luta antirracista revolucionária veio primeiro e era frequentemente o único item na agenda nacionalista. As mulheres negras eram líderes nas organizações nacionalistas e provaram ser capazes para liderança revolucionária. Em face das noções retrógradas sobre as responsabilidades das mulheres negras (“construir uma nova nação e cuidar do futuro das crianças”), particularmente as Panteras Negras, falaram por si mesmas como líderes capazes e politicamente posicionadas contra o sexismo. Ainda, por permanecerem em organizações nacionalistas, elas implicitamente designavam racismo como localidade primária da luta. Mulheres negras nacionalistas não ignoravam o sexismo; no entanto, elas evitavam o separatismo de gênero” (SPRINGER, 2005).

¹⁹⁰ A Segunda Onda do Feminismo compõe, em inícios da década de 60, a divisão cronológica e temática, artificialmente colocada, dos debates em torno de uma “modernidade” feminista, que integra uma diversidade de enfoques e abordagens, para além do sufrágio e demais questões putativas e legais da primeira onda.

¹⁹¹ É uma pena que as mulheres trans negras não tenham sido nem contabilizadas, nem reconhecidas nesses processos.

negras eram igualmente críticas da propagação dos valores de classe média perpetrados por muitos grupos negros liberacionistas, e enxergaram o sexismo do liberacionismo negro como emanando, em grande parte, de uma incorporação dos valores de classe média como meio para “consertar” o que há de errado na comunidade negra. Desde a fundação da Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo (TWWA) em 1968, feministas negras argumentaram contra o “estilo classe média” do movimento liberacionista, junto com o masculinismo e sexismo do movimento. Análoga à crítica do racismo liberacionista das mulheres brancas, feministas negras viram o sexismo do liberacionismo negro como uma adoção não examinada dos valores da classe média branca (ROTH, 1990).

Isso foi crucial para a construção de um movimento que pautasse classe, sem priorizá-la em detrimento das demais categorias, mas, ao mesmo tempo, sem esquecê-la. Também nesse contexto, surge o questionamento de como essas mulheres conseguiram financiar suas organizações, já que determinadas filiações não seriam possíveis com um posicionamento anticapitalista tão explícito... Mas esse questionamento pode influir num erro: a de que as organizações feministas negras nesse país foram iguais, organizativa ou intelectualmente.

Um dos traços mais marcantes dessas foi a sua heterogeneidade. Tanto que identidades negras feministas estiveram sempre em contestação mútua. A ideia de Springer foi justamente a de quebrar a noção de que as mulheres são “naturalmente inclinadas” às estruturas organizacionais mais colaborativas e menos hierarquizadas. Em *Living for the Revolution*, Springer aponta cinco organizações que possuíam caracteres completamente diferentes: enquanto Combahee River Collective, Third World Women’s Alliance e Black Women Organized for Action eram organizações não-hierárquicas, a National Alliance of Black Feminists e a National Black Feminists Organization possuíam escritórios formalizados, estatutos escritos e divisões entre trabalhos administrativos e intelectuais.

Ela percebeu que essas diferenças resultaram das influências adversas que cada uma dessas organizações recebeu – enquanto ter uma estrutura mais hierárquica veio do movimento por direitos civis, estruturas mais colaborativas vieram mais interações com movimentos feministas de uma Nova Esquerda¹⁹². Além disso, os fundos de um movimento, coletivo ou organização não recaem apenas em necessidades financeiras, mas de recrutamento, que tornam a interconexão entre esse e formação identitária como extremamente importante. Mesmo assim, o ponto da estabilidade financeira foi um grande desafio, principalmente com

¹⁹² Springer, 2005.

um horizonte de cooptação tão próximo – que significaria aceitar e enquadrar-se aos fundos de organizações *mainstream*.

Assim, as organizações feministas negras estudadas pela autora estiveram muito limitadas, principalmente a Combahee, TWWA e NWO, às contribuições materiais e não materiais das envolvidas. Muitas delas cobriam seus custos com doações ou taxas. Mas para as com pretensões mais amplas e nacionais, as finanças eram uma grande preocupação. Ademais, todas enfrentavam um dilema: a tentativa de incluir mulheres negras de todas as posições econômicas possíveis versus a necessidade de capital para alcançar suas agendas de mudança social. O cenário era duro, à medida que as interseções dessas organizações também desestabilizassem o status quo, como menciona Springer:

Durante os últimos anos 60 e 70, feministas negras não eram resguardadas à concessões de fundações maiores, ou à generosidade de elites que sustentaram organizações de direitos civis não-institucionalizadas do passado. Ainda assim, como outras organizações negras, feministas negras lutaram com relação à prestação de contas e possibilidade de cooptação ao aceitar fundos de organizações feministas brancas ou organizações negras mais *mainstream*. Nos casos especiais da TWWA e Combahee, era muito improvável que fundações, organizações liberais feministas ou instituições de comunidades negras, contribuiriam para organizações que aderem a princípios socialistas e convocam uma completa revolução dos modos de opressão capitalistas, patriarcais, imperialistas estadunidense. Mas, organizações mais reformistas, como a NBFO, NABF e BWOA, fundações e elites permaneciam como fontes potenciais de recursos (SPRINGER, 2005).

A polivocalidade dessas organizações exige uma abordagem multidimensional ao seu conjunto de atividades. Por maiores que sejam as contradições envolvidas em receber fundos, o critério de legitimidade deve residir não em alegações vazias e condenatórias, mas em como esses coletivos redistribuem o poder para os membros, para o conjunto de pessoas que se propõem a defender, e para a sociedade na qual possam estar inseridos. A razão que levou muitas dessas organizações a não existirem mais variam de rupturas ideológicas, recursos insuficientes ao próprio esgotamento sistêmico que recaiu sobre elas – de lidar com a misoginia de outros segmentos do movimento negro, de ter que convencer outras mulheres negras de que o feminismo não era exclusivo de mulheres brancas e da necessidade de confrontar feministas brancas a dividir o poder.

Como um dos títulos do *Living for the Revolution* sugeriu, feministas negras são guerreiras cansadas de guerra (GALVIN-LEWIS apud. SPRINGER, 2005). Não só por conta de todos

os elementos supracitados, mas também por uma série de outros motivos: disputas internas entre feministas negras por poder, privilégio e futuro do feminismo negro. Segundo a autora, esses aspectos fizeram com que a política feminista negra não só atuasse nas rachaduras, como suas próprias organizações eram repletas de fissuras internamente. É interessante como a realidade interna dessas organizações refletem os desafios que nos são impostos no cotidiano da luta, sobretudo quando se trata de lidar com egos insuflados e competitividade. Todavia, o legado dessas organizações e do feminismo defendido por elas não será esquecido, à medida que suas falhas sirvam para o aprendizado presente – e que nós, feministas, aprendamos a lidar com as conquistas e perdas desses coletivos.

3.3.2. Os desafios¹⁹³ de rastrear organizações negras feministas internacionais

Não é uma tarefa muito fácil escavar, no cenário combativo atual, movimentos e organizações feministas negras que tenham sequer alguma visibilidade internacional imediata – a título de exemplo, o Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) desponta como o mais representativo nesse quesito, já que recentemente declararam investir numa postura e abordagem interseccional quanto às questões que enfrentam¹⁹⁴. E isso indica um sintoma, deriva de algo a que já estamos bastante familiarizadas: a invisibilidade. Nesse momento, a mesma questão discutida no decorrer de todo o texto vêm à tona: por que a dificuldade organizativa internacional em articular gênero, raça e classe? Não é porque se tem o registro de organizações feministas negras que atuaram, ao longo de doze anos, no terreno combativo estadunidense, que essa dificuldade foi superada – e em outros lugares que não esse país, isso permanece como uma questão.

Contudo, principalmente levando em conta a discussão prévia sobre as obras de Kimberly Springer, não é o mesmo que dizer que essas organizações não existam¹⁹⁵, ou que as lutas em torno de gênero, raça e classe, em acepções radicais e revolucionárias, sejam alguma novidade e precisem do modelo tradicional de organização europeia, ou ainda que sejam a última tendência entre a nova geração de ativistas – essas resistências existiram ao redor do mundo desde os primórdios do colonialismo e tráfico escravista¹⁹⁶.

¹⁹³ Principalmente as dificuldades!

¹⁹⁴ Mesmo que mulheres negras atuem e façam parte do movimento, a preocupação com gênero e raça é uma, entre diversas outras, principalmente no que se refere ao genocídio da população negra.

¹⁹⁵ Elas existem!

¹⁹⁶ O Brasil conta com figuras contemporâneas importantes nesse aspecto, como Lélia González (in memoriam), Sueli Carneiro, Vilma Reis, Marilene Franco (in memoriam), Luiza Bairros (in memoriam).

Não há, logicamente, um fio condutor que as conecte diretamente ao passado¹⁹⁷, até porque muitas dessas lutas foram silenciadas e apagadas – o que nos faz, até enquanto estudosas, e isso não é necessariamente condenável, ter uma noção intermitente e não linear sobre elas. O fato é que, à medida que se caminha para a atualidade, as organizações combativas também não resistem aos poderes erosivos do tempo¹⁹⁸, e as vozes do movimento acabam sendo cada vez mais direcionadas ao personalismo – tanto que Kimberly Springer discute como as feministas negras ainda têm que lidar com um *sistema de estrela*, que preconiza a busca de porta-vozes, endossado pelas mídias e por diversos setores sociais, como um todo.

Por sua vez, esses estrelismos tanto atrapalham o caminhar – às vezes prematuro, das organizações e coletivos, como a visibilidade das mulheres negras acaba sendo muito mais associada a ícones solitárias do que ao conjunto de mulheres iguais a elas. Apesar disso ser também reflexo da misoginia, do classismo e do racismo, nos acostumamos a ver mulheres brilhantes nos segmentos literários como Alice Walker, Maya Angelou, Bell Hooks, Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo, para citar apenas algumas, ou a figuras acadêmicas, como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, de forma fragmentada, ao mesmo tempo que não nos é surpresa os índices de feminicídio, violência doméstica, morte materna, insuficiência alimentar serem muito maiores entre mulheres negras. Os tipos de sociedade e subjetividade aos quais nos acostumamos, reforçamos e construímos, premia o sucesso individual e solitário. E esse é um desafio constante e multigeracional, já que, na verdade, essas fissuras só se acentuaram nos últimos anos.

Loretta Ross, mulher negra, estudiosa e uma das contribuidoras do *Still Lifiting, Still Climbing* e autora do texto *African American Women's Activism in the Global Arena*, articula sua experiência com conferências envolvendo mulheres afroamericanas e mulheres negras ao redor do mundo – que não são muitas, diga-se de passagem, às suas análises do movimento e de seus desafios futuros. Discute, com certo pesar, como muitos eventos de mulheres negras voltam-se à religião (cristã) e auto-ajuda e não à reflexão de suas condições materiais, e quando não, discutem questões referentes à estética e beleza¹⁹⁹. As contradições disso são

¹⁹⁷ Apesar de, no Brasil e ao redor do mundo, existirem quilombos e tribos indígenas que são a prova viva dessa resistência, mesmo com todas as intempéries.

¹⁹⁸ Até porque muitas surgem com algumas finalidades imediatas e depois desaparecem.

¹⁹⁹ Não que não sejam importantes, contanto que sejam o gancho para se aprofundar em outras questões que tangem nossas vidas – e não a discussão rasa de beleza por beleza.

muitas, sobretudo no que se refere à religião, e nos EUA isso é particularmente perturbador e um tanto perverso porque, como nas palavras da própria autora,

A Direita religiosa leva vantagem do fato de que seus aliados políticos mais distantes conseguiram limitar a definição de racismo em sua expressão evidente, como os epítetos da sarjeta, enquanto negam sua operação explícita. Um grande sinal do sucesso da Direita religiosa nessa desorientação é sua tentativa de se encobrir na manta moral do movimento por direitos civis. Sua manipulação cínica da imagética dos direitos civis e as líderes e os líderes dos direitos civis como Alveda Celeste King, sobrinha de Dr. Martin Luther King, serve tanto para desacreditar o movimento por direitos civis quanto disfarçar sua verdadeira agenda anti-direitos humanos. Isso é apropriação corrupta e falida da linguagem dos direitos civis e suas fendas simbólicas, e como exemplo, está o “Afro Americanos contra gays e lésbicas”. Essa tática aumenta a agenda dessa Direita Religiosa, enquanto trai a autoridade moral do movimento por direitos civis (ROSS, 2005).

Os perigos são muitos, mas são importantes para desromantizar alguns paradigmas, quando se trata das agendas e vertentes diversas envolvendo pessoas negras, tanto pelas contradições, quanto pela humanidade que nos é negada quando se cobra alguma obrigatoriedade de coerência²⁰⁰. A existência de uma Direita (religiosa ou não) que “cabe” ou integra pessoas negras, mesmo que marginalmente, nas nossas leituras, por maiores e piores que sejam os mantos morais, valores e conciliações republicanas, descortina uma história, de pessoas engajadas nesse tipo de construção de pátria e agenda política. Simplesmente não há o que explicar.

Muitas acadêmicas e muitos acadêmicos, inclusive, se frustram com esses choques e esse tipo de demanda que existem nos mais diferentes círculos de mulheres negras – conscientes ou não do fato de que carregam essa identidade coletiva. Para esses intelectuais, o fato de sermos negras e negros nos exigiria uma certa “coerência”, como por exemplo, ser “de esquerda”. Mas qual o projeto que essa nos apresenta?

No mais, ela também discute o que denomina por *vítimas profissionais*, que não só, em suas falas, aperfeiçoam a *política da reclamação*, como também podem ser *carreiristas*, buscando estabilidade financeira ao “trabalhar para o movimento”. Destaco esses aspectos tanto para não romantizar a luta das mulheres negras, quanto para refletir e expor que nada disso lhe é exclusivo, apesar das proporções serem outras.

²⁰⁰ Frequentemente se cobra uma dupla consciência: sobre o problema humanitário do racismo, e como a classe se desdobra nesse. Sueli Carneiro, em entrevista já citada aqui, declara: “[...] cada vez que exigem de mim uma “coerência”, que eu, como negra funcione segundo aquilo que você entende que seriam os meus interesses legítimos, você está reduzindo a minha humanidade” (CARNEIRO, 2000).

Para seguir com as discussões sobre os desafios do ativismo contemporâneo, retomo o INCITE!, agora como estrutura organizativa. O INCITE! Women of Color Against Violence, é uma rede feminista que articula mulheres de cor²⁰¹, como já citado aqui, e surge do contexto acadêmico para a sociedade, no intuito de acabar com a violência de raça e gênero, assim como de tentar pensar e construir movimentos de base. Essa rede organizou a Antologia *A Revolução Não Será Financiada: Além do Complexo Industrial Não-Lucrativo*, à qual fiz menção no decorrer do capítulo e utilizei como referência bibliográfica.

Essa rede, que hoje não conta com tantas articulações como ocorreu no início dos anos 2000, tensiona e questiona sua relação com fundações privadas. Mas quando, ao receber um prêmio de \$100,000 cedido pela Fundação Ford para dar suporte a dois grandes eventos da organização, elas se deparam com uma surpresa: a Fundação voltou atrás quanto a seu apoio porque um dos membros da banca examinadora descobriu a solidariedade do INCITE! ao movimento de libertação palestina.

Tratando-se dos Estados Unidos e de seu apoio praticamente irrestrito à Israel, a minha surpresa foi a da fundação ter cedido o prêmio em primeiro lugar. Apesar de não assimilar muito bem tamanha ingenuidade, a Antologia traz reflexões muito relevantes, apesar das alternativas ao complexo industrial não-lucrativo terem sido, em alguns aspectos, pouco ou inexploradas – o que, por definição, já é bastante difícil, tendo em vista o histórico, discutido no decorrer dessas páginas, de docilização e cooptação dos movimentos sociais e das ONGs. Além disso, a organização demonstrou sérias questões quanto ao *protagonismo*.

Num dos seus posicionamentos, a organização deu apoio incondicional à co-fundadora Andrea Smith ao se declarar pertencente à etnia indígena norte-americana Cherokee, mesmo que, quase indiscutivelmente, seja vista, numa heteroatribuição, como branca. Ela reivindica esse pertencimento mesmo sem sequer ter qualquer parentesco ou laço sanguíneo com nenhum membro da comunidade. E, como acadêmica, todos os eventos e conferências que frequenta, não nega a identificação Cherokee que recebe, ela silencia, mesmo prometendo fazê-lo num pedido de desculpas à comunidade acadêmica indígena. Em carta aberta, acadêmicas indígenas declararam:

[...] Nossas preocupações são sobre a necessidade profunda de transparência e responsabilidade à luz de histórias traumáticas de colonização, escravidão e

²⁰¹ Esse termo, não muito comum na língua portuguesa no Brasil, nos Estados Unidos surge numa Conferência Nacional de Mulheres em Houston, 1977, quando a Agenda das Mulheres Negras foi transformada, pela solidariedade entre as próprias mulheres de minorias étnicas, numa Agenda de Mulheres de Cor, para posterior inclusão no Plano de Ação Nacional para Mulheres.

genocídio que moldam o presente. Andrea Smith tem um histórico de boas décadas de histórias contraditórias sobre identidade e filiação, testemunhadas por inúmeros acadêmicos e ativistas, incluindo a sua admissão frente a quatro partidos diferentes de que ela não tem como reivindicar a ancestralidade Cherokee. Ela prometeu não mais se identificar como Cherokee, e mesmo assim em suas aparições e publicações posteriores, ela continua a afirmar-se como uma “nativo americana” não-específica ou uma “mulher de cor” acadêmica a comunidades ativistas antirracistas de formas que acreditamos ter consequências intelectuais e políticas destrutivas. Apresentando-se genericamente como indígena, e permitindo que outros a identifiquem como Cherokee, Andrea Smith permite-se a permanecer como representante de coletividades para as quais ela não demonstrou qualquer prestação de contas, e mina a integridade e potência da sobrevivência política e cultural Cherokee. Sua falta de clareza e consistência em sua representação aumenta a vulnerabilidade das comunidades e constituintes que ela pretende representar, incluindo estudantes e ativistas que ela orienta e que citam e se envolvem em seu trabalho. Isso nos diz respeito como mulheres indígenas comprometidas a abrir espaços para acadêmicas e ativistas com quem trabalhamos e que vêm depois de nós²⁰².

Elas articulam ainda que o “brincar de ser índio” caminha de mãos dadas com a desterritorialização cotidiana que a população indígena estadunidense enfrenta, tanto de seus loteamentos, quanto de seus territórios originários e identidades. Enquanto isso, Andrea Smith permanece tendo crédito sobre suas aulas sobre identidade, luta e modos de resistência indígena, indo a conferências e escrevendo artigos, inclusive dentro da própria antologia de uma organização que alega defender direitos das mulheres de cor, entre elas, as nativo-americanas.

É bastante problemática e contraditória a situação dos movimentos e organizações motivadas pela justiça social, ao menos discursivamente, e os movimentos em torno de gênero e das

²⁰²Texto original: “Rather, our concerns are about the profound need for transparency and responsibility in light of the traumatic histories of colonization, slavery, and genocide that shape the present. Andrea Smith has a decades-long history of self-contradictory stories of identity and affiliation testified to by numerous scholars and activists, including her admission to four separate parties that she has no claim to Cherokee ancestry at all. She purportedly promised to no longer identify as Cherokee, and yet in her subsequent appearances and publications she continues to assert herself as a non-specific “Native woman” or a “woman of color” scholar to antiracist activist communities in ways that we believe have destructive intellectual and political consequences. Presenting herself as generically indigenous, and allowing others to represent her as Cherokee, Andrea Smith allows herself to stand in as the representative of collectivities to which she has demonstrated no accountability, and undermines the integrity and vibrancy of Cherokee cultural and political survival. Her lack of clarity and consistency in her self-presentation adds to the vulnerability of the communities and constituents she purports to represent, including students and activists she mentors and who cite and engage her work. This concerns us as indigenous women committed to opening spaces for scholars and activists with whom we work and who come after us”. Fonte: <<https://indiancountrymedianetwork.com/news/opinions/open-letter-from-indigenous-women-scholars-regarding-discussions-of-andrea-smith/>>. Acessado em 15 de Maio de 2018.

políticas de identidade, em particular. Não que o caso de Andrea Smith seja tão comum²⁰³, mas ele nos informa algo: essas políticas precisam ser levadas mais a sério. Nesse caso de Andrea Smith, em específico, não há outras nomenclaturas que não a falsidade ideológica, fraude e a blindagem de não somente estar incólume, como não ter sido, até então, cobrada sobre isso, nem, minimamente, nos ambientes acadêmicos que circula – um dos indícios de que, provavelmente, ela é uma mulher, norte-americana, acadêmica e, por maiores que sejam seus engajamentos críticos, branca, com as implicações políticas²⁰⁴ e privilégios de classe aí inseridos.

Muito refleti sobre desconsiderar a obra do INCITE! por completo, não só por sua co-fundadora, mas pelo fato da rede se prostrar favorável ao seu silêncio e posicionamento. A carta aberta de acadêmicas indígenas evidencia que sua declaração não é uma que demande punição, mas transparência. Não é sobre quantidade sanguínea, ou noções biologicamente essencialistas sobre identidade. Não é também sobre pureza cultural ou imposição de padrões de identificação, mas sobre responsabilidade. A análise de alguns segmentos da Antologia do INCITE! não significou alinhamento ideológico a todas as suas práticas, muito pelo contrário, essa nos serviu para, através desse exemplo e contexto, do centro do sistema, percebermos as contradições nos marcos do ativismo, sobretudo porque essa Antologia se declara, entre tantos aspectos, anti-colonial. E, apesar da necessidade de autocrítica, de fato, muitas análises contidas no *The Revolutions Will Not Be Funded* são importantes, e demonstram os longos caminhos a se percorrer e os percalços a enfrentar, translocalmente²⁰⁵.

Os desafios de contabilizar o pensamento feminista negro nos terrenos combativos ou internacionais foram profundos, mas o objetivo de alcançar alguma totalidade será sempre incompleto, com uma série de lacunas e aspectos ainda a se mencionar – porque também é impossível alcançar e por conseguinte transmitir essa totalidade! Os movimentos de mulheres negras, feministas ou não, são crescentemente complexos e, à medida que ganham visibilidade, estarão sempre expostos a esses tipos de contradições, e outras tantas mais. É por isso que a autocrítica e a transparência são tão importantes, mesmo que, novamente, um desafio constante.

²⁰³ O que, na verdade, eu sinceramente acredito que seja.

²⁰⁴ Muito graves à população indígena, já que contribui para a deslegitimação e descredibilidade dos movimentos e populações indígenas, não só no território estadunidense, mas mundialmente vilipendiadas pelo apagamento.

²⁰⁵ Inclusive o texto do coletivo Sista II Sista faz menção ao Movimento Sem Terra do Brasil como uma de suas referências.

O meu intuito inicial de pesquisa buscava os meios mais confiáveis de “medir” a autenticidade de determinadas estruturas organizativas contestatórias perante outras. Mas percebi que isso requereria um método contrário ao que está sendo elaborado aqui, de medições, e não de tentativa de aprofundamento crítico. E esse foi um dos maiores aprendizados que obtive durante a pesquisa. À medida que enxerguei a necessidade de autocrítica, constante, nas fontes citadas, secundárias ou primárias, fui percebendo essa necessidade também no meu próprio trabalho.

O enfoque em Gênero, Raça e Classe, articuladamente, nesse sentido, me ofereceu uma forma bastante prática de lidar com essas questões. Esse enfoque contribuiu, também, para voltar os olhares a mim mesma, e me deparar com meus próprios lugares no mundo, alguns deles controversos, outros de resistência, e tantos outros mais, inclusive, de negociação. A tentativa de elaborar essas variáveis simultaneamente contribuiu para a subversão da teoria tradicional, tão imbricada dentro dos padrões de pesquisa científica, e dentro de mim, afinal de contas. O descentramento e reorientação que me foram demandadas para a realização desta pesquisa, foram as mesmas que em muito transformaram o meu olhar sobre ela, enquanto a realizava. E creio que isso ainda gerará uma série de outras reverberações, tanto em trabalhos futuros, quanto em minhas próprias cosmogonias e mudanças.

~

3.4. Síntese do Capítulo

Neste capítulo, discuti, em acepções críticas, gênero e paz endossados por discursos liberais, os abismos político-ideológicos tratando-se da resistência e ativismo profissionalizante e os perigos da cooptação e da adoção irrefletida dos discursos de empoderamento. As organizações feministas negras foram descritas e analisadas no contexto das obras de Kimberly Springer, *Living for The Revolution* e *Still Lifting, Still Climbing*. Essas obras trazem perspectivas auspiciosas sobre ativismo em torno de gênero, raça e classe, tanto em perspectiva histórica, quanto sobre articulações contemporâneas e futuras. Além disso, o INCITE! foi um dos focos dessa análise textual, através da antologia *The Revolution Will Not Be Funded*, mas também como organização que se propõe a ser de base. A partir dessa premissa, algumas controvérsias foram identificadas e discutidas. Em suma, busquei sobretudo aludir aos complexos industriais não-lucrativos, e também busquei elucidar algo

que, correntemente, é encarado como polêmico: o horizonte de cooptação existe, tanto quanto o horizonte das contradições e controvérsias, e isso não chega a ser, em determinados aspectos, tão “reprovável”, ao menos não para as organizações cujo trabalho primordial é mediar, financeiramente inclusive, “sociedade civil” com os poderes sistêmicos. Os desafios, na verdade, que são permanentes, se impõem ao nos depararmos com a necessidade de transformar urgentemente o que nos rodeia, ora tendo que lidar com as negociações, ora tendo que frontalmente combatê-las.

Considerações Finais: Complicando Brancura, Cis Heteronormatividade, Liberalismo e Masculinidade

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados. (ANZALDÚA, 1987)

Não há evidências concretas, e nem deveria haver, de que aderir fielmente à interseccionalidade e adotar um vocabulário feminista, decolonial, mudarão nossas formas de enxergar, e assim, transformar o mundo. Primeiro porque seria uma abordagem bastante egóica, e segundo porque criaria mais um modelo sobre ser “efetivamente” feminista e epistemologicamente desconstruída. A ideia desta pesquisa foi justamente o contrário de desconstruir, aliás, ela rompe com a desconstrução de qualquer coisa, e se aproxima muito mais da citação de Gloria Anzaldúa, de ser um ato de juntar, unir e criar. *Criar uma criatura tanto da luz como da escuridão*, como sabiamente nos apresenta a autora, com sua abordagem *chicana* e *mestiza*, significa questionar definições, complicá-las. E mais, não caber nos parâmetros de nacionalidade, gênero, geração, sexualidade, raça, classe, não é necessariamente um luxo, uma excepcionalidade de quem escolhe ser o que quiser. É uma declaração, uma voz de quem não apenas vaga, não apenas sobrevive, mas de quem se expõe, contesta e resiste.

O ajuste aos ideais cosmopolitas já não nos servem. É por isso que também não busco soluções nem respostas para os problemas de gênero, raça e classe que nos são impostos todos os dias – individualmente, eu não teria, como continuo não tendo, nem competência, nem interesse para isso, menos ainda numa dissertação de mestrado. Subverter lugares históricos, reivindicar outros, é uma tarefa bastante árdua, constante, que exige disciplina, criatividade e intrinsecamente requer forças coletivas para lutar em seu favor. Há uma tendência histórica em negligenciar as demandas das mulheres negras e isso ainda é um ponto

de conflito, apesar de transcorridos tantos anos de movimentos contestatórios, militâncias e lutas. Além disso, essa negligência não se observa somente no sentido hostil e discriminatório tradicionalmente encontrado nos setores corporativos e de emprego, mas é também no seio de instituições feministas dominadas por pessoas brancas, e em outras tantas que, em tese, pautam mudança e justiça social.

Simultaneamente, somos confrontadas com Feminismos esotéricos (ROSS, 2005) que são muitas vezes incognoscíveis para muitas pessoas fora dos ambientes acadêmicos. Complicar a branquidão, as normas heterossexuais, cisgêneras, liberalismo e masculinidade é também confrontá-los, porque o Feminismo é, ou ao menos deveria ser, uma prática pedagógica, de tornar a compreensão sobre esses marcadores em algo acessível, ou ao menos tentar, para o máximo de pessoas possível.

Nas Relações Internacionais, isso também possui outros diversos desdobramentos, porque o contexto dessa disciplina, de forma mais ampla, é extremamente elitista e excludente. Tentar demonstrar a desestabilização, com agência, que mulheres negras fazem às organizações, já falidas, que permanecem reproduzindo discursos e práticas autoritárias e não representativas, foi uma das principais determinações desta dissertação. A tentativa, também, de desvendar algumas máscaras, e de quebrar alguns padrões lineares, noções e estereótipos, em torno de um ativismo (esvaziado de conteúdo) sobre direitos humanos, foi um dos pontos finais, mas extremamente importantes, principalmente quando se trata de revelar uma construção ludibriadora de uma “moral” inequívoca, que, ao fim, acaba sendo tão frágil, quanto seu próprio discurso de humanidade.

Apesar das dificuldades em reunir bibliografia sobre o tema, dos dilemas pessoais sobre se desviar de uma linguagem e metodologia acadêmica, e das limitações, financeiras e de saúde, que me impediram de realizar um estudo de caso mais aprofundado, de geograficamente ir a um dos lócus objetivos da pesquisa, acredito que este trabalho oferece uma contribuição teórica e transdisciplinar aos estudos de Relações Internacionais, principalmente no que se refere aos encontros (ou desencontros) entre economia, gênero, raça e cultura. Cada capítulo buscou formular diferentes perguntas, e todas elas buscaram, afinal, compor o problema central do trabalho: “como as mulheres negras desestabilizam os lugares de pensar universalidade, justiça social, economia política, direitos humanos e *liberdade*, tendo em vista que esses foram arquitetados, a princípio, pelo universalismo europeu?”

No primeiro capítulo, buscou-se situar, antes de tudo, o significado do tema, principalmente à

pesquisadora que vos escreve, dentro dos marcos apresentados, de gênero, nacionalidade, raça, classe, numa das sessões mais significativas: *eu-mulher, forasteira de dentro*. A partir disso, desdobraram-se discussões sobre modernidade, processos de subalternização e também de agência e reconhecimento, na ciência, em geral, e no campo de Relações Internacionais, em particular. Em seguida, tentou-se assentar as bases da interseccionalidade em debates insubmissos, tentando refletir se a articulação de um feminismo anti-racista e anti-colonial, nesse campo, seria possível. A pergunta que esse capítulo tentou explorar, foi a seguinte: qual o significado simbólico, epistemológico e político da Modernidade para as mulheres negras?

Já o segundo capítulo, dedicou-se às ausências, com provocações tendo em vista a *dialógica* da interseccionalidade, nos debates críticos sobre Cooperação Internacional e Economia Política do Desenvolvimento. Como se (des) encontram com o pensar-agir da interseccionalidade? Como moldam projetos de empoderamento voltados aos temas correlacionados, num caráter *solidariamente* capitalista? E como a crítica do (Neo)Colonialismo, frequentemente articulada aos estudos sobre desenvolvimento, também negligencia os marcadores de gênero, raça e classe, mesmo que se utilizando desses para existir enquanto corrente teórica? Adicionalmente, as armadilhas quanto à perseguição dos postulados de desenvolvimento foram retratadas como descaminhos à emancipação coletiva.

E enfim, o capítulo três, que finaliza quase que com uma sugestão, sobretudo às mulheres negras, de por que disputar a contestação e não o empoderamento. Considerando principalmente os contextos nos quais esse se estabelece, com preconização de cidadania puramente econômica, esse capítulo perscruta, entre tantos aspectos, os abismos entre filantropia e resistência, o complexo industrial não-lucrativo que organiza essa filantropia e o protagonismo no âmbito das organizações feministas negras dos Estados Unidos — para isso, utilizando duas fontes essenciais, as obras de Kimberly Springer *Still Lifting, Still Climbing*, e *Living for the Revolution*, bem como a antologia do INCITE! *Women of Color Against Violence*. Essas análises textuais lançam uma série de desafios, porque evidenciam a complexidade de estudar gênero, raça e classe, ao mesmo tempo que os contesta, enquanto opressões.

Por fim, acredito que essa pesquisa não pretende encerrar seus debates em si mesma, mas seguir em aberto impulsionando outras questões e conhecimentos. Evidentemente, o fechamento se impôs, afinal, finalizar os estudos que iniciaram há dois anos atrás foi uma etapa crucial tanto para o processo de construção do trabalho em si, quanto para o próprio

aprendizado que a pesquisa desencadeou, para mim, inclusive. Essa perspectiva permite que a pesquisa não termine, mesmo que o trabalho chegue ao fim. E isso não é necessariamente negativo, apenas abre portas para outras pesquisas e trabalhos mais, como também para leituras mais aprofundadas dessas e de outras temáticas relacionadas que possam surgir. Inclusive, abre para as articulações translocais que coletivos e organizações feministas negras, bem como outros segmentos de coletivos radicais negros, transparecem possuir, mas permanecem como campos quase inexplorados em teorias de relações internacionais. Então essa pesquisa apenas começou, por assim dizer, com a esperança de adentrar em outros ciclos e aproveitar antigos e novos conhecimentos, vindos de dentro, mas também e principalmente, de fora da academia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, L. OLIVEIRA, J. M. *Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), 2017.

ANZALDÚA, G. *Borderlands, La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters, Aunt Lute, 1987.

ARAGÃO, D. M. C. *Responsabilidade como legitimação: capital transnacional e governança global na Organização das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: IRI-PUC/Rio, 2010.

_____. *O Controle Global da Solidariedade: transnacionalização e e privatização na adaptação estratégica de ONGs britânicas no Brasil*. Cad. CRH vol.25 no.65. Salvador, Maio/Agosto 2012.

AYLLÓN, B. *O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas*. Revista de Economia e Relações Internacionais, v. 5 (8), jan/2006.

BALANCO, P. A. F. . *A dialética da globalização e a supressão do pré-capitalismo*. Revista de Economia (Curitiba) , v. 34, p. 50-70, 2008.

BALANCO, P. *As Transformações do Capitalismo: Elementos Teóricos para a Composição de uma Dialética da Globalização*. Revista de Economia, v. 35, n. 1, 2009.

BALIBAR, E. WALLERSTEIN, I. *Race, Nation and Class: Ambiguous Identities*. London, New York: Verso, _____.

BARTHES, R. *Aula: Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França*. São Paulo: Cultrix, _____.

BIEL, R. *El nuevo Imperialismo: crisis y contradicciones de las relaciones Norte/Sur*. _____: Siglo XXI, 2007.

BONFIM, V. M. S. *A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas*. In: NASCIMENTO, E. L. Sankofa Quatro - Matrizes Africanas da Cultura Brasileira. Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. Selo Negro: São Paulo, 2009.

BUTLER, J. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, London: Routledge, 2010.

BRAH, A. *Diferença, Diversidade e Diferenciação*. Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

CARVALHO, I. *O fetiche do “Empoderamento”*: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. In: MONTAÑO, C. (org.) *O Canto da Sereia: Crítica à Ideologia e aos Projetos do “Terceiro Setor”*. São Paulo: Cortez, 2015.

CASTEL-BRANCO, C. N. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership: Contribuição para um debate de Economia Política*. In: Desafios para Moçambique 2011. Maputo, IESE, 2011.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHOWDHRY, G., NAIR, S. *Power, Postcolonialism and International Relations: Reading race, gender and class*. London, New York: Routledge, 2002.

COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment (2nd. Edition)*. New York, London: Routledge, 2000.

_____. *Aprendendo com a outsider whitin: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

CAMPBELL, D. “Foreign policy and identity: Japanese ‘other’/American ‘self,’” in S.Rosow, N. Inayatullah and M. Rupert (eds) *The Global Economy as Political Space*, Boulder, CO: Lynne Rienner, 1994.

COHN, C. *Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals*. Signs, Vol. 12, No. 4, Within and Without: Women, Gender, and Theory. (Summer, 1987), pp. 687-718. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0097-9740%28198722%2912%3A4%3C687%3ASADITR%3E2.0.CO%3B2-E>. Acessado em 24 de Agosto de 2015 às 18:53.

CONNELL, R. *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. MESSERSCHMIDT, J. W. *Hegemonic Masculinity: Rethinking the concept*. Gender and Society, Vol. 19, No. 6 (Dec., 2005), pp. 829-859

COSTA, S. *Dois atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRENSHAW, K. *Documento para encontro de especialistas em aspecto da discriminação racial relativos ao gênero*. In: Estudos Feministas N. 1. 2002.

DAMASCENO, J. *O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote*. Florianópolis: Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, 2008.

DARBY, P. “Reworking Knowledge Conventions”. In: DARBY, Phillip (Ed.). *Postcolonizing the International: working to change the way we are*. Honolulu: The University of Hawaii Press, 2006.

DO CARMO, J. C. *"Girls, Who Run This Motha?" Feminismos em processos de concertação internacional*. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ESCOBAR, A. *La Invención del Tercer Mundo: Construcción y Deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEHOVE, M. *Elementos sobre a gênese das organizações internacionais*. In: THÉRET, B. e BRAGA, J. C. S. (org.) *Regulação econômica e globalização*. SP/Campinas: Editora UNICAMP, 1998.
- DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Unesp, 2006.
- FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2008.
- EMADI-COFFIN, B. *Rethinking International Organization: Deregulation and Global Governance*. New York: Routledge, 2002.
- ENLOE, C. *Feminism*. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.) *International Relations Theory for the Twenty First Century: an Introduction*. New York: Routledge, 2007.
- ENLOE, C. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2014.
- EPSTEIN, C. “The Postcolonial perspective: an introduction”. **International Theory. Vol. 6. Issue 2**. July 2014.
- GILL, S. *Critical Perspectives on the Crisis of Global Governance: Reimagining the future*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- GILL, S. *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- GILMORE, R. W. *In the Shadow of the Shadow State*. In: INCITE! Women of Color. *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond The Non-Profit Industrial Complex*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 2007.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GONZÁLEZ, A. I. A. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF, Expressão Popular, 2010.
- GONZÁLEZ, L. *Por un feminismo afrolatinoamericano*. In: Mujeres, Crisis y Movimiento: América Latina y El Caribe. Isis International. Vol. IX, Junio 1988.
- _____. HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GUZZINI, S. *Realism in International Relations and International Political Economy: the Continuing Story of a Death Foretold*. London: Routledge, 1998.
- HALEY, A. *The Autobiography of Malcolm X as Told to Alex Haley*. New York: Ballantine Books, 1973.
- HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Feminist studies*, 14 (3), 1988. *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

- HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: A produção capitalista do espaço. São Paulo: _____, 2006.
- HAYTER, T. *Aid as Imperialism*. Penguin Press: 1971.
- HOFFMANN, S. "An American Social Science – International Relations". *Daedalus*, Vol 106, N. 3, pp 41-60.
- HOOKS, B. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. New York: Routledge, 2015.
- HULL, G. T., SCOTT, P. B., SMITH, B. *All the Women Are White, All the Men Are Black, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies*. New York: The Feminist Press, 1982.
- INCITE! Women of Color. *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond The Non-Profit Industrial Complex*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 2007.
- JABARDO, M. *Feminsmos Negros: Una antología*. Madrid: Traficantes de sueños, 2012.
- KALDOR, M. La sociedad civil global: una respuesta a la guerra. Madrid: Tusquets Editores, 2005.
- KANT, I. *A paz perpétua: um projeto filosófico*. Lusofia Press: _____, 1795.
- KEOHANE, R. O. *International Institutions: Two Approaches*. *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 4, Dezembro de 1988, pp. 379-396.
- _____. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press: _____, 1984.
- KERNER, I. *Tudo é interseccional?* In: Dossiê de Teoria Crítica. Novos Estudos N. 93. Julho de 2012.
- KILOMBA, G. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism* (2nd. Edition). Münster: UNRAST-Verlag, 2010.
- KING, T. L., OSAYANDE, E. *The Filth on Philanthropy: Progressive Philanthropy's Agenda to Misdirect Social Justice Movements*. In: INCITE! Women of Color. *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond The Non-Profit Industrial Complex*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 2007.
- KIPNIS, L. *Ecstasy Unlimited On Sex, Capital, Gender and Aesthetics*. London: University of Minnesota Press, 1993.
- KLEBA, M. E. *Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política*. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.
- KRAYCHETE, E. S. *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Institucionalidades e agendas em distintos contextos econômicos e políticos*. In: IVO, A. B. L. (org.) *A reinvenção do Desenvolvimento: Agências Multilaterais e Produção Sociológica*. Salvador: EDUFBA, 2016.

_____. *O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento das noções de desenvolvimento e cooperação internacional*. Caderno CRH, Salvador, 2012. www.scielo.org.br

LEVIN, J., MACKAY, J. *Hanging out in International Politics: Two Kinds of Explanatory Political Ethnography for IR*. Toronto: International Studies Review (2015), 1-26.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História* in Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LOOMBA, A. *Colonialism - Postcolonialism*. New York, London: Routledge, 1998.

MACAMO, E. *Sociologia prática: como alguns sociólogos pensam*. Maputo: Imprensa Universitária - UEM, 2016.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MANZO, K. *Do colonialism and slavery belong to the past?* In: EDKINS, J. ZEHFUSS, M. *Global Politics: A New Introduction*. Routledge: London, New York, 2014.

_____. *Necropolítica*. Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ | n. 32 | dezembro 2016.

MILANI, C. R. S. *Aprendendo com a história: Práticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul*. Caderno CRH, v. 25, n. 65, mai/ago, 2012. www.scielo.org.br

_____; DE LA CRUZ, G. M. G. (org.) *A política mundial contemporânea: atores e agendas na perspectiva do Brasil e do México*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MOORE, C. W. *Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para entender o Racismo*. Minas Gerais: Nandyala, 2012.

MOUTINHO, L. *Diferenças e Desigualdades Negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Cadernos Pagu (42) Janeiro-Junho de 2014. Pp. 201-248.

MELHUUS, M. STOLEN, K. A. *Machos, Putas, Santas: El poder Del imaginário de género en América Latina*. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

MOHANTY, C. T. RUSSO, A. TORRES, L. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MURPHY, C. *International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850*. New York: Oxford University Press, 1994.

OYĒWÙMÍ, O. *La invención de las Mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: En la frontera, 2017.

PALA, A. Definitions of Women and Development: An African Perspective. Vol. 3, No. 1, Women and National Development: The Complexities of Change (Autumn, 1977), pp. 9-13.

PESSINA, M. E. H. *O não governamental na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento após 1990: Entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão*. Salvador: EDUFBA, 2017.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

QUIJANO, A. *¡Qué tal Raza!* Publicado en América Latina en Movimiento, No. 320: <<http://alainet.org/publica/320.phtml>>. Acceso em <<http://alainet.org/active/929&lang=es>>, em 22 de agosto de 2018.

RAMIRO, P. ROMERO, M. *La Globalización de la Pobreza*. Disponível em: <http://cinereverso.org/la-globalizacion-de-la-pobreza-por-miguel-romero-y-pedro-ramiro/>
_____. *Tecnocracia compasiva a la Cooperación Solidaria*. VIENTO SUR Número 133/Abril 2014.

REARDON, B. *Sexism and the War System*. New York: Teachers College Press, 1985.

REINALDA, B. *The international women's movement as a private political actor between acomodation and change* in: RONIT, K. SCHNEIDER, V. **Private Organisations in Global Politics**. New York: Routledge, 2001.

ROBINSON, W. I. *A Theory of Global Capitalism: Production, Class and State in a Transnational World*. Baltimore, London: The Johns Hopkins Press, 2004.

ROSS, B. *Epilogue: African American Women's Activism in the Global Arena*. In: SPRINGER, K. *Still Lifting, Still Climbing: American's Women Contemporary Activism*. London and New York: New York University Press, 1999.

ROY, A. *Public Power in the Age of Empire*. New York: Seven Stories Press, 2004.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: S.O.S Corpo, 1993.

RUIZ, T. *Feminist Theory and International Relations: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism*. Disponível em: <https://www.csustan.edu/sites/default/files/honors/documents/journals/soundings/Ruiz.pdf>. Acessado 8 de Novembro de 2015 às 06:20.

SA'AR, A. *Economic Citizenship: neoliberal paradoxes of empowerment*. New York: Berghahn Books, 2016.

_____. *Post-colonial Feminism, the Politics of Identification and the Liberal Bargain*. Gender and Society, Vol. 19, No. 5 (Oct., 2005), pp. 680-700.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record: Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SHAKUR, A. *Assata (Shakur), An Autobiography*. Chicago: Lawrence Hill Books, 1973.

SPRINGER, K. *Living for the Revolution: Black Feminist Organizations, 1968-1980*. Durham and London: Duke University Press, 2005.

_____. *Still Lifting, Still Climbing: American’s Women Contemporary Activism*. London and New York: New York University Press, 1999.

SYLVESTER, C. *Some Dangers in Merging Feminist and Peace Projects*. Alternatives XII (1987), 493-509, Special Feature: Women’s Struggles for Peace and Justice.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SMITH, S. “Positivism and Beyond”. In: *International Theory: Positivism and Beyond*. Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalewski (Orgs.) Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SMITH, Steve. *The discipline of international relations: still an American social science?* British Journal of Politics and International Relations 2(3), 2000.

TARASSIOUK, A. *Estado y desarrollo. Discurso del Banco Mundial y una visión alternativa*. Em publicação: Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado. Vidal, Gregorio; Guillén R., Arturo. (comp). Enero 2007. ISBN: 978-987-1183-65-4

TAVARES, M. C. *Ajuste e Reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora*. Economia e Sociedade. V. 1. N. 1. ISSN 1982-3533.

TICKNER, J. A. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. *Gendering World Politics: issues and approaches in a post-cold war era.* New York: Columbia University Press, 2001.

_____. *You Just Don't Understand.* In: LINKLATER, A. (Ed.) *International Relations Volume I.* Florence, KY. USA: Routledge, 2001. P. 198.

UTTING, P. ZAMMIT, A. *Beyond Pragmatism: Appraising UN-Business Partnership.* Markets, Business and Regulation Programme Paper Number 1 October 2006. ISSN 1991-9921

WALLERSTEIN, I. *O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão.* In.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do Século XIX,* SP: Ideias & Letras, 2006.

WALLERSTEIN, I. *European universalism: The Rhetoric of Power.* New York/London: The New Press, 2006.

WEBER, C. *Good Girls, Little Girls, and Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane's Critique of Feminist International Relations.* *Millenium: Journal of International Studies,* 1994. ISSN 0305-8298. Vol. 28, No. 2. pp. 337-49.

WWF. 2016. *Planeta Vivo Relatório 2016. Risco e resiliência em uma nova era.* WWF-International, Gland, Suíça.

YOUNGS, G. *Feminist International Relations: a contradiction in terms?* *International Affairs,* 80 (1) 2004.